



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-graduação em Educação

Leonardo Dorneles Gonçalves

POLÍTICA EDUCACIONAL DIGITAL: as dinâmicas do capitalismo tecnológico no contexto brasileiro

Maringá, abril de 2025

Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-graduação em Educação

Leonardo Dorneles Gonçalves

POLÍTICA EDUCACIONAL DIGITAL: as dinâmicas do capitalismo tecnológico no contexto brasileiro

Relatório de Estágio Pós Doutoral, realizado entre 05 de março de 2024 a 05 de março de 2025, junto à linha de pesquisa “História da Educação, Políticas e Práticas Pedagógicas”, sob a supervisão da Profa. Dra. Jani Alves da Silva Moreira.

Maringá, abril de 2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central Maria Grazia Zolet - UEM, Maringá - PR, Brasil)

G635p	Gonçalves, Leonardo Dorneles Política educacional digital : as dinâmicas do capitalismo tecnológico no contexto brasileiro / Leonardo Dorneles Gonçalves. -- Maringá, PR, 2025. 92 f. : il., figs. Orientadora: Profa. Dra. Jani da Silva Alves Moreira. Relatório de Pós-doutorado - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Teoria e Prática da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2025. 1. Política educacional digital - Brasil. 2. Capitalismo digital. 3. Governança. I. Moreira, Jani da Silva Alves, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Teoria e Prática da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título. CDD 23.ed. 379.1
-------	--

RESUMO

O presente relatório de Estágio Pós-Doutoral, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (2024-2025), investiga a constituição de uma Política Educacional Digital no Brasil. O tema central é a articulação entre o capitalismo digital, os organismos internacionais, as grandes empresas de tecnologia (*bigtechs*) e as estruturas de governança do Estado brasileiro na formulação e implementação de políticas educacionais voltadas à digitalização do ensino público. O problema de pesquisa pode ser sintetizado na seguinte questão: como têm sido formuladas e operacionalizadas as Políticas Educacionais Digitais no contexto brasileiro, por quais sujeitos e sob quais condições e interesses? O objetivo central é demonstrar que a Política Educacional Digital não se restringe a ações pontuais ou focalizadas, mas se materializa de forma estrutural na educação pública brasileira como expressão de uma nova fase de expansão e reestruturação capitalista, acelerada pela crise financeira de 2008 e pela pandemia de Covid-19. Como objetivos específicos, o trabalho analisa as manifestações do capitalismo contemporâneo em sua dimensão digital; examina o papel dos organismos internacionais e dos mecanismos de governança corporativa na indução da digitalização educacional; e identifica as estratégias empresariais que consolidam mercados tecnoeducacionais no Brasil entre 2019 e 2023. A base teórica articula a tradição marxista, especialmente a concepção de Estado em Marx, Engels e Nicos Poulantzas, com a produção recente de pesquisadores como Geo Saura (capitalismo digital e mercados tecnoeducacionais), Puello-Socarrás (neoliberalismo), Tonelo e Furno (reestruturação produtiva pós-crise) e Sergio Amadeu da Silveira (colonialismo de dados). A metodologia é qualitativa, de base bibliográfica e documental, com análise de relatórios publicados pelo Banco Mundial, FMI, UNESCO e OCDE entre 2019 e 2023. Os principais resultados indicam que: a) a digitalização educacional é conduzida por uma coalizão entre *bigtechs*, organismos internacionais e governos locais com o objetivo de criar dependência tecnológica e expandir mercados; b) os espaços de governança digital educativa têm sido utilizados para legitimar a presença do setor privado na definição das políticas públicas; c) a Estratégia Nacional Escolas Conectadas representa o epicentro atual da Política Educacional Digital no Brasil, reproduzindo um modelo global de privatização; d) a narrativa das competências digitais e o filantropocapitalismo das grandes empresas de tecnologia funcionam como mecanismos ideológicos de subordinação da formação humana aos interesses do capital.

Palavras-chave: Política Educacional Digital. Capitalismo Digital. Governança.

ABSTRACT

This Post-Doctoral Internship Report, developed at the Graduate Program in Education of the State University of Maringá (2024–2025), investigates the constitution of a Digital Educational Policy in Brazil. The central theme is the articulation between digital capitalism, international organizations, big technology companies (*bigtechs*), and Brazilian state governance structures in the formulation and implementation of public education digitalization policies. The research problem is synthesized in the following question: how have Digital Educational Policies been formulated and operationalized in the Brazilian context, by which actors, and under which conditions and interests? The central objective is to demonstrate that Digital Educational Policy is not limited to isolated or targeted actions, but materializes structurally in Brazilian public education as an expression of a new phase of capitalist expansion and restructuring, accelerated by the 2008 financial crisis and the Covid-19 pandemic. Specific objectives include analyzing the manifestations of contemporary capitalism in its digital dimension; examining the role of international organizations and corporate governance mechanisms in driving educational digitalization; and identifying the business strategies that consolidate techno-educational markets in Brazil between 2019 and 2023. The theoretical framework draws on the Marxist tradition, particularly the conception of the State in Marx, Engels, and Nicos Poulantzas, combined with recent scholarship by Geo Saura (digital capitalism and techno-educational markets), Puello-Socarrás (neoliberalism), Tonelo and Furno (post-crisis productive restructuring), and Sergio Amadeu da Silveira (data colonialism). The methodology is qualitative, bibliographical, and documentary, with analysis of reports published by the World Bank, IMF, UNESCO, and OECD between 2019 and 2023. The main findings indicate that: a) educational digitalization is driven by a coalition of bigtechs, international organizations, and local governments aimed at creating technological dependency and expanding markets; b) digital educational governance spaces have been used to legitimize the private sector's role in defining public policies; c) the National Strategy Escolas Conectadas represents the current epicenter of Digital Educational Policy in Brazil, reproducing a global model of privatization of public education; d) the narrative of digital competencies and big tech philanthrocapitalism function as ideological mechanisms subordinating human education to capital interests.

Keywords: Digital Educational Policy. Digital Capitalism. Governance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. NOVOS CONTORNOS DO CAPITALISMO EM UM CONTEXTO DE CRISE: A IMPOSIÇÃO TECNOLÓGICA E DIGITAL	11
Introdução.....	11
Manifestações da crise do capitalismo contemporâneo	12
Capitalismo Digital: conceitos articuladores	18
Contornos do capitalismo na era da imposição tecnológica digital	23
2. ESTADO, GOVERNANÇA E CAPITALISMO DIGITAL NO BRASIL	27
Estado e o comitê dos negócios da burguesia	28
Os organismos internacionais e a pulverização da narrativa digital	32
A governança digital e a gerência do Estado	47
Os Capitalistas Digitais e sua atuação no Brasil	54
Estado, Capitalismo Digital e o debate sobre o futuro da educação	58
3. A POLÍTICA EDUCACIONAL DIGITAL NO BRASIL	62
Introdução.....	62
Manifestações da crise e as narrativas sobre digitalização da educação no Brasil.....	64
As condições para a produção da Política Educacional Digital.....	70
Estratégia Nacional Escolas Conectadas - Enec e o avanço capitalista na consecução da Política Educacional Digital.....	77
Considerações acerca da Política Educacional Digital	84
REFERÊNCIAS	87

INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta análises oriundas da pesquisa e de estudos em nível de pós-doutorado, desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (2024/2025), especificamente junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação - Gepefi. Está voltado à compreensão sobre o que, na atualidade, tem-se denominado como capitalismo digital, com foco na introdução de princípios que nos levam a crer na existência de uma Política Educacional Digital no Brasil. Embora não seja coisa nova, pois já vem sendo trabalhado por diversos teóricos pelo mundo, a hipótese que embasa a pesquisa revela que a Política Educacional Digital é expressão de uma nova fase de expansão e reestruturação capitalista pós crise 2008 e pandemia da Covid/2019, que articula interesses de grandes empresas de tecnologia, organismos internacionais e governanças locais enquanto coalisões capazes de instaurar a dependência tecnológica no âmago da Política Educacional em diversos países, especialmente no Brasil, no que se delineou entre os anos 2019 a 2023.

A materialização de uma Política Educacional nos países pobres tem sido, há muito, induzida por instrumentos institucionais forjados de fora para dentro. Trata-se de um vetor que reúne forças cada vez maiores para a efetivação do ciclo que permite a consecução da política educacional, a qual tem sido operada em uma dinâmica já conhecida, mas pouco criticada. Em geral, as análises que se debruçam sobre as políticas educacionais partem: a) de relações entre orientações provenientes de organismos internacionais para o conteúdo de documentos que traduzem àquelas orientações no contexto nacional ou regional; b) das relações entre instituições privadas atuando em rede, para introduzir seu conteúdo na política, sendo essas tratadas como instituições “satélites” de organismos internacionais; c) de impactos das políticas educacionais sobre grupos específicos, como os professores, estudantes e comunidade escolar. Por isso, cabe questionar: Como tem sido formuladas e operacionalizadas as Políticas Educacionais Digitais no contexto brasileiro? Quem são os principais sujeitos e sob quais condições e interesses atuam?

Na busca por respostas, passamos a considerar insuficientes os tratamentos oferecidos às pesquisas que tomam as políticas educacionais como fruto de orientações advindas de instituições que tem atuação colateral, como é o caso dos organismos internacionais. Por isso, neste trabalho, consideramos que, embora tais instituições exerçam influência significativa no conjunto de ações que caracterizam as políticas educacionais, o seu *modus operandi* é resultado de forças econômicas concretas, que, em nosso contexto, podem ser identificadas como as

grandes empresas de tecnologia, conhecidas como *bigtechs* ou *bigedtchs*. Portanto, diferentemente do entendimento hegemônico que vigora no campo das políticas educacionais, compreende-se que a raiz das alterações que promovem a falsa necessidade tecnológica junto à política educacional encontra-se no capital.

Ao seu modo e por diferentes caminhos, as forças capitalistas ligadas ao universo digital podem muito, mas não podem tudo. Dessa forma, sua realização ainda prescinde de formas consensuais, que sejam capazes de fortalecer a sua hegemonia e manter a ideologia que, apesar das evidentes contradições, contribui para manter o capitalismo. No âmbito das políticas educacionais, esse é justamente o papel das organizações internacionais com atuação multilateral, as quais existem, basicamente, para difundir, sob a forma de diretrizes e recomendações econômicas publicadas em relatórios, atos internacionais provenientes de eventos, o ideário para a educação dos países pobres, como é o caso do Brasil. Assim, a partir de nossa hipótese, o que conduz as ações dessas instituições internacionais revela o seu caráter aglutinador e disseminador de ideias, oriundas das necessidades impostas pelos capitalistas e que possam ser apresentadas aos países enquanto pacotes solucionistas que supostamente colocaria seus sistemas de ensino em patamares elevados, próximos daqueles adotados pelas nações desenvolvidas.

Considerando sua importância não é correto dissimular o protagonismo dessas organizações internacionais. Ao fazê-lo, destitui-se o caráter concreto da análise calcada na apreensão da totalidade do real, uma vez que essas instituições exercem poder direto sobre as nações que, não raro, são signatárias de suas diretrizes. O tratamento adequado a elas, no âmbito das políticas educacionais, deve ser aquele que compreende sua atuação como proliferadores de ideias, na maioria das vezes consideradas inquestionavelmente científicas e, por isso, assumidas no formato de argumento de autoridade e como a própria verdade. O que não pode ser esquecido é que o aparato tecnológico e de pessoal que constitui essas instituições vem sendo garantido justamente por aquelas mesmas empresas e nações interessadas no conteúdo das diretrizes que servem como base para a condução das políticas educacionais. Cumprem, portanto, função de porta-voz ideológica na difusão do pensamento social de interesse capitalista, materializado mediante a elaboração de imaginários sociais enquanto projeção de futuro, cuja tecnologia atuaria no espectro da salvação dos problemas educacionais.

A cantilena salvacionista, capaz de resolver os problemas ligados ao campo educacional é o que promove o elo entre o que é proposto por organizações internacionais e os governos locais. Frente aos índices que parametrizam as aprendizagens como insuficientes, a partir de avaliações externas e em larga escala, países como o Brasil adotam reformas educacionais em

seus sistemas de ensino que buscam, em curto prazo, solucionar os impasses que inviabilizam o alcance daquilo que superficialmente compreende-se como qualidade do ensino. A busca pela qualidade tem sido a tônica das reformas impetradas na educação brasileira neste primeiro quarto do século XXI, o que é favorecida, não sem resistências, por uma determinada coalizão empresarial responsável por implementar, internamente, as diretrizes difundidas por organismos, já concebidas por grandes empresas internacionais.

Entretanto, as formas como tal coalizão atua relaciona-se com os elementos conjunturais que refletem as necessidades estruturais de reprodução do capitalismo, considerando, obviamente, sua manifestação no contexto nacional. No Brasil, a expressão máxima dessa coalizão interna é o movimento Todos pela Educação e a sua fórmula de aceleração das reformas educacionais realizadas desde o ano 2006. Essa organização não é foco de nossa análise, mas não se pode negar que o seu comportamento organizacional inaugurou na educação brasileira o que costuma-se chamar de Governança Corporativa no setor educacional público. Entendida como um instrumento que permite incorporar iniciativas produzidas pela gestão privada, a governança corporativa no setor público atua a partir da influência direta de instituições da “sociedade civil” na concepção, formulação, execução e, o que é mais grave, com “participação nos resultados” que as políticas educacionais formuladas sob os interesses privados podem alcançar. Via de regra, as instituições da sociedade civil, atuantes nos espaços de governança corporativa no setor público, são organizações de viés filantrópico ligadas às grandes empresas do setor tecnológico, financeiro, industrial, comercial, agrário e serviços.

Assim, o que buscamos demonstrar com a pesquisa é que há uma difusão em curso, no Brasil, de um ciclo que envolve a instauração de uma Política Educacional Digital, que opera de forma silenciosa e transversal e que busca introduzir “soluções” digitais na educação pública brasileira. Tratado como “código de modernidade”, o tecnosolucionismo digital tem por finalidade criar dependência institucional das ferramentas digitais produzidas pelas empresas de tecnologias, ao ponto de países se tornarem reféns desses insumos e, assim, reproduzir a lógica de transferência de valor aqui produzido para o capital internacional, dinâmica própria de países economicamente dependentes. No limite, a Política Educacional Digital é uma forma encontrada pelo capital, pactuada pelo alto com os organismos internacionais e valendo-se da governança corporativa no setor público para ampliar a reprodução de seus ganhos, ao mesmo tempo que determina o tipo de formação humana a ser desempenhada pela educação, uma vez que possui o controle do processo de produção tecnológica.

Para oferecer um tratamento analítico sobre o ciclo que envolve a materialização de uma Política Educacional Digital no Brasil e que é objeto de estudos qualitativos, exploratórios, com obtenção de dados disponibilizados por empresas, organismos internacionais e governo na *internet*, organizamos o presente relatório em 03 (três) momentos, concebidos sob a forma de artigos.

No primeiro, denominado como “Novos contornos do capitalismo em crise: a imposição tecnológica e digital”, buscamos tratar das manifestações do capitalismo contemporâneo, traduzido por sua inflexão digital e da imposição tecnológica que marca o período. Para tal, abordamos algumas características resultantes das alterações promovidas pela crise de 2008 e, sobretudo, a pandemia Covid/2019, bem como conceitos que possibilitam uma compreensão mais elaborada daquilo que conhecemos como capitalismo na era digital.

No segundo artigo, intitulado como “Estado, governança e capitalismo digital no Brasil” retomamos a noção marxista de Estado enquanto comitê executivo dos negócios da burguesia, a qual foi aprimorada por Nicos Poulantzas em sua teoria relacional do poder. A partir disso, procuramos demonstrar, através da análise de documentos, relatórios e narrativas pronunciadas por dirigentes políticos, a relação entre a pulverização do ideário digital promovida pelos organismos internacionais e incorporada por capitalistas e os mecanismos de governança enquanto gerência do Estado brasileiro, especialmente na área da educação, o que impõe à política educacional um debate sobre o futuro da educação no país.

O último artigo trata da “Política Educacional Digital no Brasil” e tem por objetivo a apresentação das ideias e ações sobre a digitalização da educação brasileira. Em que pese o capítulo desenvolva uma crítica à Estratégia Nacional Escolas Conectadas, tratando-a como epicentro atual da Política Educacional Digital no Brasil, o que almejamos demonstrar é que tal política não se restringe a pontualidade de ações ou a realização de políticas focalizadas. A Política Educacional Digital tem se materializado de forma estrutural em grande parte das ações ligadas às políticas públicas educacionais, ensejando em nosso país, quase sem resistências críticas, o ciclo de difusão da digitalização educacional que se inicia nas grandes empresas de tecnologia e à elas retornam, lucrativamente.

1. NOVOS CONTORNOS DO CAPITALISMO EM UM CONTEXTO DE CRISE: A IMPOSIÇÃO TECNOLÓGICA E DIGITAL

Introdução

Após a crise capitalista de 2008, o mundo passou a experimentar mudanças que marcam nosso tempo. As linhas que, até então, separavam o analógico e o digital foram reorganizadas, de tal forma que não é mais possível imaginar a vida humana – com raras exceções - sem a dependência impositiva de instrumentos tecnológicos, o que apresenta novos dilemas à convivência social, ao mundo do trabalho e ao papel central das instituições de Estado. Esse trabalho analisa as manifestações da crise capitalista de 2008, sobretudo o fenômeno do Capitalismo Digital e os seus impactos na agenda educacional, buscando responder: como a crise capitalista de 2008 criou condições para uma determinada imposição tecnológica e digital?

Produzido a partir de estudos em nível de pós doutorado, por meio do qual analisa-se a existência, em curso, de uma política educacional digital no Brasil a partir da atuação de mercados tecnoeducacionais e suas influências em espaços de governança, este texto apresenta resultados de uma análise sobre as características fenomênicas colocadas desde a crise 2008, com foco na articulação de conceitos e mecanismos políticos, econômicos e ideológicos que tenham como base a ampliação do capitalismo em sua face digital. Baseado na abordagem qualitativa e calcado no método bibliográfico, o texto propõe alguns fundamentos críticos sobre questões imperativas de nosso tempo que evidenciam a necessidade de construir caminhos alternativos ao avanço destrutivo do Capital sobre o Trabalho e a dimensão social do Estado, colocando sob dúvida as narrativas que propalam os benefícios da imposição tecnologia e digital.

Enquanto chave interpretativa, partimos do pressuposto de que a crise capitalista, embora tenha consequências globais, não se manifesta de forma igualitária em todos os lugares e para todas as pessoas. Isso significa que, em países cuja as economias são subdesenvolvidas e estão atreladas a estruturas sociais politicamente frágeis, a tendência é que haja um impacto negativo mais expressivo. Assim, baseada em autores como Puello-Socarras (2008; 2021), Tonelo (2021), Mattei (2023) e Evangelista e Pereira (2019), a primeira seção do texto trata das manifestações da crise e considera quatro dimensões: a radicalização do neoliberalismo expresso na forma do empreendedorismo (ou empresariamento de si); as políticas de austeridade fiscal, monetária e trabalhista; os elementos que conformam a propalada Indústria 4.0, especialmente o avanço da automação e tecnologização digital do trabalho por meio de

plataformas e; a assimilação das competências digitais como código de acesso e de reconhecimento social perante o mercado.

A segunda parte traz a sistematização analítica de alguns conceitos que, em nosso entendimento, traduzem o que se denomina de Capitalismo Digital. Tomando por base a produção científica existente sobre o assunto, busca-se oferecer um tratamento articulado aos conceitos, tendo por finalidade demonstrar que a predominância do Capitalismo Digital enquanto traço da crise capitalista, é resultado da atuação imbricada e complexa de grandes empresas de tecnologias e espaços de governança (digital) constituídos por dentro das instituições de Estado, o que resulta no direcionamento das políticas. Enquanto síntese, a terceira seção levanta algumas dúvidas referentes à imposição tecnológica e digital como ordenadora das relações que envolvem o mundo do trabalho e a atuação das instituições de Estado, o que impacta nas políticas educacionais.

Manifestações da crise do capitalismo contemporâneo

Nos últimos anos, temos convivido com profundas transformações nas dinâmicas do capitalismo global, em especial nos países cujas economias caracterizam-se pela dependência em relação àquelas nações centrais, com elevado grau de desenvolvimento. A diferenciação dos impactos dessas mudanças nos permite tomar tais manifestações em suas particularidades, a partir de condições objetivas determinadas pelo processo social e histórico de cada país. Essa linha de pensamento permite a construção de chaves analíticas, as quais temos assumido ao longo do tempo e que nos leva a conjugar uma compreensão acerca do papel do Estado, neoliberalismo e as políticas educacionais no Brasil, considerando algumas linhas interpretativas: a) a especificidade de nossa formação social e política; b) o desenvolvimento do capitalismo e a adoção das teses neoliberais no contexto nacional e; c) as consequências atuais das crises do capitalismo – como expressão dos limites do capital para oferecer caminhos às suas contradições – que reorientam tendências no mundo do trabalho e, consequentemente, demandam reformas liberais e conservadoras no aparelho estatal.

É nesse sentido que valorizamos ferramentas teóricas que permitem uma interpretação da sociedade, atuação do Estado e as políticas educacionais, tendo clareza da particularidade e atualidade do desenvolvimento das tendências que personificam o capitalismo contemporâneo. Trata-se, portanto, de um modo de análise que considera as dinâmicas sociais internas do país dentro de um movimento mais amplo, que, nos tempos atuais, tem sido hegemonizado por forças de mercado que buscam ratificar seu poder econômico e, consequentemente, político e

ideológico, através do controle da totalidade da vida social, a partir da imposição tecnológica e digital.

Também, cumpre analisar o papel das mediações entre os sujeitos individuais e coletivos, nacionais e internacionais, que se traduzem na correlação de forças em torno das disputas pelo controle, direção e consentimento da atuação estatal e das políticas educacionais, o que autores como Ball (2014) tem conceituado como “redes políticas”, quando se trata do *modus operandi* de organizações privadas orientando as concepções das políticas educacionais.

De modo particular, no Brasil, observa-se desde as primeiras décadas do século XXI uma coalisão de forças empresariais ocupadas com as pautas educacionais, criando, por dentro dos órgãos de Estado, condições para que as políticas de educação favoreçam a reprodução dos pressupostos que permitem a continuidade e o fortalecimento das relações sociais capitalistas. Conforme analisa Leher (2014), tal coalisão opera como um verdadeiro partido, na acepção gramsciana, referindo-se ao grande empresariado nacional que tem efetivado, com anuência e consenso dos agentes de Estado (governos, poder judiciário, poder legislativo) uma verdadeira reforma empresarial na educação (Freitas, 2018). Contudo, a questão se torna mais complexa a partir de 2013 – com a implosão de manifestações capturadas pela mídia conservadora¹, o golpe 2016 e, principalmente, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

A sucessão desses eventos promoveu a radicalização dos instrumentos conceptuais que a burguesia pretendia operar com as pautas da educação, mas, contraditoriamente, tal avanço, ao conviver com o aparecimento público de um (neo)conservadorismo à moda brasileira, inaugura uma disputa pelo controle das políticas educacionais pelo alto, protagonizado por grupos conservadores que defendem a moralização, disciplina, o civismo, patriotismo, a militarização das escolas e a atuação direta de grupos empresariais de orientação liberal nas escolas, como é o caso da ONG Todos pela Educação – TPE.

A contradição desse fenômeno está no fato que, atualmente, liberais e conservadores, embora tenham acordos em inúmeras estratégias para manutenção da sociedade capitalista, na pauta educacional produziram dissensos. Por exemplo, a coexistência da reforma do ensino médio, a aprovação da Base Nacional Comum Curricular – políticas explicitamente desejadas e

¹ Embora a estratégia da mídia conservadora tenha sido utilizada para criar uma plataforma política sobre a qual foi possível a execução do golpe 2016, não significa que o governo à época estivesse calcado sobre bases consensuais. Ao contrário, vale lembrar que as manifestações da crise do capitalismo impactaram no preço das *commodities*, fazendo com que o governo impusesse as primeiras medidas de austeridade entre 2014/2015. Há, também, o interesse nas descobertas petrolíferas por parte do imperialismo estadunidense que, em certa medida, contribuíram para a desestabilização da democracia brasileira. Não se trata, apenas, de atribuir às condições externas para as causas dos problemas enfrentados desde 2013, mas reconhecer que as medidas do governo foram antipopulares e contribuíram tanto para sua eclosão, quanto para o ressurgimento de uma elite mofada que foi determinante para eleger o fascismo em 2018, principalmente.

conduzidas pelas organizações empresarias de orientação liberal, como foi o Movimento pela Base (MPB) – ao lado do programa de escolas cívico-militares, a tentativa de privatização das universidades federais (Future-se) e, com menor consenso, o movimento Escola sem Partido, promoveram impasses em torno da agenda da educação entre 2019 e 2022, explicitando assim, algumas dificuldades que a elite brasileira – manifestada nas forças liberais e conservadoras – para construir uma unidade programática na política educacional.

Apesar disso, é inegável que novos sujeitos individuais e coletivos surgiram e ganharam protagonismo na arena da educação brasileira, alteraram determinada hegemonia da reforma empresarial (liberal) da educação e provocaram mudanças significativas nas estruturas de governança criadas no cenário do Estado brasileiro, o qual passou a conviver com retrógradas iniciativas, como aquelas mencionadas acima. A ascensão de forças sociais conservadoras com explícita adesão popular, não se apresenta de modo particular no Brasil, mas é um fenômeno internacional desencadeado em diversos níveis de intensidade e que provoca rupturas em pactos sociais, expressos em formas democráticas complexas. Na linha interpretativa de Tonello (2021), Lacerda (2019) e Furno (2022), o avanço (neo)conservador relaciona-se com as dinâmicas reacionárias impostas pela crise do capitalismo, as quais não apresentam soluções efetivas para os problemas que o próprio capital produz e acabam valendo-se da força coercitiva como meio para garantir a manutenção do modo de produção. É nessa direção que o Brasil – suas elites econômicas e políticas – trilhou, causando retrocessos nos direitos sociais, trabalhistas, sendo agravados pelos impactos da pandemia do Covid-19.

A breve contextualização apresentada como parte de um método de análise dos fenômenos sociais que conjuga mediações, totalidades e historicidades, é uma tentativa de expor os processos ocorridos no país nos últimos anos e que, a rigor, se traduzem em nossa particularidade enquanto um modo de atuação do novo neoliberalismo (Puello-Socarras, 2021), forjado na crise do capital e que vai se caracterizar por um conjunto de manifestações, a saber: a) a noção de empreendedorismo enquanto individualização do empresariamento; b) as políticas de austeridade que, atualmente, regem a atuação do estado e a capacidade de financiamento público, agudizando a pobreza e criando bases para ascensão de posições neoconservadoras; c) a introdução do elementos que caracterizam a indústria 4.0, sobretudo a plataformação do trabalho e; d) enfoque neotecnicista traduzido na assimilação de competências socioemocionais, materializadas no uso das tecnologias digitais da informação e comunicação.

Puello-Socarras (2008, 2021) compreende que é possível tratar o novo neoliberalismo como uma estratégia do próprio neoliberalismo, isto é, um estágio superior do fenômeno

neoliberal, situado agora na reedição dos postulados austríacos até pouco tempo marginalizados entre as linhas econômicas liberais. Para ele,

El neoliberalismo hoy por hoy lejos de agotarse se reedita. Presenciamos alguna suerte de reactualización que se prolonga en el tiempo y en el espacio, tanto a nivel global como local. Aunque –también es cierto que, a su vez– las crisis neoliberales manifiestan cada vez más que los márgenes de su autogestión van estrechándose con la profundización de sus contradicciones (Puello-Socarrás, 2008, p. 81).

Na esteira do autor, parece-nos factível a noção de neoliberalismo como um fenómeno vivo, passível de alterações a depender da correlação de forças que disputam sua direção. Da mesma forma, segundo a sua análise, a retomada mais radical do neoliberalismo possui características que aprofundam seus pressupostos, agudizando suas contradições. Entretanto, a nova conformação neoliberal não apresenta explicação em si mesma, como ação independente das lutas de classes, mas, sobretudo, radica-se na crise do capitalismo em sua expressão financeira, a partir de 2008. Nesse sentido, o neoliberalismo reedita-se a fim de recolocar seus princípios e manter o sistema do capital vivo.

Entre os princípios que ganham evidência neste novo estágio do neoliberalismo é a responsabilização individual pelos riscos que a produção da vida e do trabalho impõe, delegando ao sujeito os encargos pelos possíveis ônus da prática laboral. Mais que isso: partindo de uma compreensão que o exercício da liberdade do ser humano reside na livre atuação na produção da vida, esse novo neoliberalismo vai recolocar o trabalhador (proletário) como sujeito empreendedor, desconsiderando os processos históricos e sociais baseados na propriedade privada, ao negar a real assimetria entre as classes sociais fundamentais.

Nessa linha,

El hombre empresario/empreendedor es entonces una exigencia epistemológica –ideológica y política– que genera una comprensión mucho más funcional/ajustada sobre la fase del capitalismo avanzado y, sobre todo, sintetiza las categorías necesarias para la ideología neoliberal que permiten absorber y enfrentar analíticamente la mayor complejidad sistémica, la articulación inestable y la interdependencia entre las realidades económicas, políticas y sociales contemporáneas, inexistentes en el pasado. Los economistas austríacos y sus teorías, de la mano de esta singular conceptualización, desde hace mucho pretendieron anticipar este estado de cosas hoy por hoy vigentes. (Puello-Socarrás, 2018, p. 85-86).

A construção ideológica que apresenta o trabalhador como empreendedor carrega consigo, também, a crença de que essa é a resposta adequada aos problemas que a crise capitalista carrega. Fundamenta-se no princípio de que o empreendedorismo é um dado natural, antropológico, e que o empresariamento de si é o curso mais adequado para a refundação social.

As ideias do neoliberalismo enquanto expressão da crise do capitalismo, que apresenta o *homo economicus* empreendedor como ideal a ser perseguido e como resposta às contradições apresentadas pela crise, podem ser assim sintetizadas: a) o empreendimento é um risco. Os riscos são assumidos pelo empreendedor; b) a postura frente a incerteza e ao futuro é a raiz da ganância empreendedora, o que se soma a inovação como uma característica central dessa ideologia; c) o empreendedorismo é uma construção que coloca o mercado como um referente para todos os sujeitos, de modo que o empreendedor atua como um coordenador individual na divisão do trabalho. Neste sentido, eliminar o empreendedor seria como eliminar a força motriz da sociedade; d) incorporação do empreendedor como indivíduo força motriz da sociedade, além de encobrir a contradição capital-trabalho, permite que setores sociais sejam evidenciados no movimento de valorização do capital, embora isso seja feito de um modo extremamente precarizado, por meio da flexibilização de pactos sociais e relações de trabalho frente a retórica da liberdade inerente a iniciativa pessoal e empresarial.

Para isso, a atuação do Estado é central, uma vez que:

O eixo do empreendimento sofre então um deslocamento crucial: desde o indivíduo (singularmente localizado) para a dimensão relacional, ou seja, a relação social capitalista básica: capital-trabalho e na qual o Estado (e seus aparelhos) está(ão) coletiva e socialmente considerado(s) e disposto(s) para apoiar a relação empreendedora que implica o neoliberalismo tardio. Não só em termos da exploração (econômica), senão também - como dissemos antes - a partir da dominação (política) e da opressão (social), processos que se aprofundam dinamizando-se desde a alienação ideológica empreendedora. (Puello-Socarrás, 2021, p. 56).

Vale considerar que o aprofundamento citado apresenta níveis distintos, a depender dos contextos particulares de cada região. As particularidades de cada país, as lutas de classes e o estágio de desenvolvimento que se encontram são determinantes. Significa que, por exemplo, o papel do Estado nos países cuja participação na economia global é secundária, tendem a agudizar reformas reacionárias contra os trabalhadores e em favor de interesses burgueses e extranacionais. É nesse contexto que a noção de austeridade passa a ser introduzida como política de Estado. Tratada como regramento sobre os investimentos públicos, as políticas de austeridade introduzem na ação provedora dos Estados uma lógica de economia doméstica, cuja prioridade passa ao largo das necessidades da população, priorizando o pagamento de dívidas cujos credores são, em geral, grandes bancos privados.

Clara Mattei (2023) propõe uma análise sobre as experiências de políticas de austeridade em alguns países europeus. Para a autora, existem algumas formas pelas quais essas políticas se

expressam. A austeridade fiscal² chega na forma de tributação regressiva e cortes em gastos públicos “improdutivos”, especialmente em esforços sociais (saúde, educação etc.). Ao mesmo tempo que a tributação regressiva impõe a parcimônia sobre a maioria e isenta a minoria poupadora-investidora, os cortes orçamentários vêm com a prioridade declarada de ressarcir a dívida que está nas mãos de credores nacionais e internacionais. De maneira similar, a austeridade monetária³, no sentido de políticas de reavaliação financeira (como aumento das taxas de juros e redução da oferta de moeda), protege diretamente os credores e aumenta o valor de suas poupanças. Enquanto isso, a classe trabalhadora fica de mãos atadas, uma vez que, com menos dinheiro em circulação, deprime-se a economia e diminui-se o poder de barganha da população. Por último, a austeridade industrial, a qual assume a forma de políticas industriais autoritárias (suspensão temporária de contratos, reduções salariais, enfraquecimento de greves e sindicatos etc.), protege ainda mais as instituições de relações assalariadas verticais entre proprietários e trabalhadores, fomentando o arrocho salarial em favor do lucro mais elevado para poucos. (Mattei, 2023, p. 26)

Articulado ao fenômeno controlador da capacidade de investimento do Estado em sua dimensão social – as políticas de austeridade – está o desenvolvimento da chamada Indústria 4.0 que, em resumo, se caracteriza pela introdução de plataformas digitais geridas por grandes empresas de serviço e com forte base tecnológica. Essas, ao promoverem a mediação entre o trabalhador e a empresa para a realização de um serviço, radicalizam a informalização laboral e favorecem a construção de um ambiente propício para a destituição de direitos trabalhistas. Segundo Tonello (2021), em ritmo cada vez mais célere, a plataformização das atividades profissionais tem sido um modo encontrado para burlar a formalização do trabalho e, ao mesmo tempo, elevar sua exploração. Nessa lógica, a automatização das atividades educativas formais também se apresenta como mais um caminho para minimizar os investimentos públicos em educação, controlar seu conteúdo, precarizar o trabalho docente e, assim, reeditar

² Em recente relatório publicado pela Oxfam Brasil, denominado “Um retrato das desigualdades brasileiras: 10 anos de desafios e perspectivas”, a organização aponta que, devido a Emenda Constitucional n. 95 e demais ações de austeridade, a desigualdade de renda do país atingiu o Índice Gini de 0,541 no primeiro trimestre de 2020, o maior nos últimos 10 (dez) anos. Em virtude da limitação de investimentos públicos, o cenário pandêmico e as ações refratárias do governo federal à época, a economia arrefeceu e a desigualdade aumentou.

³ No momento de elaboração deste texto, convive-se com a alteração na presidência do Banco Central do Brasil, deixando o cargo Roberto Campos Neto, indicado pelo ex-presidente da república, Jair Bolsonaro. Em seu lugar assumiu Gabriel Galípolo, apresentado pelo atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Galípolo foi membro do Comitê de Política Monetária (Copom) por indicação da presidência e tem uma trajetória ligada ao capital financeiro, como executivo do Banco Fator. Em que pese os diferentes campos políticos em que se situam as indicações, Galípolo não teve divergências estruturais com Campos Neto. A tendência é a manutenção da elevação da taxa básica de juros (Selic) que, atualmente, encontra-se em 12,25% ao ano. Ao assegurar juros com níveis tão elevados, o banco central limita o acesso ao crédito, proporciona condições para o aumento do endividamento das famílias e pequenas empresas e trava a economia do país.

o consenso entre o setor público e privado, dada a dependência e as condições para a produção tecnológica que sabidamente são desiguais do primeiro em relação ao segundo.

Na verdade, os processos que envolvem a plataformização do trabalho e as dinâmicas que caracterizam a Indústria 4.0, demarcam e impõem um tipo de formação humana a ser desenvolvida. Arelada ao individualismo radical do trabalho (empreendedorismo), a limitação do Estado mediante as políticas de austeridade e a informalização acentuada pelos serviços de plataforma, os sentidos da formação humana e escolar ganham traços próprios e passam a ser orientados pela ideológica narrativa das competências socioemocionais traduzidas, basicamente, pelo uso das tecnologias digitais da informação e comunicação.

Isso significa a inserção de crianças e jovens em idade escolar, mas também, recai nos professores, com a intensificação da lógica das competências socioemocionais e habilidades requeridas pelo mercado de trabalho, principalmente para o domínio das tecnologias digitais da informação e comunicação, tratadas enquanto linguagem básica e universal. Conforme Pereira e Evangelista (2019), o principal objetivo dessa retórica no Brasil, materializada, principalmente na BNCC, seria a assimilação de tais elementos por dentro, calcadas na formação escolar e docente, segundo a qual, dominando as tecnologias e assimilando as competências e habilidades socioemocionais, a política educacional “concretizaria a educação para o século XXI ou a sociedade do conhecimento ou a ‘educação 4.0’”. (p. 78).

Tomados em relação, os fenômenos do empreendedorismo, políticas de austeridade, elementos da Indústria 4.0 e a retórica das competências socioemocionais enquanto domínio das tecnologias digitais, configuram a expressão mais visível de um modo de produção que se reestrutura para manter-se hegemônico. São manifestações distintas e combinadas que evidenciam os limites do capitalismo em seu estágio mais destrutivo, marcado pela dependência tecnológica em sua versão digital, cujo controle é algoritmizado e, por isso, cria as condições para negar ao trabalho os mínimos direitos de sobrevivência e reprodução, colocando em risco as frações mais pauperizadas.

Capitalismo Digital: conceitos articuladores

Nessa seção, apresentamos alguns conceitos que orbitam à noção de capitalismo digital e às formas como atua no contexto da política educacional. Para tanto, valemo-nos de uma parte da produção científica de Geo Saura (Saura, 2020; Saura, Cancela e Adell, 2022; Saura, Cancela e Parcerisa, 2023), professor da Universidad de Barcelona, considerado um dos principais pesquisadores na atualidade e que aborda a relação do capitalismo digital e seus impactos no setor da educação. Também, consideramos a hipótese apontada por Sergio

Amadeu da Silveira, o qual enxerga o colonialismo de dados enquanto uma face da atual etapa do neoliberalismo, isto é, a imposição digital privada que agencia os processos sociais e exporta informações, principalmente em países pobres. A partir dos conceitos, o objetivo é demonstrar como opera o capitalismo digital e quais estratégias políticas e ideológicas utilizadas para a sua consolidação.

É importante compreender que o Capitalismo Digital é, antes de tudo, um modo de produção de mercadorias e acumulação de capital, cuja matéria prima fundamental são os dados extraídos dos usuários das plataformas, aplicativos, sites. Refere-se, portanto, às formas “regidas pela economia digital mediante a apropriação de grande quantidade de dados e algorítmicos desenvolvidos pelas grandes corporações digitais” (Saura, 2020, p. 161), isto é, devido ao controle privado da produção das plataformas estar sob gerência de grandes empresas, os dados extraídos são por elas apropriados, possibilitando acesso à informações valiosas para a produção de novas mercadorias digitais. Por isso, a compreensão de capitalismo digital e da própria existência de uma política educacional digital considera que as dinâmicas que se estruturam pretendem, no fundo, efetivar o ciclo da mercadoria e a acumulação de capital por parte das grandes empresas de tecnologia.

A noção de capitalismo digital está vinculada à dinâmica da filantropia ou ao Filantrocapitalismo⁴. Potencializado no período da Pandemia de Covid-19, dada a necessidade de isolamento social, o capitalismo digital foi impulsionado por uma grande oferta de ferramentas digitais, gratuitas, extremamente úteis para que as atividades sociais e produtivas permanecessem. Enquanto estratégia para solidificar a dependência digital, grandes empresas de tecnologia possibilitam acesso *free* à pacotes limitados de serviços, com objetivo de exportar suas soluções ao mundo corporativo, em primeiro, e após, ao contexto social mais amplo, incluindo a educação. Para Saura (2020, p. 162) “essa noção de filantrocapitalismo foi popularizada [...] para referir-se às novas formas de doar, onde se rentabiliza a doação através da importação das lógicas empresariais em investimento de caridade”. Não dá para negar que foi uma ótima estratégia, com baixo custo e retorno – em curto prazo – garantido, não apenas pela comercialização de planos individuais, mas a venda de serviços digitais para governos, empresas e instituições públicas. Na educação, em particular, convivemos há alguns anos com

⁴ A existência das organizações filantrópicas na educação não é nova. No caso brasileiro, o filantrocapitalismo tem ganhado espaço junto aos governos, operando na elaboração das políticas educacionais, principalmente com a criação do movimento Todos pela Educação (2006). Em nível internacional, dois exemplos de atuação filantrocapitalista são instituições ligadas à Microsoft, Bill e Melinda Gates (<https://www.gatesfoundation.org/>) e a Google (<https://www.google.org/>).

o uso de plataformas digitais da Google e Microsoft, as quais comercializam seus serviços para municípios, estados, universidades, apropriando-se dos dados dos usuários.

A ampliação do capitalismo digital na área educacional, valendo-se de estratégias filantrópicas enquanto meio para acelerar a acumulação de capital, visa criar Mercados Tecnoeducacionais. Partindo de um diagnóstico próprio – que mais serve como justificativa para a ampliação de negócios – os Mercados Tecnoeducacionais se consolidam a partir da narrativa de “brecha digital”, ou seja, haveria, em escala global, grandes massas populacionais que não utilizam os serviços digitais ofertados e, portanto, não possuem seus dados extraídos e processados pelas grandes empresas. Na visão empresarial mais rudimentar, tal espaço se caracteriza como uma oportunidade para ampliação do Mercado Tecnoeducacional⁵ que, neste contexto, visando adentrar na educação pública, se estrutura a partir de 03 (três) frentes: a) necessidade de conectividade nas escolas; b) necessidade de dispositivos tecnológicos capazes de permitir a conectividade; c) necessidade do uso de serviços digitais, propriamente ditos. Sobre a questão da conectividade e analisando uma experiência na Espanha, Saura, Cancela e Adell (2022) relatam que:

Segundo a narrativa de Escolas Conectadas, a finalidade do investimento é reduzir a brecha digital e acelerar uma educação inovadora, moderna e de qualidade em um país onde 32% da população entre 20 e 29 anos está em situação de risco e exclusão. Com Escolas Conectadas se produzem as primeiras dinâmicas importantes pró-privatização através de grandes aportes financeiros destinados para a criação dos mercados tecnológicos a partir da conectividade. (p. 14)

É curioso observar que o programa espanhol denominado Escolas Conectadas, se tornou estratégia nacional no Brasil, em 2023, o que demonstra a dimensão multilateral do Capitalismo Digital e dos Mercados Tecnoeducacionais junto à educação. São políticas combinadas que buscam atender problemas criados e direcionados à insuficiente digitalização da educação, o que passa a ser tratado como um obstáculo não superado pelo Estado, o que é próprio da visão neoliberal. Nesse sentido, como ocorre em toda retórica pronunciada pelo neoliberalismo, é o mercado quem deve apresentar soluções:

Seguindo essa linha, se legitima a ideia de que devem ser as corporações das tecnologias digitais na educação as encarregadas de resolver os problemas criados pelo estado. E, assim, a introdução dos novos mercados tecnológicos

⁵ Em geral, pode-se dizer que os Mercados Tecnoeducacionais são comandados pelo grupo de instituições privadas de tecnologia denominado GAFAM (Google – Alphabet, Amazon, Facebook – Meta, Apple e Microsoft). Segundo dados publicados, o lucro anual dessas empresas em 2023 ultrapassou a cifra de R\$ 327 bilhões, as quais obtiveram receitas acima de R\$ 1 trilhão. Nos primeiros três meses de 2024, Google e Microsoft juntas somam uma receita superior a R\$ 150 bilhões, o que exemplifica o poder dessas instituições.

na educação tem se legitimado e convertido em solução global aos problemas em educação. Dessa forma, e não de outra forma, os novos mercados tecnoeducativos tem alcançado impor as lógicas capitalistas na educação pública. (Saura, Cancela e Parcerisa 2023, p. 21)

Entre as estratégias concebidas pelo Capitalismo Digital, a fim de ampliar os Mercados Tecnoeducacionais e fortalecer a dependência tecnológica das políticas educacionais, está a constituição da Governança Digital Educativa. De modo geral, a Governança Digital Educativa pode ser formada por sujeitos públicos e privados, humanos e não humanos, que atuam de diferentes formas e interesses a fim de implementar a digitalização e plataformização da educação e da formação docente. São as dinâmicas operadas no âmbito da governança que possibilitam a elaboração das agendas privatistas e tecnoeducativas a serem introduzidas na política educacional, que ampliam a dependência em relação aos mercados e fortalecem o Capitalismo Digital. Ao mesmo tempo, a governança consolida espaços de concessão de poder ao capital o qual se apresenta como solução do problema a partir da produção rápida de tecnologia, inovação e produzindo imaginários capazes de conformar as ações no campo educacional.

Para Saura (2020) essa é uma tendência hegemônica, marcada pela necessidade de controle imposta pelo poder econômico, a fim de obter segurança para os negócios e não correr riscos:

Que as corporações digitais tenham cada vez mais capacidade de decidir e liderar as políticas educacionais tem a ver com a tendência das últimas décadas de passar de modos de governos centralizados para modos de governos próprios, o que se tem definido por governança. Na governança contemporânea da política educacional tem cada vez mais aceito as interações entre empresas, sujeitos políticos públicos e privados, governos e fundações sem fins lucrativos que se unificam com metas conjuntas para decidir politicamente as formas de atuação na realidade concreta. (p. 163).

Para além das instituições que materializam a Governança Digital Educativa, chama atenção o papel atribuído à sujeitos não humanos, isto é, plataformas, aplicativos, softwares, programados para, ao processar dados utilizando realidades virtuais e inteligência artificial, ofertar serviços educacionais de toda ordem, desde as tarefas de gestores escolares até a definição da uma política pública.

Entende-se que é um fenômeno que exige atenção, sobretudo pelos critérios pouco transparentes relacionados a composição dos espaços de governança digital na educação e que formalizam o uso dessas tecnologias, permitindo, somente, análises relacionadas aos resultados das ações e dificultando o conhecimento dos processos de decisões que antecedem. Essas, por sua vez, decorrem dos consensos obtidos em torno de estratégias que atendem as necessidades

dos Mercados Tecnoeducacionais, o que configura um explícito processo de privatização na educação e nos próprios instrumentos democráticos a ela vinculados. São “transformações na política educacional que demonstram o poder corporativo do capitalismo digital [...] funciona com base em uma doutrina do avanço tecnológico, conformando os imaginários sociotécnicos de governança digital educativa. (Saura, 2020, p. 166).

A principal veia do capitalismo digital é, justamente, a combinação do caráter fetichista da tecnologia digital com a elaboração de uma perspectiva retórica de um futuro que, para existir, deve apresentar soluções tecnológicas. Os Imaginários Sociotécnicos na Educação vinculam essas duas dimensões a partir de imagens simbólicas desejáveis para médio prazo, a qual exigirá, por partes dos Estados, determinada programação para inserir-se na educação do futuro, o que Saura (2020) denomina como Imaginários Programáticos. Enquanto isso, os Imaginários Sociotécnicos Mercantilistas têm por “finalidade fazer tornar mais atrativos os novos mercados tecnológicos que criam, para projetar o êxito futurista da educação, ao mesmo tempo que desenham o futuro da humanidade e das máquinas”. (Saura, Cancela e Parcerisa 2023, p. 22).

A elaboração de Imaginários Sociotécnicos na Educação enquanto uma aposta de mercado, efetivada por grandes empresas e Estados, é o que garante a coalisão discursiva em torno de certa inculcação ideológica e a materialização fetichista da tecnologia como solução dos problemas educacionais, tendo como fim, como já observamos, o beneficiamento do próprio capital. “Os solucionistas implantam a tecnologia, a qual definem como neutra, para evitar a política, justificam medidas não ideológicas que mantêm girando as rodas do capitalismo global” (Saura, Cancela e Adell 2022, p. 20).

Nesse ínterim, qual seria o tipo ideal de ser humano a ser produzido ou formado? Na linha do sujeito empreendedor e do empresariamento de si, como tratado anteriormente, o Capitalismo Digital alude a produção de uma Subjetividade Neoliberal, cuja condução das relações sociais sejam dependentes do mundo digital. É a efetivação dos processos de plataformização do trabalho que, no caso da docência, em nome da desburocratização passa-se a exigir mais inovação, resultados, registros e, assim, elevar a quantidade de trabalho de professores, apresentando a flexibilidade como um valor elementar e universal. Impõe, portanto, autogerenciamento do trabalho, incorporando mudanças na subjetividade e nas práticas docentes, isto é, individualizando-a e precarizando-a. Constitui-se, assim, uma certa subjetividade da desprofissionalização, desintelectualização e da dependência da mercadoria tecnológica.

O papel burocrático que controla o trabalho docente agora é o registro digital constante. O papel tem um limite. Os dígitos, porém, são infinitos. Como

não há limites, as plataformas digitais que mediam as escolas podem exigir ao docente cada vez mais registros. E, assim, as promessas desburocratizadoras, tão comuns nos discursos que endossam trocar o papel pelo digital [...] estão aumentando a carga de trabalho, intensificando a burocracia ampliada. (Saura, Cancela e Parcerisa 2023, p. 28)

No horizonte está a produção de comportamentos pelos quais a dependência tecnológica passa a ser um lugar comum para o desenvolvimento do trabalho (docente). Para isso, o capitalismo digital precisa lidar com um problema objetivo, sobretudo no Brasil: existiria uma formação insuficiente sobre as competências digitais. O caminho para enfrentar o problema seria atrelar a produção de competências àquilo que é requerido pelos Mercados Tecnoeducacionais, o que oportunizaria a ampliação de uma economia digital. Para isso, a aposta é nas parcerias público-privadas, envolvendo o aporte de recursos para que as empresas possam conduzir a formação profissional, incluindo a capacitação de professores. Assim, a referência no mercado como horizonte formativo para as competências digitais deve proporcionar uma modernização do sistema educacional, o que, obviamente, está alinhada à imaginários sociotécnicos projetados pelos mercados tecnoeducacionais, resultando, enfim, no beneficiamento do capital.

Conceitualmente, buscamos demonstrar que o Capitalismo Digital se constitui enquanto fenômeno do atual estágio do modo de produção capitalista e pode ser compreendido como uma manifestação mais aparente a partir da crise de 2008. Além disso, o Capitalismo Digital vale-se da articulação de conceitos e mecanismos políticos, econômicos, ideológico que, relacionados, efetivam condições concretas que garantem a hegemonia digital sobre as relações sociais em geral e, em particular, na educação. Nesse caso, a combinação dos conceitos brevemente apresentados agrega pistas sobre a hipótese de que há em curso uma Política Educacional Digital como expressão do próprio capitalismo em crise, o que dialoga com os processos de ampliação da digitalização do mundo do trabalho, dada a imposição da Indústria 4.0.

O entrelaçamento do poder econômico (grandes empresas de tecnologia), político (estados, entes subnacionais, organismos internacionais) e ideológico (instituições de difusão de ideias e formadoras de opinião) tem sido capaz de recompor o capitalismo pós crise sob bases altamente flexíveis e, por isso mesmo, mais imponente.

Contornos do capitalismo na era da imposição tecnológica digital

A lógica que rege o modo de produção capitalista, já apontada por Marx na sua teoria do valor, presente em “O Capital”, é o estabelecimento de relações sociais de produção que

sejam capazes de instituir mais valor, a partir da exploração do trabalho. Embora os tempos sejam outros, o fundamento Marxiano persiste inquestionavelmente atual e contribui para explicar a conjuntura sobre a qual o fenômeno tecnológico e digital se impõe como o modo hegemônico de o capital se expressar socialmente e nas políticas educacionais.

Na esteira de Puello-Socarras (2008; 2021), tomamos a atual fase do capitalismo em sua manifestação neoliberal mais desenvolvida, caracterizada por níveis ascendentes de financeirização da economia, atrelada aos desmonte das políticas de proteção social e do trabalho, dando lugar as ações de austeridade que apresentam contrarreformas no aparelho do Estado, o qual passa a ser gerido explicitamente pelos interesses da burguesia. Nessa linha, a individualização radical do provimento de sobrevivência e do trabalho, somada a ausência de direitos, ideologia do empreendedorismo e a plataformização das atividades laborais⁶ permitem que as grandes massas trabalhadoras não encontrem garantias sociais que lhes permitam viver mais, bem e com dignidade⁷.

As dinâmicas do mundo do trabalho em geral e, em particular, do trabalho educativo, impõe a convivência com o mundo digital enquanto uma condição de existência elementar. Atualmente, é quase impossível negar o domínio do campo digital e a dependência tecnológica como condição vital, o que se desdobra nos trabalhos mediados por plataformas e todas as ramificações oriundas do processo de Uberização, que marca o período em que vivemos. Trabalho intermitente, teletrabalho, *homeoffice*, desconstratualizações, fim do imposto sindical obrigatório e a flexibilização nas regras das demissões são formas contemporâneas adotadas para que a burguesia recoloca o seu poder de classe a partir da sua desresponsabilização com os contratos efetuados para a realização do trabalho.

Na mesma direção, as modificações operadas no mundo do trabalho pós crise 2008 são, obviamente, acompanhadas de reformas no âmbito do Estado. O caráter de classe do Estado capitalista se expressa quando as relações de forças são diluídas em prol da hegemonia em torno de um projeto social único, precisamente aquele que atende os interesses da classe dominante, provocando uma aparência democrática em torno de grupos que, a rigor, fazem a gestão do

⁶ Em “O privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital” Ricardo Antunes (2018) apresenta uma síntese elucidativa das condições dos trabalhadores plataformizados. Elevada precarização, sem direitos e sujeitos a grandes cargas horárias de trabalho por dia, o novo trabalhador digitalizado reúne, em si, o projeto mal sucedido do capitalismo, pós crise 2008.

⁷ Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua e divulgados em 2024, o número de trabalhadores com carteira assinada, portanto, protegida em algum grau pela legislação trabalhista, chegou a 37.955 milhões de pessoas. Isso é acompanhado, contraditoriamente, por 38.5 milhões de trabalhadores informais, desprotegidos pelas leis que regem a contratualização. Devido as morfologias do trabalho, institutos como IBGE tem promovido alterações nas fórmulas e conceitos que mensuram o desemprego. O uso do termo “ocupação” é uma dessas estratégias.

Estado. No Brasil, desde 2014, com as primeiras medidas de austeridade fiscal, passando pela reforma trabalhista, Emenda Constitucional n. 95, reforma da previdência e outras medidas, convive-se com a reestruturação do papel do Estado, a qual vem favorecendo em escala ascendente os interesses das frações mais ricas do país.

Por isso, o próprio Estado não fica imune ao poder da imposição tecnológica e digital, tendo em vista que este é um fenômeno que serve a acumulação capitalista. No Brasil, durante contexto pandêmico, governos nacionais e subnacionais aceleraram a inserção de serviços públicos digitais por meio de plataformas, aplicativos, sites, como é o caso do Portal Gov Br⁸ que reúne um conjunto de opções que podem ser acessadas por qualquer cidadão, desde que registre e disponibilize seus dados. Em alguns casos, há serviços que somente podem ser realizados mediante inscrição no portal, por meio do Cadastro de Pessoa Física – CPF. Silenciosamente, as instituições de Estado se tornam um espaço apropriado para a digitalização, obrigando o conjunto da cidadania tornar-se dependente de tais mediações.

Embora algumas instituições estatais exerçam um certo tipo de controle sobre o processo de imposição tecnológica e digital, como foi a manifestação do Ministério da Justiça do Brasil em 02 de junho de 2024⁹ determinando que a Meta, empresa proprietária do Facebook, Whatsapp e Instagram, não utilize os dados dos usuários para treinamento de sua inteligência artificial, o ordenamento legal parece ser insuficiente para conter a ação das *Big Techs*, ou as penalidades tornam-se irrisórias frente o poder econômico que possuem. Apesar de o Brasil contar com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.853/2019), trata-se de uma legislação que busca normatizar o uso dos dados dos usuários, criando um regramento específico que, ao fim e ao cabo, viabiliza o uso das informações pessoais inclusive para finalidades econômicas e financeiras.

No extremo, essas alterações que caracterizam a forma de atuação do capitalismo, da imposição tecnológica e digital, podem ser concebidas como expressão/manifestação da crise e do próprio colonialismo de dados, como trata Sergio Amadeu da Silveira. Como tal, esse é o papel das crises que ora ou outra se apresentam: recompor as peças que constituem o funcionamento do modo de produção, de tal maneira que não sejam alterados os pressupostos que garantem as suas condições de existência. Nesse contexto, as mudanças promovidas no mundo do trabalho, a reconfiguração das funções do Estado que assume um viés radicalmente

⁸ Disponível em <https://www.gov.br/pt-br>. O portal foi instituído pelo Decreto n. 9756/2019 por Jair Bolsonaro, presidente da república no período.

⁹ Notícia publicada pelo Portal Metrôpoles, disponível em <https://www.metropoles.com/brasil/meta-governo-proibe-uso-de-dados-dos-usuarios-para-treinamento-de-ia> acesso em 15 dez 2024

neoliberal, o processo de tecnologização e digitalização dos processos sociais e institucionais são contornos que marcam o capitalismo nesse tempo.

Buscando aprofundar o entendimento sobre as dinâmicas do capitalismo contemporâneo, no próximo capítulo, nos aproximamos da análise sobre o Estado a partir da teoria relacional de Nicos Poulantzas, aqui assumida como um aperfeiçoamento da concepção marxiana que o compreende enquanto um comitê executivo da burguesia. No mesmo sentido, apresentamos algumas recomendações publicadas em relatórios e documentos por alguns organismos internacionais e que indicam o uso da tecnologia no processo de digitalização, com foco no setor educacional. A convergência entre a noção de Estado e as recomendações dos organismos de atuação multilateral reside, entre outros aspectos, na institucionalização de instrumentos de governança corporativa no setor público, os quais são adotados no intuito de incorporar as exigências do capital no âmbito das ações de governo, a fim de atender seus interesses de mercado.

2. ESTADO, GOVERNANÇA E CAPITALISMO DIGITAL NO BRASIL

Este texto tem por objetivo analisar as relações entre Estado, os instrumentos de governança indicados por Organismos Internacionais e o papel das forças capitalistas comprometidas com o desenvolvimento de uma Política Educacional Digital no Brasil. A partir disso, procuramos detalhar o ciclo que articula tal política a partir das diretrizes apresentadas por alguns Organismos Internacionais e seus reflexos na organização política interna, o que se efetiva através de uma forte influência empresarial, seja na esfera do Ministério da Educação ou diretamente nas escolas e redes de ensino.

Para tanto, na primeira seção, apresentamos um breve percurso analítico sobre o Estado, demonstrando que é atual a tese marxiana de que o Estado atua enquanto um comitê que administra os negócios comuns da burguesia. Então, optamos, inicialmente, por cotejar alguns pontos da obra de Marx e Engels na tentativa de provar que, para os autores há uma concepção clara sobre Estado, o que não impediu, ao longo de suas trajetórias intelectuais e políticas o amadurecimento desse entendimento. Dialogando com tal princípio, recorreremos ao trabalho de Nicos Poulantzas¹⁰ e à sua teoria relacional do poder, por meio da qual o autor greco-francês dispõe de definições atuais para a compreensão do Estado enquanto um comitê dos negócios da burguesia, bem como as condições para uma interpretação adequada do Estado contemporâneo.

A segunda e terceira seções trazem as análises de documentos produzidos por 04 (quatro) Organismos Internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Unesco e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) entre 2019 e 2023. A análise é apresentada através de categorias analíticas, envolvendo o conteúdo da narrativa digital e tecnológica promovida pelos Organismos, bem como os enunciados produzidos em prol da governança digital a ser adotada pelos países. Nessa linha, a quarta parte descreve a articulação empresarial desenvolvida no país, levando em conta a atuação política de uma organização criada em 2016, cuja finalidade tem sido fazer pressão junto aos governos para que formulem políticas públicas voltadas ao uso massivo tecnologias digitais na educação.

¹⁰ Em “Capital e Estado de Bem-Estar” Sergio Lessa (2013) sugere que autores como Carlos Nelson Coutinho, Norberto Bobbio e Nicos Poulantzas teriam abandonado a tese marxiana do Estado enquanto comitê executivo dos negócios comuns da burguesia. A despeito dos primeiros, entende-se que a teoria relacional do poder de Poulantzas não promove cisão alguma com a noção marxiana, ao contrário, proporciona um aprimoramento detalhado que constitui atualidade fundamental para compreensão do Estado em diferentes formações sociais, uma vez que condiciona a sua interpretação ao nível das lutas de classes em cada território, o que envolve a questão do poder e da política. O que Poulantzas apresenta é, sem compromisso acrítico algum, uma atualização do problema levantado por Marx e Engels e que tem a ver com a relação Estado e sociedade.

Estado e o comitê dos negócios da burguesia

Embora haja, no âmbito do marxismo, uma ampla diversidade de perspectivas que analisem o fenômeno do Estado, desde Karl Marx e Friedrich Engels, passando por Vladimir Lênin, Antônio Gramsci, até autores contemporâneos como Louis Althusser, Nicos Poulantzas e Istvan Mészáros, o que parece ser comum e, de certo modo, inaugural, é o entendimento de que as dinâmicas sobre as quais operam as estruturas de Estado só podem ser apreendidas, teoricamente, se tomadas a partir das relações que se estabelece com as estruturas, frações e lutas entre as classes sociais. Nesse sentido, a tradição marxista dos debates em torno do Estado se apresenta enquanto antítese da visão idealista, a qual foi hegemônica no mundo europeu moderno desde as obras de Thomas Hobbes, John Locke, Jean-Jacques Rousseau e, principalmente, Georg Friedrich Hegel, quem sustentou a existência autônoma do Estado em relação à sociedade.

É a partir de Marx e a sua “Crítica à Filosofia do Direito de Hegel” que vigoram as primeiras suspeições acerca da noção de Estado independente das dinâmicas sociais, o que é ampliada pelo questionamento ao idealismo hegeliano, o qual apresenta a Ideia, o absoluto como sujeito que se aliena na imperfeição do real. Nessa lógica, que teria um desenvolvimento pleno desde que alheio às condições objetivas, o Estado seria a substância da Ideia primeira, o verdadeiro sujeito, enquanto a realidade objetiva, imperfeita, seria mero atributo, um predicado do pensamento de onde emergem todas as coisas.

No manuscrito, Marx percebe os limites dessa filosofia e inicia os esboços de uma teorização sobre Estado. Ainda sem uma precisão teórica e estrutural definida, o autor avança para compreender a existência de uma relação, ainda não muito clara, entre as estruturas institucionais do Estado e aquilo que opera na base da sociedade, sem trata-la ainda desde a perspectiva das classes sociais, mas inaugurando um rompimento com a noção ideológica da autonomia entre essas duas esferas. Embora o capitalismo se assente sobre uma aparente independência entre o econômico e o político, se comparada às formas pré capitalistas, o intercâmbio observado por Marx veicula, inversamente à Hegel, o Estado como expressão da sociedade. É, portanto, um primeiro passo dado pelo autor na direção de uma concepção materialista do Estado.

Nas palavras de Marx (2010):

O fato é que o Estado se produz a partir da multidão, tal como ela existe na forma dos membros da família e dos membros da sociedade civil. A especulação enuncia esse fato como um ato da Ideia, não como a ideia da multidão, senão como o ato de uma ideia subjetiva e do próprio fato, “de maneira que essa divisão, no singular (antes, o discurso era apenas o da

divisão dos singulares nas esferas da família e da sociedade civil), pelas circunstâncias, pelo arbítrio etc. aparece mediada”. (p. 31)

A passagem exemplifica o pensamento de Marx sobre o tema e dá início a difusão de ideias objetivas que, a partir daí, passam a relacionar o fenômeno do Estado com um entendimento mais sofisticado sobre a sociedade. Isso ocorre dada a participação de Marx em organizações políticas de sua época (Liga dos Justos, Liga dos Comunistas), o encontro decisivo com Engels e o salto qualitativo de sua visão de mundo que essa amizade lhe permitiu. Nesse período, Marx e Engels escrevem duas obras cruciais para a síntese que elaboram sobre a questão. Em “A Ideologia Alemã”, os autores produzem uma crítica importante sobre a dimensão política e ideológica do Estado enquanto manifestação da vontade geral, demarcando que, a rigor, o que está em questão é a propriedade privada, o controle sobre o trabalho, o dinheiro e a riqueza produzida. Além disso, descortinam a falsa premissa do Estado como promotor de interesses coletivos, demonstrando que a sua função é garantir, justamente, objetivos particulares dos mais abastados.

Contudo, é no “Manifesto Comunista” de 1848 que os autores sintetizam a formulação mais conhecida. Produzido no epicentro das lutas sociais da Europa no período, o Manifesto, enquanto material de divulgação pública das ideias comunistas, teve por objetivo a organização dos trabalhadores sob a forma partido. No texto, Marx e Engels (2007) expressam:

Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada e autônoma na comuna, aqui a república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, base principal das grandes monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e o mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios de toda a classe burguesa (p. 41-42)

Mais bem elaborada, a concepção de Estado presente no Manifesto opera a partir de um princípio de transformação decorrente da ação política, o desenvolvimento conjuntural do capitalismo e as relações de forças. Estado, para Marx e Engels, não é um dado monolítico que serve, sem resistências, à burguesia, mas tem sido. O fato de estar em movimento é o que permite distintas formações estatais em diferentes países, muito embora, na forma social capitalista, haja certa hegemonia das classes dominantes sobre o funcionamento do Estado. Trata-se, portanto, de uma concepção objetiva e relacional do Estado no âmbito das sociedades de classes, as quais travam lutas que interferem na sua orientação política, o que, de modo recíproco, vem a influenciar a dinâmica das lutas de classes. Textos como “Lutas de Classes na

França”, “18 Brumário de Luís Bonaparte”, “Crítica ao Programa de Gotha”, “Origem da Família, da Propriedade Privada e Estado” e escritos jornalísticos que analisam a situação de países como Estados Unidos, por exemplo, demonstram o aperfeiçoamento da concepção materialista do Estado, tomado, ao mesmo tempo, em sua fase mais madura, como um campo de disputas que deve ser enfrentado pelas classes trabalhadoras, organizadas em partidos revolucionários e que, no horizonte comunista, deverá ser suprimido.

A teoria da história em Marx e Engels é a chave para a sua compreensão sobre Estado. Enquanto fenômeno datado, o Estado moderno, capitalista, é entendido em seu processo de desenvolvimento e não como constructo do destino *a priori*, independente da ação política promovida por seres humanos que atuam desde seus lugares de classe. Diz Marx (2011):

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sobre as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram (p. 25)

O argumento redefine a compreensão sobre história e o Estado, na medida em que reconhece a existência de condições sociais pregressas e, ao mesmo tempo, reafirma que a ação política é quem pode operar mudanças sobre essas condições. Embora essencialmente capitalista, o Estado, em sua manifestação democrática e representativa, tem permitido que grupos subalternos oriundos das classes trabalhadoras possam se organizar e reivindicar seus interesses, relações estas que caracterizam o movimento real e a dialética estabelecida entre o *modus operandi* estatal e as lutas de classes, mesmo que seja em um quadro conjuntural desfavorável.

De certo modo, essa dimensão histórica do Estado é um dos fatores que aproximam a relação conceptual de Marx/Engels e Nicos Poulantzas. Em que pese as diferenças contextuais de cada tempo, o que explica a caracterização distinta que produzem sobre o tema, os princípios elementares produzidos pelos autores do século XIX parecem estar presentes nas análises do intelectual Greco-francês, o que fica evidente a partir de alguns pontos de convergências que são cruciais para o refinamento da noção de Estado.

Para Poulantzas, qualquer entendimento sobre Estado deve ser considerado, obrigatoriamente, desde a sua relação com as lutas de classes, os movimentos concretos que envolvem os interesses das classes sociais fundamentais e suas frações mais expressivas, o que o autor denomina como “condensação de uma relação de forças” (Poulantzas, 1980, p. 141). Nesse sentido, compreende que a qualidade (em termos dialéticos) que caracteriza determinada atuação estatal contrai a essência do estágio das correlações de forças que vigora em

determinado território, o que não significa dizer que o Estado perde suas funções na manutenção capitalista, ou, nos termos utilizados por Poulantzas (1979):

Há que se ter em conta a função econômica do Estado em sua materialidade específica, seu papel declarado de organizador político da burguesia e, enfim, todos os seus procedimentos e técnicas de poder disciplinares e normatizadores (p. 71).

A função econômica do Estado, descrita acima, pode ser vista como o desempenho de seu papel na constituição das relações de produção. Desse ponto de vista, o Estado atua enquanto ordenador do processo de reprodução de capital, viabilizando que as frações dominantes não encontrem obstáculos ao avanço privado, colocando o Estado como eixo mobilizador da produção de mais-valia.

Isso traz, inicialmente, à baila as transformações das relações de produção. Estabelecer a relação do Estado com essas relações significa desde já que as transformações do Estado em sua periodização histórica fundamental [...] levam a substanciais modificações das relações de produção e da divisão social do trabalho capitalistas. Se seu núcleo persiste, que é o que faz com que o Estado continue capitalista, não impede que eles passem por importantes transformações ao longo da reprodução do capitalismo. (Poulantzas 1980, p. 142)

O que Poulantzas propõe é o que denomina como “Teoria Relacional do Poder”, que se desdobra nas mais diversas dimensões da atuação estatal, principalmente a econômica e política. Por Poder, afirma que “se deve entender a capacidade, aplicada às classes sociais, de uma, ou de determinadas classes sociais em conquistar seus interesses específicos” (Poulantzas 1980, p. 68), o que estaria condicionado às relações entre essas mesmas classes. Ou seja, o poder de uma determinada classe só pode ser mensurado na relação que estabelece com outras, o que ocorre no plano da luta entre essas classes na sociedade e, fundamentalmente, aquilo que se traduz na disputa política pela direção do Estado.

Nestes termos, pode-se entender que, para Poulantzas, o Estado é relacional e está imbricado nas contradições oriundas das lutas de classes que, em certo sentido, se configuram como contradições específicas e que se materializam no âmbito do Estado enquanto dimensão da política concreta em disputa. É relacional, também, por compreender que o Estado se enraíza na realidade social, o que permite que as contradições do real se intensifiquem e se expressem no conjunto das ações políticas do Estado.

Em síntese, o que Poulantzas procura evidenciar, sobretudo em suas últimas formulações, é o modo como se desenvolvem as lutas de classes no contexto das diferentes formações sociais e políticas de cada território (Estado-nação) e como as relações entre essas

classes e o poder que agregam refletem nas diferentes formas políticas, entendidas como modos de regulação, dos Estados capitalistas. Por sua vez, o poder político exercido pelo Estado tem ingerência significativa não apenas na dinâmica das lutas de classes, mas joga papel decisivo sobre as relações de produção e da divisão social do trabalho, o que não deixa dúvidas sobre sua convicção acerca do caráter funcional do Estado à estrutura econômica e social que mantém o capitalismo.

A produção Poulantziana é estratégica neste trabalho, pois ela se configura como uma mediação entre as análises Marxianas sobre Estado e o que ocorre na atualidade, principalmente após o capitalismo experimentar, nos últimos 50 anos, ao menos duas grandes crises que promoveram impactos estruturais nas funções do Estado capitalista. São transformações de cunho neoliberal e que nos permitem trazer à baila as sínteses de Marx e Engels - o Estado enquanto um comitê dos negócios comuns da burguesia - como provoca a necessidade de analisá-lo em suas manifestações fenomênicas a partir dos impactos regressivos na sociedade.

Desse modo, permanece incontestado a noção do Estado enquanto organizador político da burguesia, o que não ocorre sem resistências, isto é, movimentos contra hegemônicos que podem ser mensurados pelo grau de poder – econômico, político, simbólico - que agregam as classes/frações de classes reivindicatórias. O caráter de classe do Estado capitalista reside, entre outras formas, na legitimação da capacidade de uma classe se sobrepor à outra, levando em conta o poder que possui e como transforma-o em hegemonia, o que passa, necessariamente, pelo controle econômico, político e ideológico.

Entre os instrumentos adotados pela sociedade capitalista e os Estados contemporâneos, sobretudo por aquelas economias mais desenvolvidas, está o papel protagonista dos Organismos Internacionais. Sua função, de longa data, tem sido fortalecer a manutenção do capital e sua forma social, lançando mão de bases ideológicas que possibilitem a autorreprodução sistêmica e a construção de condições para que os Estados sejam permeáveis às lógicas de mercado. No contexto deste trabalho, os Organismos Internacionais têm atuação decisiva na pulverização da narrativa de imposição tecnológica e digital, sobre o que trataremos na próxima seção.

Os organismos internacionais e a pulverização da narrativa digital

O fenômeno da imposição tecnológica e digital se amplia radicalmente a partir da necessidade de reestruturação do Capital frente à crise 2008 e a interrogação colocada ao modelo de autonomia dos mercados, preconizado pela teoria neoliberal, devido a recorrência à instituições financeiras junto aos Estados para evitar o colapso do sistema. Daí, portanto, a

atualidade da compreensão do Estado na forma descrita por Marx e Engels, apresentada na seção anterior. A crise, assim, é o fundamento sobre a qual se ergue um conjunto de manifestações que impactam toda a sociedade, em especial as classes trabalhadoras, uma vez que as modificações impostas exercem influência direta no Trabalho, como já demonstramos no primeiro capítulo.

Contudo, lidamos com a hipótese de que os Organismos Internacionais têm atuação multilateral e multissetorial, em acordo com as diretrizes colocadas pela burguesia, que, em um contexto de crise, necessita recompor as peças no tabuleiro das lutas entre capital e trabalho, a fim de manter-se não só viva, mas hegemônica enquanto classe. Embora haja diferenças estratégicas que variam de acordo com cada Organismo, suas atuações tendem: a fortalecer e ampliar o modelo econômico neoliberal, a partir da disponibilização de linhas de crédito para financiamento econômico, permitidas desde que sejam adotadas as condicionantes apresentadas por essas instituições; difundir narrativas ideológicas sobre o futuro, ao ponto de induzir os países à adoção de políticas que promovam adequação das relações sociais ao que está por vir; consolidar, por meio do poder político que concentram, uma visão de mundo capaz de justificar e naturalizar a necessidade de adequação das sociedades aos “novos tempos”, fomentando uma visão uníssona em torno do capitalismo enquanto modo de produção único, possível e em permanente aperfeiçoamento.

A pulverização da narrativa em torno da incorporação da tecnologia e das estratégias digitais promovida pelos Organismos têm consolidado sua tarefa com sucesso, principalmente em países com economias emergentes, como é o Brasil. O objetivo dessa seção é demonstrar como a narrativa aparece em alguns documentos, relatórios e artigos publicados por 04 (quatro) Organismos, entre 2019 e 2023, de tal forma que seja possível observar a força ideológica concentrada por essas instituições e os impactos objetivos em termos das políticas já em execução, envolvendo o tema da incorporação tecnológica e digital na oferta de serviços públicos, especialmente a educação.

O período escolhido para a seleção dos documentos obedece a dois critérios: o primeiro é a consolidação, desde 2019, da plataformização enquanto meio de relações sociais e de trabalho, atingindo seu grau mais desenvolvido após 10 (dez) anos da crise; o segundo concentra, justamente, o período pandêmico, momento no qual a digitalização da vida em sociedade avançou consideravelmente, viabilizando a ampliação das narrativas que propugnam o digital como o caminho inteligente e viável para o futuro. Os materiais analisados foram publicados pelo Banco Mundial - BM (2020), Fundo Monetário Internacional - FMI (2019; 2020; 2022), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (2020;

2020a; 2020b; 2022; 2023) e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – UNESCO (2019; 2020; 2021; 2022; 2023), os quais serão apresentados mais adiante.

Forjado a partir dos problemas produzidos pela II Guerra, o Banco Mundial é uma organização financeira que fomenta empréstimos aos países do globo, tendo sua atuação parametrizada pelo Dólar estadunidense. Contando com 189 países-membros, o Banco teve papel destacado na reconstrução do norte global no período pós-guerra, promovendo financiamentos aos países impactados, exercendo uma política muito próxima do desenvolvimentismo calcada no acordo de *Bretton Woods* e a consolidação do *Welfare State* junto aos países do norte. Para Pereira (2018) e Shiroma et al (2011), o Banco Mundial atua como linha auxiliar para exercício do poder global almejado pelos Estados Unidos, uma vez que esse país ocupa os principais cargos da instituição e define as linhas estratégicas do banco. Para Leher (2015), o interesse do Banco Mundial no setor da educação surge entre as décadas de 1960 e 1970, quando passa a relacionar as ações já desempenhadas nas áreas de segurança e pobreza àquelas promovidas no campo educacional, considerado, a partir de então, estratégico na contenção do comunismo e defesa dos interesses ocidentais. A ampliação das escolas técnicas ocorridas no Brasil no período da ditadura civil-militar, bem como as reformas curriculares daquele período tiveram influência intelectual do banco.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) faz parte do grande Sistema das Nações Unidas e tem sua origem na década de 1940, em um contexto de tentativa da promoção da paz e da difusão de um processo civilizatório novo, cujo espectro dominante foi a consolidação do modo de produção capitalista (Evangelista, 2000; Oliveira, 2014). Marcada por uma trajetória em defesa da paz enquanto sinônimo da ampliação do desenvolvimento capitalista para todas as nações, a UNESCO conta com 195 países signatários e se notabiliza pela tentativa de promover a cooperação entre as nações, o que, historicamente, aparece sob a forma de importação de modelos (educacionais) dos países centrais aos periféricos. Para isso, aposta na realização de Acordos de Cooperação com diversas nações para introduzir suas diretrizes na formulação de políticas públicas, o que não impede o estabelecimento de parcerias diretas com outras instituições cujas finalidades estejam ligadas ao mundo corporativo.

A partir de 1961, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE tem ocupado o cenário de difusão do pensamento liberal, com a formulação de políticas que buscam fomentar a estabilidade econômica dos países ricos, o que perpassa por uma inserção forte na arquitetura das políticas educacionais (Silva, Silva e Ferreira, 2022). Com um expediente mais restrito, a OCDE conta com 38 países-membros, os quais definem suas linhas

estratégicas e formas de atuação nas mais diversas localidades, inclusive naqueles países que não são membros, como é o caso do Brasil. Entre suas atribuições, a OCDE é reconhecida por reunir uma grande quantidade de dados sobre os países, informações quantitativas e estatísticas, o que acaba por viabilizá-la como um verdadeiro centro de referência internacional quando o assunto é definição de estratégias para a concepção e execução de políticas públicas. Desde 2012, a Diretoria de Educação e Habilidades¹¹ da OCDE atua em diversos lugares, com intuito de, segundo informações disponíveis em seu site, “ajudar governos a antecipar o conhecimento e as habilidades necessárias no mundo de amanhã e a projetar e gerenciar seus sistemas de educação e habilidades” (Ocde, 2025, s/p), o que ocorre por meio de um forte estímulo à padronização curricular, promoção da pedagogia das competências e habilidades e foco na aprendizagem (Silva, Silva e Ferreira, 2022).

Por sua vez, o Fundo Monetário Internacional – FMI foi criado em 1944 com o objetivo de garantir a estabilidade monetária em escala global e traçar encaminhamentos macroeconômicos que sustentem os pressupostos liberais do capitalismo (Pires, 2017). Segundo informações contidas em seu site eletrônico, o FMI (2025)¹² é:

[...] uma organização de 191 países que trabalha para promover a cooperação monetária global, garantir a estabilidade financeira, facilitar o comércio internacional, promover altos níveis de emprego e crescimento econômico sustentável e reduzir a pobreza em todo o mundo. (s/n)

Entre os Organismos trazidos neste trabalho, o Fundo Monetário Internacional é aquele cuja produção documental tem menor impacto sobre a definição e execução de políticas educacionais. Mesmo assim, sua atuação em outras áreas é ampla e protagonista, sobretudo na linha de empréstimos aos governos e a definição de itinerários de aplicações financeiras que atendam aos condicionantes impostos pelo Fundo, o que acaba por exercer influência indireta na área da educação.

Há de destacar dois pontos de confluência entre os Organismos Internacionais, sumariamente apresentados acima. É praticamente comum o período de fundação das organizações, exceto a OCDE, criada na década de 1960. De qualquer forma, o contexto da prática dos Organismos remonta a segunda metade do século XX, período pós II guerra, marcado por grandes revoluções e a existência do mundo bipolar. Em geral, essas instituições tinham e ainda tem papel importante na consolidação do modo de produção capitalista em

¹¹ Diretoria de Educação e Habilidades - OCDE (<https://www.oecd.org/en/topics/education-and-skills.html>)

¹² Disponível em <https://www.imf.org/en/Countries> acesso em 13 jan 2025.

escala global, ainda que o desenvolvimento em cada país seja desigual e a grande maioria das nações se caracterizem por economias subalternas e dependentes.

Por outro lado, a confluência também se apresenta na medida em que os Organismos têm atuação articulada, valendo-se de informações, dados, políticas e diretrizes que são produzidas e consideradas entre essas instituições. Exemplo disso é o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, sigla em inglês) coordenado pela OCDE. Este é o maior instrumento de avaliação de alunos do mundo, adotado por vários países e utilizado como parâmetro para a definição de ações estratégicas por outros Organismos Internacionais. Sem dúvida, essa articulação demonstra não só o alinhamento político existente entre os órgãos, mas o compromisso que as define na manutenção das bases econômicas e financeiras que subjaz o estágio atual do capitalismo em sua versão tecnológica e digital.

Em seguida, apresentamos a Tabela 01 na qual dispomos os documentos estudados neste trabalho, desde onde cotejaremos alguns fragmentos para análise.

Tabela 01: Documentos dos Organismos Internacionais analisados (2019 e 2023)

DOCUMENTOS DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS (2019 a 2023)			
Título	Organismo Internacional	Ano de Publicação	Objetivo
Relatório de Monitoramento Global da Educação - Migração, deslocamento e educação: construir pontes, não muros	UNESCO	2019	Analisa o impacto da migração e do deslocamento entre todos os movimentos populacionais: internos e transfronteiriços, voluntários e forçados, para o emprego e para a educação. O Relatório também examina os progressos da educação na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
Relatório de Monitoramento Global da Educação - Inclusão e Educação: todos, sem exceção.	UNESCO	2020	Analisa os mecanismos sociais, econômicos e culturais que discriminam crianças, jovens e adultos em situação de desvantagem, e os excluem da educação ou os mantêm marginalizados
Relatório de Monitoramento Global da Educação - Atores não estatais na educação: quem escolhe? quem perde?	UNESCO	2021/2	Convocar os governos a considerar todas as instituições, estudantes e professores como parte de um único sistema.
Relatório da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação - Reimaginar nossos futuros junto: um novo contrato social para a educação	UNESCO	2022	Perguntar qual é o papel que a educação pode desempenhar para idealizar o nosso mundo comum e o nosso futuro compartilhado, pensando em 2050 e além.

Informe do Segmento da Educação no Mundo - Tecnologia na educação: uma ferramenta a serviço de quem?	UNESCO	2023	Recomendar que a tecnologia seja introduzida na educação com base em evidências que demonstrem que ela seria apropriada, igualitária e sustentável.
Reimaginando as conexões humanas: tecnologia e inovação em educação no Banco Mundial	BANCO MUNDIAL	2020	Trabalhar para descobrir soluções de tecnologia em educação baseadas em evidências, implementar soluções, em nível piloto e em escala, difundir amplamente esse conhecimento entre os formuladores de políticas, e apoiar o desenvolvimento de capacidade para melhor uso desse novo conhecimento.
Escolas do Futuro: definindo novos modelos de educação para a quarta revolução industrial	FMI	2020	Catalisar a mudança de sistemas mobilizando uma coalizão ampla e inovadora de partes interessadas relevantes em torno de novos modelos, novos padrões e um novo impulso para a ação para transformar o futuro da educação.
Educação 4.0 na Índia	FMI	2022	Visa usar tecnologias da quarta revolução industrial para melhorar o aprendizado e reduzir as desigualdades na Índia e no mundo.
Tecnologia Global Governança: uma abordagem multissetorial	FMI	2019	Destacar as prioridades, barreiras e papéis comuns das partes interessadas no desbloqueio dos benefícios das tecnologias emergentes, ao mesmo tempo em que gerencia seus impactos negativos.
Estratégias digitais na educação nos países da OCDE: explorando políticas educacionais sobre tecnologias digitais	OCDE	2020	Identificar os interesses dos países da OCDE em inovação digital na educação, analisando seus documentos de política sobre educação digital.
Construindo o futuro da Educação	OCDE	2023	Discutir onde a OCDE poderia contribuir para responder aos atuais desafios por meio da educação nos próximos anos.
Inteligência Artificial confiável na educação: promessas e desafios	OCDE	2020a	Apoiar o diálogo sobre inteligência artificial (IA) do G20.
Coronavírus e o futuro da aprendizagem: o que a IA poderia ter tornado possível	OCDE	2020b	Apresentar as contribuições da Inteligência Artificial para os sistemas educacionais.
Educação Avançada: construindo um futuro que funcione para todos	OCDE	2022	Publicação elaborada para o Fórum Mundial da Educação

Fonte: Sites da OCDE, Banco Mundial, UNESCO e FMI. Elaborado pelo autor (2025)

O contexto de elaboração e publicação destes documentos foi marcado pela predominância das manifestações da crise 2008, acentuada pela pandemia de Covid-19, a qual apontou a necessidade de distanciamento social, promovendo uma verdadeira transformação nos modos tradicionais de realização do trabalho até então produzidos. Aproveitando os limites impostos pela realidade pandêmica, a narrativa pela defesa e imposição tecnológica e digital passou a ganhar espaço enquanto estratégia para o preenchimento das fissuras produzidas nas relações sociais, sendo difundida como solução para o problema. Além disso, o contexto de produção dos documentos se caracterizou pelas manifestações do Capitalismo Digital, acentuado pela forte atuação dos Mercados Tecnoeducacionais que se materializam mediante o protagonismo agressivo das *Big Techs*, e seu poder econômico de persuasão junto aos Estados, entre outros instrumentos, da propagação das narrativas solucionistas via tecnologia digital, criando um ambiente sobre o qual o uso dessas ferramentas se concretizaria enquanto um único caminho, conforme tratado no primeiro capítulo.

Além disso, no caso Brasileiro, o contexto em que essas narrativas se ampliaram coincide com o governo Bolsonaro¹³, marcado pela explícita adesão aos princípios neoliberais no campo econômico, com o avanço nas privatizações e destituição de direitos trabalhistas, em nome da ideológica retórica de liberdade econômica e do empreendedorismo. Também, o mandatário teve papel decisivo no atraso institucional para conter os danos relacionados à pandemia, negando sua existência, agindo com lentidão na compra de vacinas e na gestão da crise imposta pelos problemas originados na rápida propagação do vírus. Essas manifestações, somadas aos limites estruturais já acarretados pela crise 2008, criaram um ambiente de radical individualização da vida, com consequências graves para as relações sociais o que, contraditoriamente, foi visto como uma oportunidade pela lógica do Capitalismo Digital e a influência exercida através dos Organismos Internacionais.

No que diz respeito à caracterização geral dos documentos, é preciso dizer que se trata de materiais¹⁴ (relatórios, artigos, balanços, resultados de pesquisas) que oferecem algum tipo de influência colateral na área da educação. Em muitos casos, apelam à necessidade de adequação dos países a um futuro incerto, mas que, obviamente, será forjado na digitalização de tudo e a convivência com a Inteligência Artificial; na apresentação de *cases* de sucesso, dando ênfase à experiências muito particulares já desenvolvidas e que, quase sempre, são geridas pelo setor privado; na valorização da matéria prima do Capitalismo Digital, isto é, os dados dos

¹³ Jair Messias Bolsonaro foi Presidente do Brasil no período 2019 a 2022.

¹⁴ Tomamos os documentos como fontes primárias e institucionais, tendo em vista que o seu conteúdo está publicado em *sites* oficiais e, portanto, representam as posições dos organismos internacionais sobre o tema.

usuários (professores, estudantes) como mola propulsora para a oferta de novos serviços (mercadorias). Em outros casos, sugerem desenhos institucionais às nações, a fim de promover sua adequação àquilo que será exigido no futuro, como é o caso das orientações que envolvem as padronizações curriculares com base na formação para as competências e habilidades digitais.

O que apresentamos a seguir é uma seleção, por meio do qual foi possível organizar o conteúdo a partir de Categorias de Análises, permitindo, ao mesmo tempo, a compreensão global do conteúdo e uma interpretação das intencionalidades contidas nas publicações, levando em conta os fundamentos teóricos já expostos e o contexto de sua produção e divulgação. As categorias foram constituídas a partir da apreensão sobre como as políticas educacionais são tratadas nos documentos e na aproximação efetuada do seu conteúdo, permitindo aglutinar fragmentos de diferentes instituições. A partir disso, elencamos quatro categorias: Imposição Tecnológica e Digital, Benefícios das Tecnologias Digitais na Educação, Competências e Habilidades Digitais e Uso de Dados.

A ideia mestra que rege a noção de **Imposição Tecnológica e Digital** reside na tentativa de afirmar as tecnologias digitais enquanto uma realidade inevitavelmente posta, restando o desafio da adaptação das pessoas a essa nova sociabilidade. O caráter impositivo trazido pelos documentos reflete sua dimensão ideológica, uma vez que sustenta o fenômeno das tecnologias digitais, tratando-as como um dado natural, independente das relações sociais e da dinâmica das lutas de classes. A base dessa tendência é um princípio falso de que a tecnologia tem um fundamento de neutralidade, atende a todos da mesma forma e está em condição autônoma em relação aos conflitos inerentes à sociedade de classes.

Hoje, o uso da EdTech não é mais uma questão de “se”, mas de “como”. Além da resposta emergencial imediata para oferecer educação aos alunos fora da escola, a Covid-19 obrigou os países a rever seus modelos de educação para abordar questões de resiliência, acesso, qualidade e relevância com a EdTech. A EdTech apoia países que buscam reformas educacionais com relação a acesso, habilidades, professores, avaliação, conteúdo, dados e envolvimento da comunidade (Banco Mundial, 2020, p. 9).

IA, computação em nuvem, big data, a Internet das Coisas, realidade virtual e outras formas de digitalização estão remodelando fundamentalmente o mundo. O futuro parece cada vez mais digital com conectividade aprimorada, disruptiva, modelos de negócios digitais, produção física majoritariamente automatizada, trabalho cada vez mais virtual e comércio global digitalizado. Tudo isso transformará negócios e mercados, a natureza do trabalho e a demanda por habilidades, assim como as maneiras pelas quais as pessoas participam de comunidades físicas ou virtuais e se envolvem em relacionamentos pessoais (Ocde 2023, p. 03).

A Imposição Tecnológica e Digital se coloca na educação como um modo de projetar o tipo de ser humano a ser formado, tendo como premissa a relação com as tecnologias. Não se trata de indagar seus impactos, mas pensar modelos educacionais que sejam capazes de incorporar, com maior celeridade possível, as mercadorias digitais na educação de crianças e adolescentes. É importante destacar entre os documentos a recorrência de uma visão consensual e positiva sobre a introdução das tecnologias digitais na educação¹⁵, elencando seus benefícios.

O conjunto de **Benefícios das Tecnologias Digitais na Educação** são amplamente sustentados pelos Organismos Internacionais. Em geral, são benesses que dialogam com a forma mercadoria contemporânea, a qual se caracteriza pela alta capacidade resolutiva de problemas, o que, em síntese, determina o seu valor final. Ou seja, o que se pretende afirmar é o caráter mercadológico das tecnologias digitais e o quanto a sua introdução no ambiente educacional contribui para que a própria educação se transforme em mercadoria.

Ao abordar a questão junto ao tema das Migrações, a Unesco sugere que:

Os deslocamentos forçados, com frequência, sobrecarregam os sistemas educacionais. Soluções tecnológicas, com sua flexibilidade, resiliência, velocidade, mobilidade e portabilidade, podem ser adequadas para ajudar a compensar a falta de recursos educacionais padrão (Unesco, 2019, p. 27)

Este é um pressuposto comum na visão dos Organismos Internacionais e, de certa forma, bem difundida entre os países signatários. A noção de que as tecnologias digitais permitem acesso a qualquer serviço, em tempos diferenciados e independente do lugar é recorrente e tem servido para consolidar o pensamento em prol dos benefícios das tecnologias.

No mesmo sentido, OCDE e Unesco vislumbram a personalização de atividades para a aprendizagem e a eficiência, enquanto uma racionalização do tempo destinado às tarefas escolares como benefícios trazidos pelas tecnologias digitais na educação.

A tecnologia digital fez enormes progressos na concepção de soluções de “personalização” baseadas no conhecimento e nas dificuldades de aprendizagem dos alunos. É verdade que ainda precisa de melhorias, mas três tipos de sistema teriam sido muito úteis durante a crise atual, se tivessem sido mais difundidos e avançados: Sistemas que ajudam professores, alunos e pais a navegar nos recursos digitais existentes, disponíveis gratuitamente na Internet e, também, nos comerciais. Sistemas que ajudam os professores a dar aos alunos os tipos certos de tarefas com base em seus conhecimentos e

¹⁵ No momento da elaboração deste trabalho, o presidente da república do Brasil sanciona a Lei n. 4.932/2024, a qual restringe o uso de celulares nas escolas públicas e privadas do país. Embora haja exceções, como para uso pedagógico e fins de acessibilidade, a lei parece ir na contramão das diretrizes encaminhadas pelos organismos internacionais.

dificuldades nas disciplinas. Sistemas que ajudam os alunos com os trabalhos de casa em diferentes domínios. (Ocde 2020b p. 11)

Melhorias em eficiência talvez seja a forma mais promissora pela qual a tecnologia digital possa fazer diferença na educação. A tecnologia é tida como capaz de reduzir o tempo dos estudantes e professores gastam em tarefas de menor importância um tempo que pode ser usado para outras atividades mais importantes em termos de aprendizagem (Unesco 2023 p. 11)

Chama atenção o peso argumentativo e generalizado da introdução desses instrumentos tecnológicos e digitais na educação. Ao aceitar a visão dos organismos internacionais como critério da verdade, estaríamos prestes a encontrar as soluções para problemas históricos e complexos que persistem na vida social. Trata-se de uma perspectiva sem respaldo na realidade concreta, a qual se apresenta, cada vez mais distante da resolução qualitativa de problemas elementares, demonstrando que a tecnologia digital tem um determinado potencial e pode muitas coisas, mas não pode tudo.

As tecnologias, os recursos e as plataformas digitais podem ser direcionados para apoiar os direitos humanos, melhorar as capacidades humanas e facilitar a ação coletiva para a paz, a justiça e a sustentabilidade. Para dizer o óbvio, a alfabetização digital e o acesso a informação são um direito básico no século XXI; sem eles e cada vez mais difícil a participação cívica e econômica (Unesco, 2022, p. 32)

As tecnologias digitais oferecem inúmeras vantagens, incluindo maior acesso à educação e oportunidades de treinamento, e em toda a OCDE, a maioria das crianças está conectada e muitas começam a usá-las antes mesmo de saberem andar ou falar. A mudança tecnológica acelerada torna o aprendizado ao longo da vida cada vez mais relevante. A capacidade dos indivíduos de se adaptarem a novas expectativas e futuras demandas de trabalho dependerá da aquisição de fortes habilidades básicas e do desenvolvimento da vontade de aprender e do hábito de aprender. (Ocde 2022, p. 11)

Uma nova “ciência da aprendizagem” está surgindo, composta de blocos de construção da psicologia cognitiva, neurociência, pesquisa cerebral e psicologia social. Isso oferece grandes oportunidades para os sistemas educacionais repensarem seu propósito (Ocde 2023, p. 04)

Acima, é possível identificar o sentido atribuído pelos Organismos Internacionais aos benefícios que as tecnologias digitais oferecem à educação e ao todo social. Enquanto a Unesco incentiva o uso das tecnologias como um caminho para atingir a paz, justiça e solidariedade, Elon Musk, proprietário da rede social X e detentor da maior empresa de conectividade do mundo – Starlink – incentiva golpes de estados em diversos países a fim de garantir os interesses

de suas empresas, como ocorreu na Bolívia em 2019¹⁶. Da mesma forma, Mark Zuckerberg, proprietário da Meta (Facebook, Instagram e Whatsapp) determina mudanças nas ferramentas que regulam as publicações em suas plataformas (checagem de informações), justificando que países da União Europeia censuram usuários¹⁷. Nos parece elementar o entendimento de que a tecnologia não é neutra e está submetida a interesses de classe bem concretos, o que ultrapassa sua dimensão econômica, embora seja fundamental, e avança sobre a dimensão ideológica que, nestes casos, tem evidentes manifestações reacionárias com sérias ameaças à soberania política dos países.

Se, por um lado, os Organismos Internacionais apresentam uma visão ideologizada acerca das tecnologias digitais e seu uso na educação, por outro, investem fortemente na retórica da formação por **Competências e Habilidades Digitais** como linguagem básica e universal, condição necessária para sobreviver em um futuro de incertezas. Conforme expresso a seguir, o investimento na internalização de competências e habilidades digitais passa a ser o eixo sobre o qual deve girar o conjunto das ações na educação.

A EdTech deve ser usada não apenas para apoiar a alfabetização e o ensino de matemática no nível básico, mas também para ajudar a desenvolver as chamadas “habilidades do século 21”, incluindo habilidades socioemocionais e “digitais”, desde competências tecnológicas básicas até habilidades de ordem superior, como aquelas relacionadas à codificação, ao pensamento computacional e à ética. (Banco Mundial, 2020, p. 10)

As pesquisas europeias sobre TIC informam sobre a aquisição de habilidades digitais e sobre a importância relativa da escola, do trabalho e do lar. Apesar da relevância das habilidades em TIC para o trabalho, em 2018, 10% dos entrevistados participaram de uma formação específica em TIC no trabalho e 20% participaram de pelo menos uma atividade geral para melhorar seus conhecimentos em informática, softwares e aplicativos. O desenvolvimento das habilidades em TIC ocorre com mais frequência por meio de treinamentos online gratuitos ou do autoestudo, especialmente entre os jovens. (Unesco 2020, p. 29)

O papel dos Organismos na difusão das ideias em torno da tecnologia digital na educação tem sido um fator preponderante para a tomada de decisões dos países e a consolidação de políticas sobre o tema. Para essas instituições, a preparação das sociedades para enfrentar um mundo permanentemente em transformação, onde a única certeza é a ampliação

¹⁶ Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/27/em-2019-bolivia-passou-por-golpe-que-envolveu-elon-musk-e-disputa-por-litio> acesso em 02 jan 2025

¹⁷ Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-01/meta-promete-se-aliar-trump-contra-paises-que-regulam-redes-sociais> acesso em 02 jan 2025

da dependência tecnológica e digital, é um imperativo inquestionável sobre o qual devem ser conduzidas a formação das competências.

Nesse sentido, a OCDE desponta sobre as demais instituições, uma vez que sua especificidade está vinculada à organização de dados, estatísticas e informações que lhe credenciam enquanto ‘autoridade’ sobre diversos assuntos, mas, sobretudo, a educação.

A rápida adoção e difusão da IA na economia levanta novos desafios aos governos e às partes interessadas na educação: que conhecimentos e competências devem os sistemas de ensino formal desenvolver, tendo em conta os desenvolvimentos em curso? Estudos recentes estimam que 14% dos empregos existentes poderão desaparecer como resultado da automatização nos próximos quinze a vinte anos, e outros 32% poderão mudar radicalmente. (Ocde 2020a p. 11)

Estratégias de educação digital mostram que há uma preocupação compartilhada de que os alunos precisam de habilidades adequadas para a era digital. A maioria dos países da OCDE colocou a "alfabetização digital" em sua agenda. A ênfase na alfabetização digital levanta a questão de que tipo de habilidades são pretendidas. Pode-se fazer uma distinção entre habilidades genéricas para viver e trabalhar na era digital, por um lado, e habilidades específicas para aplicar tecnologias, por outro. (Ocde, 2020 p. 19)

O principal desafio educacional é equipar as pessoas com recursos para entenderem o mar de informações que estão a apenas alguns cliques ou teclas de distância (Unesco 2022, p. 34)

Chamam atenção alguns aspectos que envolvem as Competências e Habilidades Digitais. Primeiro, a aposta em argumentos calcados em previsões catastróficas em relação ao mundo do trabalho, o que não parece ser uma estratégia episódica. A afirmação mecânica, sem bases empíricas contundentes, que estipula o fim de atividades produtivas devido ao avanço tecnológico, desconsidera a noção defendida pelos próprios Organismos, os quais reiteram que as tecnologias digitais possuem uma contribuição universal. Este tipo de pensamento forçoso demonstra a função ideológica pela qual os Organismos difundem a necessidade de alinhamento com o projeto do capital.

Segundo, buscam desenhar o formato das competências e habilidades a serem priorizadas na arquitetura curricular dos países, com a finalidade clara de preparar, treinar, instruir, orientar os estudantes sobre o que é necessário adquirir no transcurso escolar. Dessa forma, passa ao largo qualquer tipo de formação ampla, no sentido omnilateral ou mesmo politécnica, onde os estudantes apropriem-se criticamente do conjunto de conhecimentos já produzidos. Além de reduzir a educação ao ensino e o ensino ao treinamento, a razão presente na lógica das competências e habilidades digitais pode ser traduzida como aquisição de aptidões para uma melhor adaptação às determinações exigidas pelo mercado capitalista.

O design e a programação de tecnologia são duas das principais habilidades definidas para serem de alta demanda nos próximos anos, à medida que a adoção da tecnologia continua a impactar o crescimento dos negócios. Embora o capital humano qualificado seja um dos principais contribuintes para o progresso e a adoção tecnológicos, as economias hoje estão muito atrás da nova fronteira da demanda por habilidades digitais. Para capitalizar todo o potencial da Quarta Revolução Industrial, as empresas e as economias devem promover habilidades tecnológicas na força de trabalho do futuro. (FMI, 2020, p. 09)

A transformação digital e a IA forçarão uma redefinição ainda maior das habilidades necessárias para o aprendizado e o desenvolvimento humano. Atualmente, também há uma falta de habilidades de IA entre a força de trabalho, o que é um grande desafio para a adoção da IA na sociedade. A questão é como a educação responderá a essa demanda. A OCDE pode monitorar, avaliar e antecipar esse desenvolvimento e apresentar uma visão de como o aprendizado humano permanecerá importante para garantir o crescimento futuro, a prosperidade, o progresso social e a qualidade de vida geral. (Ocde 2023, p. 10)

Reformular os currículos para que a meta seja o ensino das habilidades básicas mais adequadas às ferramentas digitais que comprovadamente melhoram a aprendizagem e são sustentadas por uma teoria clara de como as crianças aprendem, sem presumir que a pedagogia pode permanecer a mesma ou que a tecnologia digital é adequada a todos os tipos de aprendizagem (Unesco 2023, p. 24)

Fica evidente que a preocupação dos Organismos Internacionais não é a formação humana e integral de crianças e jovens. Esse fim é substituído pela existência, sem conflitos, de um futuro seguro e próspero que permitirá o pleno desenvolvimento do capitalismo, o que exige sujeitos capazes e preparados para dar a sua contribuição. Daí, a força colocada na narrativa em torno da preparação de sujeitos capazes de enfrentar os desafios do futuro, o que ocorrerá, sem conflitos, se os sistemas educativos nacionais incorporarem as competências e habilidades digitais nos currículos, prática esta que Brasil já avança a passos largos.

Outro atributo da pulverização da narrativa digital promovida pelos Organismos Internacionais é a importância depositada no **Uso dos Dados** dos usuários. Em recente entrevista, Cedric Durand¹⁸, autor de *Tecnofeudalismo: crítica da economia digital* menciona que a importância dos dados para a economia atual é superior àquela atribuída ao petróleo, justamente por sua finitude. A comparação não parece ser descabida, uma vez que os Dados alimentam algoritmos, os quais são preparados para tratar um número muito elevado de informações (*BigData*) e devolvê-las sob a forma de novas informações, mercadorias, serviços ou soluções

¹⁸ Entrevista concedida ao Instituto Humanitas (Unisinos) em 03 de fevereiro de 2022, publicada em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/616087-o-tecnofeudalismo-e-uma-especie-de-capitalismo-canibal-entrevista-com-cedric-durand> acesso 20 jan 2025.

para problemas específicos. Ou seja, a partir dos Dados, são originadas tantas outras mercadorias que, por sua vez, possibilitam acesso à novos dados. E é justamente aí que os Dados têm sido utilizados na educação.

A inovação digital é orientada por dados. Embora os dados sempre tenham existido na educação, tecnologias como IA e a Internet das Coisas (IoT) aumentam a eficácia e, portanto, o valor dos dados. Algoritmos exigem grandes quantidades de dados, criando um incentivo para maximizar a coleta de dados. A digitalização aumentará ainda mais a coleta de dados, que se tornará mais frequente e fácil. Como os dados podem ajudar professores, administradores e formuladores de políticas a melhorar a educação (políticas), os dados são uma parte importante das estratégias digitais e das estratégias de educação digital. (Ocde, 2020 p. 12)

A EdTech oferece oportunidades para tomadas de decisão mais transparentes e baseadas em evidências em nível de aluno, de sala de aula, de escola e de sistema educacional. Utilizar a tecnologia para apoiar o ensino e a aprendizagem deixa uma “pegada digital” que pode ser coletada, analisada e compartilhada de maneiras que simplesmente não eram possíveis anteriormente. Tal uso, no entanto, traz consigo profundas implicações relacionadas à privacidade e à propriedade de dados, bem como aos desafios relacionados à segurança digital. (Banco Mundial, 2020, p. 10)

Pode-se observar o papel exercido a partir do Uso de Dados no âmbito educacional, desde as escolas até a gestão da educação. Nessa lógica, os Dados coletados (desde plano de aulas, notas dos estudantes, avaliações, tempo de uso da tecnologia, conteúdos ministrados, até informações sobre matrículas, evasão, retenção escolar, número de instituições, materiais adquiridos etc.) proporcionam informações valiosas aos sistemas algoritmizados que são previamente programados para dar um tratamento aos Dados, que permitirá pensar, criar, projetar novas ações e/ou políticas públicas educacionais.

As tecnologias digitais reúnem e transmitem informações em uma escola inédita em alta velocidade e a baixo custo. O armazenamento de informações causou uma revolução no volume de conhecimento acessível. O processamento de informações permite que estudantes recebam respostas imediatas e, por meio da interação com as máquinas, adaptem o ritmo e a trajetória de sua aprendizagem: eles podem organizar a sequência daquilo que estão aprendendo de acordo com seu histórico e suas características. (Unesco, 2023, p. 10)

Isso explica a quantidade de empresas, de todos os portes, que investem em plataformas digitais que se dedicam a oferecer serviços para a escolas, redes e sistemas de ensino. A disponibilização dos Dados pessoais (estudantes, professores) e educacionais (escolas, redes e

sistemas) para essas empresas, o que não ocorre sem vultuosas contrapartidas¹⁹, configura-se como o combustível extremamente útil para seus negócios no mercado digital, reproduzindo o processo de dependência tecnológica, uma vez que os serviços oferecidos são cada vez mais personalizados ao público educacional.

A produção, a circulação e uso de dados, assim como o conhecimento que podem surgir desses dados por meio de processos digitais, mudaram as formas pelas quais a ciência avança e a especialização se desenvolve – bem como as maneiras pelas quais a informação e o conhecimento estão, ou não, disponíveis para o público em todo o mundo. Ao mesmo tempo, a facilidade de coleta e análise de dados facilitada pelos computadores rapidamente eclipsou as formas alternativas de raciocínio e conceptualização, com consequências como o privilégio de base de dados numéricos sobre outros tipos de dados, incluindo experiência pessoal e outros tipos de informações que, embora relevantes, podem ser difíceis de quantificar. (Unesco 2022, p. 34)

O elemento principal a ser levado em conta no contexto do Capitalismo Digital é que a sua matéria prima não faltará, diferentemente dos recursos naturais. Para isso, a extração dos Dados depende da conexão ampliada dos usuários, o que pode ocorrer em várias plataformas simultâneas, desde utilização de redes sociais, até aplicativos de instituições financeiras, as quais, inclusive, já trabalham com a opção *Open Finance*. A esse respeito, a simples disponibilização dos Dados permite que algoritmos atuem com um conjunto massivo de informações, mas a sua circulação por diferentes tecnologias digitais é o que garante a produção elevadas de mercadorias virtuais. Daí a importância atribuída, por parte dos Organismos Internacionais, ao uso e circulação dos Dados, pois se trata, atualmente, da energia vital e condição de existência do capitalismo em seu estágio mais tecnológico.

O caráter unísono dos Organismos Internacionais em face da pulverização da narrativa digital, opera através de condicionamentos discursivos que impõe as tecnologias digitais como

¹⁹ Por exemplo, desde 2016 a Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (RS) tem relações com a Bigtech Google (<https://educacao.rs.gov.br/secretaria-da-educacao-firma-parceria-com-o-google-nesta-segunda>). Contudo, em 2020, o estado firmou um Acordo de Cooperação Técnica com a empresa Google LLC, cuja finalidade é o “intercâmbio e a cooperação técnica entre os partícipes em assuntos relacionados ao campo da educação básica, visando o compartilhamento de conhecimentos, a transferência de experiências e a realização de atividades conjuntas, mediante a disponibilização de soluções, pesquisas e estudos voltados ao aprimoramento das ações de melhoria da qualidade da educação”, conforme disposto no Expediente Processo Administrativo n. 20/1900-0018103-0. Em princípio o Acordo não apresenta transferência de recursos financeiros, mas permite a disponibilidade de dados. Seguindo a tendência do Filantropocapitalismo (Saura, 2023), o RS, aproveitando o espectro pandêmico, abriu as portas para que a *BigTech* estadunidense formasse seu mercado, o que permanece vigente até os dias atuais. Já a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS fechou contrato com a G Suite Enterprise for Education (Contrato n. 2020/021227), com a finalidade de obter licenças para gravação e armazenamento ilimitado, cujo valor ultrapassa R\$ 40.000,00/ano. Esse contrato teve dois aditivos e permanece em vigor. Ambos podem ser visualizados em <https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=470492> e <https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=500795>

caminho para o futuro da humanidade. Do mesmo modo, promovem indicações ideológicas (no âmbito político e pedagógico) em torno de supostos benefícios das tecnologias na educação, sugerem a internalização de competências e habilidades digitais como condição necessária para a adaptação aos novos tempos e propagam a cantilena em torno do uso e disponibilização massiva das informações. O alinhamento da narrativa em defesa do uso das tecnologias digitais realizada pelos Organismos não deixa dúvidas sobre os objetivos dessas organizações quanto à defesa dos interesses da burguesia e do próprio capitalismo, mas também a pressão exercida sobre os países para que promovam reformas digitais nos/pelos governos e na própria política educacional.

Em um contexto marcado pela predominante disputa digital, tecnológica e de mercados entre Estados Unidos e China, o Brasil mantém seu papel no cenário da economia internacional, agindo como um consumidor de produtos externos e incorporando as alterações projetadas externamente em nossas dinâmicas sociais, produção e políticas públicas. A transferência estrutural de valor da periferia ao centro, fruto de altas taxas de superexploração do trabalho, como bem analisou Ruy Mauro Marini (2005), parece atual e pode ser aplicada à análise das operações efetivadas aqui pelas grandes empresas de tecnologia e com a força ideológica dos Organismos Internacionais e o papel dos governos.

Nessa direção, Shiroma et al (2002), Coraggio (2009) e Pereira (2018) compartilham da ideia de que a relação entre os Organismos Internacionais não pode ser tratada como “mera imposição unilateral, mas como uma via de mão dupla” (Pereira, 2018, p. 2). Embora os Organismos concentrem grande poder na propagação ideológica em prol do capitalismo, suas práticas, em geral, são combinadas com governos e agentes locais (públicos e privados) para alinhar estratégias políticas de consenso em torno da consecução de agendas previamente estabelecidas. A flexibilidade que caracteriza a relação dos Organismos com os países, bem como a variação de atores que participam desses espaços, permitem que o poder seja exercido não só por representantes políticos eleitos pela população, mas por sujeitos individuais e coletivos dos mais diversos setores, configurando nos espaços de Governança e na elaboração de modelos públicos-privados responsáveis pela condução das ações nos países.

A governança digital e a gerência do Estado

Extraídos dos mesmos documentos mencionados na seção anterior, os trechos cotejados nessa parte do trabalho permitem análises acerca da Governança Digital e o papel que essa estratégia imprime sobre a administração pública, cuja função é importante para a difusão do Capitalismo Digital. Por isso, adotou-se a mesma organização categorial anterior, as

quais foram assim elaboradas: Conceitos de Governança, Governança e o Mundo Corporativo, Governança Digital e Tecnológica na Educação, Experiências de Governança e Governança Multissetorial.

Considerando os trabalhos de Borges (2003), Pereira (2019), Januário (2024), Braz et al (2024), Filho e Lima (2025), Tristão e Fuchs (2023), pode-se dizer que a dimensão mais ampla de Governança Digital contempla elementos próprios da Governança e da Governança Corporativa enquanto utilização de modelos de gestão envolvendo entidades estatais e não estatais, como corporações privadas, estando fundamentadas em princípios, como: a) a difusão da crença de que os sistemas públicos não oferecem confiança, devido ao grau de interferência política sobre as decisões técnicas (a ideológica dicotomia entre economia e política parece ser um bom exemplo); b) necessidade de modelos administrativos mais horizontais e menos verticais, permitindo que um número maior de sujeitos possam participar dos espaços de decisão, o que, supostamente, favoreceria a transparência dos processos; c) a busca por uma maior eficiência no âmbito da administração pública, tendo como baluarte a gestão dos negócios corporativos e o cumprimento irrestrito às regras fiscais e monetárias; d) a promoção do princípio da corresponsabilização pública e privada, viabilizando estratégias organizacionais descentralizadas, flexíveis e que abarquem iniciativas reconhecidamente úteis por notório saber, o que abre caminho para implementação das Parcerias Público-Privadas (PPPs); e) a hegemonia do pensamento estratégico, capaz de efetivar, nas dinâmicas de funcionamento da administração pública, a adequação dos planejamentos nacionais com base em políticas focalizadas que visam atender, paliativamente, os problemas estruturais. Assim, pode-se pensar a Governança Digital como aquela que promove alterações substantivas na composição dos espaços institucionais para legitimar a presença de organizações estatais e não estatais que viabilizam a transferência da responsabilidade para com o tratamento dos dados de um país – de todos os setores – para ferramentas tecnológicas e digitais geridas por *Big Techs*, as quais operam as informações e direcionam os principais focos de atuação que devem ser priorizados pelos governos, ao passo que tomam para si o conjunto de dados disponibilizados pelos usuários, instituições e do próprio Estado.

Nessa linha, tomemos, então, a definição elaborada pelo Fundo Monetário Internacional, o qual sinaliza para a crítica ao exclusivismo exercido pelos governos, ao mesmo tempo em que sustenta a necessidade de atuação de outros sujeitos na esfera pública:

Por governança, referimo-nos à tomada de decisões e ao exercício de autoridade para orientar o comportamento de indivíduos e organizações. Os governos, no entanto, não são os únicos atores responsáveis pelo desenvolvimento de políticas quando se trata de tecnologias sofisticadas. A

expertise é um recurso escasso e alguns dos sistemas tecnológicos mais poderosos e maiores conjuntos de dados são gerenciados por empresas privadas. Políticas e normas corporativas – na forma de interações com formuladores de políticas, processos de desenvolvimento de produtos, acordos de usuários, protocolos de tomada de decisão, políticas de privacidade, sistemas de treinamento e estratégias de emprego – também são mecanismos de governança essenciais e poderosos. (FMI 2019, p. 07)

O tensionamento conceitual forjado pelo Fundo estabelece uma conexão entre os processos decisórios envolvendo as políticas que, em maior ou menor grau, incidem sobre a vida social e a abertura para que novos sujeitos usufruam do poder e da autoridade, sobretudo os mercados, através da sua propriedade em relação a produção tecnológica. Trata-se da permeabilidade do universo privado nos espaços de definição das políticas, as quais, em certo sentido, tendem a abrir caminhos para os produtos/serviços ofertados por empresas interessadas.

A este respeito, o documento do Fundo Monetário é mais objetivo e sustenta a noção de governança como um artifício capaz de limitar as ações governamentais ao passo que amplia a atuação privada, o que formaliza o protagonismo de uma Governança forjada na relação com o **Mundo Corporativo**:

Embora a governança tenha sido vista principalmente como competência do setor público, a governança vai além dos limites dos governos. Na verdade, é uma atividade que ocorre diariamente em organizações privadas, dentro de organizações formais e informais da sociedade civil e até mesmo em contextos sociais entre familiares e amigos. Como resultado, o termo “governança”, como é usado, se refere tanto às formas tradicionais de formulação de políticas quanto ao maior engajamento de atores não governamentais em processos não hierárquicos de formulação de políticas (FMI 2019, p. 07).

É clara a definição descrita pelo FMI neste documento, fazendo referência a uma defesa aberta da participação de sujeitos não estatais ou não governamentais na formulação das políticas. Chama atenção que o Organismo prioriza o espaço da concepção das políticas públicas, mas não menciona outros estágios como, por exemplo, a execução das ações. Parece importar a abertura de espaços para que a influência de instituições privadas se dê no contexto do planejamento, definições de papéis, atribuição de metas e desenhos orçamentários, o que contempla a estruturação das políticas, assumindo papéis de corresponsabilidade mais nas instâncias decisórias e menos em espaços operativos, exceto quando trata-se da oferta de serviços digitais.

De outro modo, destaca-se a comparação efetuada pelo Fundo entre a atividade governamental e de Estado com instituições privadas (empresas, famílias). A flexibilidade

argumentativa do texto beira a irresponsabilidade, o que é próprio de instituições de cunho neoliberal capazes de estabelecer simetrias entre organizações de naturezas muito distintas. A bem da verdade, o esforço dessa narrativa parece forjar um consenso pelo alto, abstraindo, como era de se esperar, a historicidade da sociedade de classes sobre a qual operam o Estado e as experiências de governança, tratando as dinâmicas do Estado de forma ideológica, isto é, enquanto um ente autônomo das relações sociais e, por isso, a serviço de todos.

No que tange a noção de **Governança Tecnológica e Digital** na Educação, os Organismos Internacionais promovem uma defesa enfática das estruturas de governança já existentes, mas incrementam a narrativa a partir das possibilidades que o uso da tecnologia digital deve ampliar. Para o FMI (2019, p. 07) o “propósito direto da governança tecnológica é guiar o comportamento de indivíduos e organizações em direção a um conjunto específico de resultados”, o que evidencia o sentido tutelar da governança tecnologia e digital, tanto no âmbito particular e individual quanto na definição conceptual das políticas públicas educacionais e sua adaptação às mudanças impostas ao mundo do trabalho.

Embora muitas escolas, programas e sistemas escolares sejam pioneiros na transição para a Educação 4.0 - incluindo [...] a criação de mudanças no nível do sistema exigirá uma colaboração mais próxima entre ministérios da educação, educadores e líderes do setor privado para conectar e dimensionar esses esforços para criar sistemas de ensino. Ativar a Educação 4.0 exigirá maior alinhamento entre os atores na definição e avaliação das habilidades do futuro, preparando a força de trabalho docente para liderar essa transição e aprimorando a conectividade entre escolas e sistemas escolares. (FMI 2020, p. 26).

Os ministérios da educação dos países devem engajar, incentivar e alavancar um amplo e diversificado conjunto de atores, dentro e fora do sistema educacional, ao desenvolver e implementar programas e políticas de EdTech. Este ecossistema inclui importantes atores, como alunos, professores, líderes escolares, pais/responsáveis, ONGs, agências doadoras, o meio acadêmico e empresas do setor privado, bem como outras agências e autoridades governamentais. Conteúdo educacional digital inovador, software, aplicativos, algoritmos, entretenimento educativo e serviços habilitados para EdTech são oferecidos por muitas organizações – algumas locais, algumas regionais e algumas globais. Os ministérios da educação não podem fazer isso sozinhos – e nem deveriam tentar. (Banco Mundial 2020, p. 15)

Note-se alguns elementos importantes que perpassam a ideia de Governança Tecnológica e Digital na educação, entre eles a necessidade de adequação do aparato político educacional ao modelo difundido pós crise 2008, denominado como Indústria 4.0, isto é, amplos processos de plataformização das atividades laborais, somados à destituição dos direitos sociais e do trabalho, ideologia do empreendedorismo e políticas de austeridade. No contexto da Indústria 4.0, passa-se a exigir a Educação 4.0 que, entre suas características, estão o uso das

Tecnologias Digitais em todos os níveis da política educacional, aumentando gradativamente a destituição da centralidade docente frente ao controle do processo pedagógico e, em certa medida, sua subordinação algorítmica às plataformas.

Outro aspecto importante refere-se à apropriação oportunizada pela Governança Tecnológica e Digital do tratamento de dados educacionais, seja para apresentar novos serviços ao campo educativo, beneficiando empresas de tecnologia ou permitir o uso dos dados dos usuários (governos, pessoas) como matéria prima de negócios digitais. Em si, a Governança Tecnológica e Digital autoriza o fluxo dessas informações e cria um cenário para o livre comércio digital no contexto da educação. Em tese recentemente apresentada, Januário (2024) reafirma o que temos sustentado sobre a existência da Política Educacional Digital enquanto um ciclo que tem início e fim nas próprias empresas capitalistas, beneficiárias das decisões políticas tomadas nos espaços de governança, uma vez que, de posse dos dados, “as plataformas digitais, no capitalismo, relacionam-se e obtêm lucros a partir da extração de dados e algoritmos, porque elas também são conhecidas por serem uma intermediária de arranjo e negócios (Januário, 2024 p. 119)”.

Na verdade, a narrativa produzida pelos Organismos Internacionais em torno da Governança Tecnológica e Digital tende à normalização de processos políticos, calcados em uma falsa ideia de consenso, onde agentes públicos, não estatais e mercado convivem e participam das decisões que, supostamente, beneficiariam a todos. Em torno dessa crença é que são indicadas pelos Organismos Internacionais as **Experiências de Governança**, as quais apontam que:

[...] Essa mudança em direção às habilidades tecnológicas exigirá colaboração público-privada para garantir que as escolas tenham a infraestrutura para permitir o aprendizado digital e a visão do mercado de trabalho sobre as habilidades tecnológicas que serão mais relevantes para o emprego no futuro. Muitas empresas já estão trabalhando em estreita colaboração com as escolas para possibilitar essa visão. (FMI 2020, p. 09).

O Banco Mundial trabalha em parceria com governos, instituições acadêmicas, organizações não governamentais, empresas privadas, sociedade civil e comunidades em todo o mundo para apoiar projetos inovadores, pesquisa e compartilhamento de conhecimento sobre a EdTech, com o objetivo final de melhorar o ensino e a aprendizagem. O Banco Mundial reconhece o papel desempenhado pelo setor privado e busca aproveitar suas inovações e engenhosidade para aumentar a eficiência no setor público. Essa abordagem de experiência em rede é crítica para garantir que a experiência da EdTech seja efetivamente compartilhada entre regiões e fronteiras e que o suporte local às instituições educacionais facilite a implementação de programas governamentais. Além disso, o Banco Mundial participa de uma série de eventos de aprendizagem pontuais e estruturados para que os clientes compartilhem conhecimentos de ponta, práticas promissoras e informações

bem-sucedidas sobre “como fazer” em apoio aos programas nacionais. (Banco Mundial 2020, p. 21)

As parcerias educação-comunidade podem assumir múltiplas formas e atingir diferentes objetivos. Elas podem fornecer e enriquecer atividades curriculares e extracurriculares, garantir que os currículos se alinhem com as necessidades do mercado de trabalho local ou aprimorar o aprendizado acadêmico enquanto servem à comunidade por meio do aprendizado de serviço. (Ocde, 2022, p. 15)

Dentre essas Experiências de Governança podemos elencar algumas características importantes. Em primeiro lugar, os Organismos partem de um princípio em que a colaboração entre setor público e privado é a chave para o avanço modernizador nas políticas de educação, uma vez que a *expertise* das empresas de tecnologia e outras instituições da “sociedade civil” deveriam ser referência para a educação pública. Em segundo lugar, essas Parcerias Público-privadas viabilizariam para as escolas uma “visão de mercado”, a partir da produção de habilidades digitais incorporadas ao currículo, contando com tecnologias educacionais (*Edtechs*) enquanto meio para “melhorar o ensino e a aprendizagem”.

Em terceiro, os Organismos mencionam que a relação formal entre instituições públicas e privadas enquanto conteúdo das Experiências de Governança tornam as atividades do setor público (na educação) mais eficiente, o que se materializa no alcance de indicadores de aprendizagem, consubstanciados pelas métricas avaliativas estipuladas por sistemas algoritmizados em plataformas digitais. A partir disso, o que se observa é a instrumentalização das políticas educacionais por parte de empresas privadas, as quais são responsáveis pela produção das tecnologias que sustentam o funcionamento das plataformas e que são apresentadas no quadro do solucionismo tecnológico, reservando para si aquilo que lhes é mais caro: os dados educacionais.

O protagonismo privado no âmbito da Governança prescinde de mecanismos de articulação **Multissetorial** como estratégia para a introdução das Tecnologias Digitais na totalidade da política educacional. Nesse sentido, os Organismos Internacionais acenam para que as instâncias de Estado modernizem sua gestão, trabalhem de forma coletiva e aproximem os diferentes órgãos de governo²⁰.

A implementação da EdTech exige que os ministérios da educação se envolvam com outros órgãos do governo, especialmente os ministérios das

²⁰ Como exemplo, mencionamos Edital n. 166/2024/MCOM recentemente publicado qual selecionou empresas de telecomunicações para oferta de conectividade nas escolas públicas brasileira, mediante a redução na contribuição, por parte das empresas selecionadas, ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações –FUST. O edital foi publicado em <https://editalfust.mcom.gov.br/> e será retomado ao final do trabalho.

telecomunicações e da economia, para analisar as políticas de redução dos custos de conectividade e o aumento do acesso para as escolas. (Banco Mundial 2020, p. 23)

Muitas vezes, a governança dos fornecedores não estatais de educação é fragmentada. A boa governança e as regulamentações efetivas são fatores fundamentais para a capacidade dos governos de oferecer uma educação equitativa de boa qualidade. Em 94 países, os planos ou as estratégias do setor visam à intervenção de atores não estatais na oferta de educação ou no fornecimento de outros serviços. Em alguns países, os ministérios ou departamentos compartilham as responsabilidades. A fragmentação, a falta de coordenação e a articulação duplicada ou indefinida de responsabilidades podem influenciar a equidade e a qualidade na educação de maneira negativa (Unesco 2021, p. 10)

Estabelecer organismos para avaliar a tecnologia educacional, envolvendo todos os atores que possam realizar pesquisas independentes e imparciais, e definindo padrões e critérios claros de avaliação, com o objetivo de obter decisões políticas baseadas em evidências sobre a tecnologia educacional (Unesco 2023, p. 25)

O apelo da Governança Multissetorial enfoca o envolvimento de diversos órgãos ligados a administração pública na oferta de serviços educacionais digitais, como é o caso das ações para a conectividade nas escolas, acarretando que mais instituições estejam ligadas à internet. Como exemplo, a Unesco afirma que diversos países avançaram após produzirem planos setoriais que possibilitaram a participação privada²¹ na oferta de serviços de tecnologias digitais, endossando a tese de que o mercado é quem encaminha as soluções *Edtechs*, sem necessariamente identificar os ganhos que as empresas agregam a partir disso.

Ao considerar as narrativas produzidas pelos Organismos Internacionais acerca da Governança Digital e a gerência do Estado, podemos identificar que tais instituições procuram induzir à um único caminho, isto é, a incorporação das lógicas digitais e tecnológicas produzidas por instituições privadas como meio para o processamento das informações de usuários ou governos, o que se transforma em novos serviços e na valiosa matéria prima que essas

²¹ No caso brasileiro, a Estratégia Nacional Governo Digital é um bom exemplo de planos para difusão das tecnologias digitais na administração pública. Implementada através da Lei do Governo Digital (Portaria n. 14.129/2021), a estratégia “tem por objetivo articular e direcionar as iniciativas de governo digital entre todos os entes federados, de modo a ampliar e simplificar o acesso do cidadão aos serviços públicos”. Para tal, conta com um comitê gestor constituído por diversos ministérios e “duas de entidades associativas da administração pública estadual e distrital; duas de entidades associativas da administração pública municipal; duas de entidades associativas do setor privado; duas da comunidade científica ou acadêmica; e duas de outras organizações da sociedade civil, cujas atividades sejam relacionadas a governo digital, e relevantes para os objetivos da Estratégia Nacional de Governo Digital”. Vê-se, portanto, um caso evidente de constituição de uma governança que reserva espaços estratégicos para a iniciativa privada na definição dos rumos da política de participação e acesso aos serviços públicos brasileiro. Essas informações estão disponíveis em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategias-e-governanca-digital/estrategianacional>

instituições necessitam. Ao consolidar-se no âmbito de órgãos de Estado a partir de instituições próprias, como agremiações que unificam as intencionalidades de mercado por meio de uma forte atuação política, os interesses dessas organizações tendem a se concretizar na abertura de um nicho de mercado a partir da venda de produtos/serviços tecnológicos ao poder público, na formação das habilidades e competências digitais requeridas pelo mercado, tornando cada vez mais difícil a tarefa de distinguir os interesses públicos e privados na gestão das ações estatais.

Os Capitalistas Digitais e sua atuação no Brasil

Entre os protagonistas na difusão do Capitalismo Digital no Brasil encontram-se as organizações ligadas ao mundo corporativo e privado, atuando sob a lógica do Filantropocapitalismo (Saura, 2020), as quais tem forte trânsito no espaço governamental a partir do *lobby* que caracteriza o *modus operandi* dessas instituições. Em via de regra, são empresas ou agremiações empresariais muito próximas da acepção de Aparelhos Privados de Ação Política (Casimiro, 2018), que operam como meio entre as orientações prescritas pelos Organismos Internacionais e a transformação de tais diretrizes em políticas públicas educacionais no país, o que viabiliza não só o enraizamento do consenso em torno das pautas do capital, mas ganhos de médio e longo prazo, tendo em vista que as decisões tomadas tem consequências formativas, econômicas e políticas que, em geral, fortalecem as relações sociais capitalistas.

É preciso mencionar que, o fenômeno de ampliação da militância privada para a difusão do Capitalismo Digital junto às políticas públicas educacionais deve ser analisado como parte de um todo, qual seja, o empresariamento da economia política brasileira como manifestação formal do neoliberalismo na periferia, que atua para sustentar os processos de superexploração do trabalho e a permanente precarização das políticas que incidem sobre a vida da classe trabalhadora. Nesse contexto, a imposição da narrativa digital na educação expressa a face das opções políticas assumidas que buscam consolidar o lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho como um país periférico, dependente e superexplorado, passando, agora, à fase da extração de matérias primas para produção externa de tecnologias digitais.

Apesar de as organizações empresariais terem participação relativamente recente na formulação de políticas educacionais sob a lógica digital, sua influência tem crescido de forma rápida, sobretudo após a crise 2008 e o avanço das mudanças tecnológicas operadas desde então. Herdeiras do acúmulo produzido pelo empresariamento da política educacional brasileira na primeira quadra deste século, as organizações empresariais compreenderam que a lógica da conjunção de forças seria o caminho mais seguro para a implementação das políticas

pró digitalização na educação sem retrocessos, independente da orientação política que conduza cada governo. Desse modo, algumas organizações ganham protagonismo no contexto de influência e formulação das políticas públicas educacionais, o que denominam como *Advogacy*²², passando a incorporar a narrativa digital e tecnológica como uma linguagem básica a todos níveis e etapas da educação.

Dentre as organizações empresariais comprometidas com a temática digital, a mais influente é o Centro de Inovação para a Educação Brasileira – Cieb. Esse Centro é uma associação fundada em 2016 tendo por objetivo a promoção de uma cultura de inovação na educação pública do Brasil, a partir da utilização de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, a fim de transformar os processos de aprendizagem, gerando mais equidade e qualidade educacional (Cieb, 2025). Entre as instituições associadas encontram-se o Instituto Natura, Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Fundação Telefônica Vivo, Itaú Social e Instituto Sonho Grande, as quais representam os interesses de empresas ligadas ao capital financeiro, tecnológico e com uma consolidada influência na condução das políticas públicas educacionais no país. Além disso, o Centro atua em cooperação técnica²³ com a Unesco e o Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed, entidade representativa dos secretários estaduais e que, nos últimos anos, tem sido aliada das ações apresentadas pelo mundo corporativo às políticas públicas educacionais.

Em seu manifesto, o Cieb expressa:

Quando sonhamos o **Brasil**, sonhamos com **educação**. Acreditamos que **todo brasileiro** tem o direito a uma **educação pública de qualidade, viva e instigante** que o prepare para apreender as **oportunidades do seu tempo**. Uma educação que respeite suas **particularidades** e possa ser aplicada na escala necessária para **transformar o Brasil** em uma sociedade mais justa e com mais equidade. **Queremos inovar**. Pensar o novo com a liberdade de quem se compromete com as **possibilidades, não com as limitações**. Pensar o novo com o **desprendimento** de quem quer aprender, testar, experimentar. **Pensar o novo de forma sistêmica. Incessantemente. Articular as conexões** necessárias para gerar um ecossistema impulsionador de **inovações na educação pública brasileira. Conectando múltiplos atores**, que irão facilitar a transformação. **Conectando diferentes ideias**, na busca das melhores soluções. **Conectando as mais inovadoras ofertas educacionais** às

²² A organização da sociedade civil “Todos pela Educação” defende que *Advogacy* envolve um conjunto de ações em defesa de uma causa, levando em conta quatro estágios de atuação: 1) colocar a pauta em dimensão pública e social; 2) produzir conhecimentos e elaborar propostas; 3) articulação com o poder público e atores-chave e; 4) monitoramento sistemático. A resultante dessas ações culminaria na formulação e implementação de políticas educacionais que contemple as necessidades apresentadas por *Advogacy*. Diferentemente das práticas de *lobby*, *Advogacy* tende a uma prática fundamentada, cuja a persuasão não se restringe ao âmbito econômico do poder, mas sua capacidade de reunir informações, sustentar projetos e difundi-los no senso comum através dos veículos de formação da opinião pública.

²³ <https://cieb.net.br/quem-somos/#parceiros>

necessidades reais da educação pública brasileira. **Conectando esforços** para gerar impacto. Quando sonhamos o **Brasil**, sonhamos com **educação**. Quando sonhamos **educação**, nosso caminho é a **inovação**. (Cieb, 2025, s/p, grifos do autor)

De modo explícito, a narrativa vincula as noções de justiça, qualidade, transformação e direitos à inovação na educação. O esforço do Manifesto do Cieb é demonstrar publicamente que o envolvimento de diversos atores (públicos e privados), seus interesses e objetivos à projetos políticos inovadores será o caminho para que o Brasil tenha uma educação de qualidade e com equidade. Tem-se, portanto, o horizonte sobre o qual se move a organização, reunindo sujeitos e instituições em torno da difusão das ideias que definem o grau de qualidade social da educação em relação ao nível de incorporação tecnológica pelas escolas públicas.

A partir dessa visão, o Cieb tem operado com base em algumas áreas estratégicas. A primeira, refere-se ao que denominam como “Articulação e Políticas Públicas”, isto é, o *Advocacy* junto aos diferentes tomadores de decisão da educação no Brasil. Essa frente se desdobra em duas atividades: a “Coalização Tec Educação”²⁴, construída pelo Centro, Fundação Lemann, Instituto Sonho Grande, Fundação Telefônica Vico, Instituto Natura e MegaEdu²⁵ busca, em diálogo com o Ministério da Educação, ampliar as ações da Estratégia Nacional Escolas Conectadas – Enec²⁶ no que tange a conexão de internet, oferta de dispositivos, gestão e transformação digital, recursos educacionais digitais, competências, formação e currículo (Cieb, 2025). A segunda atividade é “Conecte-C”, voltada para a interação direta com professores e gestores da educação pública, tendo como finalidade a troca de experiências entre aqueles que vem conduzindo processos de transformação digital na/da educação básica.

A segunda área de atuação do Cieb é o “Apoio às Redes de Ensino”, envolvendo atividades como a “Jornada Escola Conectada”²⁷, isto é, o apoio técnico e auxílio na tomada de decisão sobre o uso das tecnologias nas redes públicas. Conta, também, com o “Guia Edutec Diagnóstico”²⁸, um instrumento *online* e gratuito que apresenta dados sobre a adoção da tecnologia por parte dos professores e das escolas públicas. Este Guia aponta “caminhos para as melhores práticas de tecnologia aplicada à aprendizagem dos alunos, ao desenvolvimento de competências digitais dos professores e à gestão nas escolas.” (Cieb, 2025, s/p).

²⁴ <https://cieb.net.br/coalizacao-tec-educacao/>

²⁵ MegaEdu é uma associação ligada ao mundo corporativo empresarial, cujo foco de atuação é a disseminação do uso da internet nas escolas públicas do país.

²⁶ A Estratégia Nacional Escolas Conectadas será analisada no terceiro capítulo deste relatório.

²⁷ <https://cieb.net.br/jornada-escola-conectada/>

²⁸ <https://plataforma.guiaedutec.com.br/>

A terceira área em que o Cieb desenvolve suas ações corresponde a produção de conhecimentos e estudos, o que denominam como “Publicações e Referências Técnicas”, demonstrando a energia dispensada na tentativa de convencimento sobre a utilização das tecnologias digitais na educação básica. Entre as publicações disponibilizadas em seu sítio eletrônico, encontram-se 33 documentos²⁹ entre análises, estudos, notas técnicas e relatórios que abordam o tema, além dos materiais de referenciais, os quais envolvem as produções do Cieb e de outras instituições. São trabalhos que datam os últimos anos e aglutinam, basicamente, pesquisas e estudos sobre as formas como o país tem feito adesão política ao apelo tecnológico e digital por parte das redes, escolas e pelo próprio trabalho docente.

Entre os principais documentos produzido pelo Cieb está o “Relatório Guia Edutec: diagnóstico do nível de adoção de tecnologia nas escolas públicas brasileiras” publicado em 2022 e disponível no *site* do Centro. Segundo a organização, o relatório pretende “disponibilizar informações confiáveis e estruturadas e apoiar escolas públicas e secretarias de educação no planejamento e execução de suas ações para o uso de tecnologias nos processos de ensino, de aprendizagem e de gestão nas quatro dimensões da Escola Conectada” (Cieb, 2022, p. 02). Buscando medir o impacto da introdução das tecnologias na educação pública, o relatório esboça uma avaliação a partir da Visão, Competência, Recursos Educacionais Digitais e Infraestrutura, chegando a seguinte conclusão:

Se os anos de pandemia de Covid-19 consolidaram no ecossistema educacional a importância da tecnologia para o ensino, a aprendizagem e a gestão, refletindo o melhor resultado em média na dimensão de visão, quando comparada às demais, esse mesmo contexto também evidencia que a infraestrutura ainda é o maior desafio para que essa percepção se converta em ações concretas. Não por outro motivo, enquanto a maioria das escolas públicas brasileiras está em nível básico nas dimensões de visão, competência e recursos educacionais digitais (RED), na infraestrutura ainda não superou o nível emergente. Para dar conta desse gargalo de infraestrutura, entendendo-a como condição viabilizadora para o uso qualificado das tecnologias na educação, é preciso planejar e direcionar adequadamente as políticas e investimentos públicos no novo ciclo de gestão governamental em 2023. (Cieb, 2022, p. 04, grifos do autor)

Fica evidente a tendência argumentativa do Centro em lidar com os problemas estruturais das escolas e redes, reflexo da precariedade das políticas públicas educacionais, como uma oportunidade para ganhar escala no processo de digitalização da educação e, conseqüentemente, auferir ganhos com isso. Como temos analisado, os intentos das

²⁹ Disponíveis em <https://cieb.net.br/downloads/> acesso 17 jan 2025.

organizações empresariais, para além de promover a uma estrutura que permita consolidar uma formação que atenda seus interesses econômicos, também vislumbram o fundo público destinado ao financiamento das políticas concebidas para atender a narrativa digital e tecnológica.

Em se tratando de organizações empresariais atuantes nas pautas relacionadas à introdução das tecnologias digitais na educação, compreendemos que o Cieb reúne as condições para ser reconhecido como a principal instituição brasileira em defesa dos interesses empresariais nesse campo, o que se traduz, objetivamente, em dois movimentos que relacionam as aspirações dos Capitalistas Digitais e o papel da Governança Digital no Brasil. Exercendo a função de Aparelho Privado de Ação Política (Casimiro, 2018), o Centro reflete, de um lado, a organização dos interesses das instituições privadas do setor de tecnologia e aqueles que dela se beneficiam diretamente, cujo o resultado pode ser observado através das áreas de atuação do Cieb. De outro, levando em conta o poder econômico que reúne, tem fácil penetração nas esferas de formulação das políticas, participando na definição de suas linhas estratégias, fases e estágios de implementação, composição de instrumentos de governança dos quais, obviamente, faz parte. Embora haja outras instituições privadas³⁰ que se relacionam com a difusão digital e tecnológica envolvendo as escolas públicas brasileiras, é justamente a capacidade de congrega interesses do empresariado e, a partir deles, pautar a política em seu favor, o que define o Cieb como uma instituição de vanguarda do Capitalismo Digital no país, com maior poder na definição dos rumos políticos nesse campo.

Estado, Capitalismo Digital e o debate sobre o futuro da educação

Ao longo do texto, buscamos demonstrar que a existência de uma Política Educacional Digital no Brasil é fruto da articulação programática entre empresas de tecnologia, organismos internacionais e instrumentos de governança, com intuito de promover a dependência tecnologia na área da educação e, com isso, abrir novos nichos de mercado, consolidando o Capitalismo Digital. Para tanto, é fundamental que as peças estruturantes da luta de classes reeditem seus papéis, principalmente as relações entre Estado e Capital, permitindo que as dinâmicas impostas pelo segundo sejam assumidas, sem resistências, pelo primeiro e explicitando os contornos atuais do Estado enquanto um comitê executivo dos negócios da burguesia.

³⁰ Fazemos referência, por exemplo, a VélézReyes+ ligada ao Nubank (<https://velezreyesmas.com/>), BrazilLAB (<https://brazillab.org.br/>), Brasil, país digital (<https://brasilpaisdigital.com.br/>), Mundo4D (<https://www.mundo4d.com.br/>), Arco Educação (<https://arcoeducacao.com.br/>), além de plataformas que espelham a uberização do trabalho docente, como é o caso de Superprof (<https://www.superprof.com.br/>).

A reafirmação do caráter de classe do Estado, tese sustentada por Marx e Engels que e, em nosso ponto de vista, é aperfeiçoada por Nikos Poulantzas, permite empregar maior dinamicidade nas alterações promovidas no âmbito do Estado, levando em conta o estágio mais desenvolvido das lutas de classes em cada território. Com base nessa perspectiva, os modos de regulação desencadeados pelas estruturas estatais passam a corresponder às formas particulares sob as quais operam as disputas entre capital e trabalho em suas esferas econômicas, políticas e ideológicas, que, no caso brasileiro, país forjado em uma estrutura econômica dependente e com circuitos de produção internos superexplorados, tende à adoção de diretrizes internacionais por parte da burguesia interna que represente os interesses capitalistas externos, o que demanda dos Organismos Internacionais um papel estratégico.

Combinando funções de defesa dos interesses capitalistas e de mediação entre o grande Capital e os países signatários para a formulação de políticas que atendem interesses privados, os Organismos Internacionais analisados nesse texto apontam para a criação de condições objetivas internas à cada país, que sejam capazes de promover a modernização administrativa dos governos, o que perpassa a abertura de espaços estratégicos na esfera pública para uma maior participação privada. De modo específico, dos documentos analisados emerge uma narrativa uníssona em torno da adesão às tecnologias digitais no setor educacional e que são produzidas por *Bigtechs*, indicando a cooperação entre empresas e governos como o caminho mais adequado para esse fim, uma vez que as instituições públicas, supostamente, não reuniriam *expertise* sobre o tema, tampouco possuiriam recursos financeiros para sozinhas, promover tal adesão. Contudo, o que não mencionam é que, por exemplo, a produção do Vale do Silício (EUA) só é possível devido aos amplos investimentos públicos dos governos estadunidenses e pelas vantagens fiscais proporcionadas as *startups* que lá atuam.

Nesta linha, os Organismos Internacionais induzem a consolidação de espaços de Governança Digital, o que sugere transformações tecnológicas nas formas de provimento do serviço público à cidadania, incluindo as políticas educacionais. Assim, o que se identifica é que a Governança Digital, expressão da atuação empresarial no âmbito dos espaços institucionais, acaba por consolidar, em nome da democratização e agilidade das atividades públicas, a dependência dos governos em relação as empresas de tecnologia que proporcionam tais serviços, as quais cobram um preço alto, ao passo que os dados captados também ficam disponíveis para instituições privadas. No limite, a Governança Digital abre caminhos para a afirmação de novos mercados, denominados por Saura (2020) como Tecnoeducacionais, o que não ocorre sem que haja prepostos internos (executivos, escritórios de negócios, pequenas empresas nacionais, fundações empresariais) que representam interesses externos e que

possuem elevada habilidade para articular as condições políticas e econômicas em benefício das grandes empresas de tecnologia.

Entre as organizações privadas brasileiras que endereçam suas atividades para a consolidação da política educacional digital encontra-se o Cieb, o qual vem concentrando forças para influenciar (*Advogacy*) a pauta junto ao poder público, formuladores de políticas, professores, escolas e redes de ensino. Em nome da propalada “inovação tecnológica”, o Cieb atua como um organismo político de persuasão em várias áreas, desde acordos de cooperação com bancos de desenvolvimento, encontros formativos, assessorias às redes e escolas, até a produção de documentos que, não raro, argumentam acerca dos benefícios das tecnologias digitais na educação, demandando um novo desenho para as políticas públicas educacionais, cada vez mais digitalizadas. Se levarmos em conta as instituições privadas que estão associadas ao Cieb, veremos que os interesses do Centro estão para muito além das inovações que as tecnologias digitais na educação devem proporcionar, mas dialogam com aspirações cada vez mais latentes em um capitalismo em crise, que necessita ludibriar a dependência do capital em relação ao trabalho sem perder sua capacidade de acumulação, dada o grau de dependência tecnológica que essas instituições possuem para o seu funcionamento.

A conjunção dos fatores analisados e suas formas de controle exercidas através da economia política, ensejam a disputa objetiva a ser travada sobre o futuro da educação no Brasil. Se, por um lado, parecem estar consolidados os instrumentos consensuais que viabilizam o Capitalismo Digital no país e, em seu nome, a constituição de uma Política Educacional Digital que condense as necessidades impostas pelo empresariado, de outro, é preciso reconhecer que tais instrumentos expressam um estágio particular da luta de classes e que essa, ainda que as resistências encontrem-se em descenso, é a arena sobre a qual as disputas precisas ser feitas. Desse lado, onde os recursos econômicos, políticos e midiáticos são escassos, é de onde deve florescer alternativas anticapitalistas ao modelo que vem estruturando a Política Educacional Digital e que redesenhe a digitalização da educação sobre bases essencialmente democráticas, sociais, atribuindo-lhe um papel estratégico na ampliação do acesso conhecimento amplo, diferentemente aquele que tem sido oportunizado, o qual limita a formação humana à preparação de competências e habilidades requeridas pelo capital.

Em suma, às forças sociais organizadas em torno da agenda anticapitalista, sejam os partidos, sindicatos, organizações e movimentos sociais, intelectuais comprometidos com as lutas dos/as trabalhadores e universidades recai a tarefa histórica de fortalecer um projeto educacional que dialogue com a realidade e as necessidades fundamentais do povo, construindo uma agenda coletiva de lutas contra o projeto capitalista para a educação no país, o que tem se

materializado na ampla reforma empresarial da educação (Freitas, 2018), através de um conjunto de políticas alinhadas aos interesses do mercado e que, nos últimos anos, ganham forças através da pulverização da narrativa digital e tecnológica.

3. A POLÍTICA EDUCACIONAL DIGITAL NO BRASIL

Introdução

Nos últimos anos, mais precisamente desde o período pandêmico, temos convivido com inúmeras transformações sociais, econômicas e políticas que trazem impactos ao conjunto das relações sociais e de trabalho. Estruturalmente, são mudanças que encontram raiz na crise financeira do capitalismo central em 2008, a qual criou condições para reorientar o *modus operandi* das relações de produção, acrescentando elementos novos que radicalizam o padrão flexível de capital e demandam, por óbvio, novas dinâmicas regulatórias por meio de reformas estatais, influenciando as bases da política educacional e colocando em suspenso, no caso brasileiro, o próprio direito à educação.

Saviani (2008) entende que a política educacional “diz respeito às decisões que o Poder Público, isto é, o Estado, toma em relação à educação” (p. 07). Todavia, compreendemos que essa definição abarca uma parte daquilo que se pode definir enquanto Política Educacional, tratando-a, de forma limitada, no contexto das políticas públicas voltadas para a educação. Isto é, são as ações apresentadas pelo Estado que buscam atender problemas historicamente datados e que, em geral, dizem respeito ao acesso e permanência, financiamento, currículo, qualidade do ensino, formação de professores e outras dimensões que integram o campo das políticas públicas, as quais, no Brasil, tem sido caracterizadas por uma permanente descontinuidade e limites impostos por ações políticas da burguesia que, não só obstaculizam o acesso pleno à educação, como tem promovido uma acelerada privatização do conteúdo educacional (Peroni et al 2017).

No âmbito deste texto, tratamos a Política Educacional em dimensões mais abrangentes, o que significa considerá-la como uma dimensão estratégica sob a qual opera o modo de regulação estatal, em acordo com o padrão de acumulação vigente. Nesse sentido, Política Educacional diz respeito ao projeto educacional definido no âmbito das lutas de classes e das disputas entre grupos sociais específicos, os quais se expressam politicamente no conjunto das ações estatais direcionadas à educação e condensam, conforme nos lembra Poulantzas (1977), uma determinada correlação de forças sob a forma política que predominará na educação. Por isso, tomar a Política Educacional pela raiz significa analisá-la desde o estágio mais desenvolvido do regime de acumulação capitalista, o qual deverá expressar-se hegemonicamente nos modos de regulação, entendido aqui como ações do Estado, com a finalidade de manutenção das esferas econômicas, políticas e ideológicas que dão continuidade ao modo de produção.

Ocorre que, no contexto atual da forma capitalista em crise, sob a hegemonia da acumulação de capital financeiro e que convive com atividades laborais superexploradas, políticas de austeridade, destituições de direitos trabalhistas, sob a falácia do empreendedorismo e sob predomínio de um senso comum flagrantemente reacionário, constitui-se uma arena propícia para a pulverização de uma narrativa digital e tecnológica como elemento fundante do capitalismo contemporâneo, por meio de plataformas e com protagonismo das grandes empresas de tecnologias (*Bigtechs*). Desse modo, o que procuramos demonstrar é que há em curso, no Brasil, a institucionalização de uma Política Educacional Digital, materializada através de estratégias nacionais e políticas públicas, cuja finalidade é incorporar, nas dinâmicas educacionais, orientações formuladas por Organismos Internacionais que indicam o uso de produtos e serviços oferecidos por *Bigtechs* e que consolidam Mercados Tecnoeducacionais (Saura, 2020) e o próprio Capitalismo Digital por meio da educação pública.

A partir disso, o que se observa é uma recondução das arquiteturas políticas levadas a cabo por diferentes governos, a fim de proporcionar condições regulamentares para a difusão do Capitalismo Digital na educação, o que perpassa pela institucionalização de mecanismos de governança nos moldes corporativos, assegurando que os interesses dos mercados tecnoeducacionais constituam o conteúdo da Política Educacional. Essa prática tem distintas manifestações, desde a elaboração de conselhos gestores de estratégias voltadas à implementação da educação digital, até a própria digitalização da governança, atribuindo às tecnologias digitais um papel definidor das linhas que orientam a condução das ações do poder público. Trata-se, portanto, de instrumentos legais que atuam para legitimar a introdução de produtos e serviços tecnológicos e digitais, o que se torna possível devido à forte difusão de narrativas solucionistas atreladas a essas mercadorias, bem como os mecanismos de pressão realizados por Organismos Internacionais, grandes empresas de tecnologia e seus prepostos em âmbito nacional.

Produzido a partir de estudos pós doutorais em educação e valorizando metodologias que envolvem pesquisas exploratórias na *web* e análise de documentos, o texto apresenta, inicialmente, as conjunturas da crise que dão relevo às ideias sobre digitalização da educação no Brasil, processo este transcorrido nos últimos 15 (quinze anos). As ideias relacionadas à educação digital derivam de condições materiais bem definidas, cujo papel do empresariado alinhado à atuação dos governos tem sido crucial para a construção de ações voltadas à constituição de uma Política Educacional Digital no Brasil, o que é abordado na segunda seção. Em seguida, analisamos a Estratégia Nacional Escolas Conectadas – Enec, a qual tem promovido a consecução de políticas públicas que aceleram os fluxos da digitalização

educacional no país, principalmente em seu nível básico. O que segue, são considerações críticas em relação à forma e ao conteúdo da Política Educacional Digital e o seu papel na disseminação do capitalismo contemporâneo.

Manifestações da crise e as narrativas sobre digitalização da educação no Brasil

O contexto sobre o qual tem-se difundido as narrativas em prol da digitalização da educação no Brasil pode ser compreendido a partir de algumas chaves interpretativas. A primeira, evidentemente, é que se trata de um fenômeno global oriundo da insolvência financeira pós 2008 e das transformações que a sucederam, o que criou condições para a difusão de imaginários sociotécnicos na educação a partir de um pensamento relacionado ao solucionismo tecnológico (Saura, 2025). De fato, com a crise, desencadeou-se uma série de mudanças no âmbito das relações sociais e de produção que impuseram o incremento digital e tecnológico como um caminho capaz de burlar as consequências da crise, apresentando o próprio capital como solução para os problemas por ele criados.

Outra chave interpretativa diz respeito ao papel que o período pandêmico teve na aceleração das atividades digitais, sobretudo aquelas que fazem o papel mediador para realização de serviços públicos ou privados. Sem dúvida, a necessidade de distanciamento social foi utilizada como uma forte justificativa para a adoção ampliada de processos plataformizados que garantam, no limite, a manutenção dos fluxos da acumulação de capital. Se nos tempos que antecederam à pandemia de Covid-19 as atividades produtivas e educacionais conviviam com práticas bem mais analógicas, com o advento do período pandêmico passamos a depender em graus muito elevados das plataformas, aplicativos e um uso indiscriminado da internet para a convivência social e atividades produtivas, o que viabiliza a ampliação dos negócios comerciais das grandes empresas de tecnologia.

Nesse bojo, inclui-se o papel determinante dos Organismos Internacionais na disseminação das narrativas digitais e tecnológicas, os quais promovem uma série de reuniões, pesquisas, publicações e relatórios que, de forma uníssona, apontam para a adesão, por parte dos governos, de políticas públicas que incluam em suas estratégias o uso digital. Entre as orientações, mencionam que a adoção universal da tecnologia desencadeia processos de democratização do acesso a educação, recupera aprendizagens, promove formações massivas de professores, reduz os gastos com o ensino público, diminui as distâncias em relação ao conhecimento, forma competências e habilidades requeridas por um mercado cada vez mais digital e tecnológico, induz a inovação e ao empreendedorismo. O que não mencionam é o caráter político atrelado ao uso intenso das tecnologias digitais, bem como a dimensão

mercadológica, uma vez que sua adoção decorre de relações comerciais de vulto, tomando como base o acesso e a disponibilização de dados como matéria-prima para o fomento de mercados tecnoeducacionais que encontram nas políticas públicas um terreno fértil para a sua proliferação.

Contudo, essas chaves interpretativas têm raízes em movimentos que extrapolam as fronteiras conjunturais e que, em certo sentido, desnudam alguns pilares sobre os quais se sustentam as consequências da crise e, por conseguinte, a formação de um Capitalismo Digital que se impõe. Nesse sentido, um primeiro aspecto a pontuar é o caráter contraditório dos fundamentos do neoliberalismo, tendo em vista que a eclosão da crise em 2008 se dá em virtude da liberalização econômica promovida pelo *Federal Reserve*, permitindo que o mercado financeiro opere de forma anárquica e a despeito das condições produtivas, viabilizando o acesso ao crédito à clientes sem históricos de empréstimos imobiliários (*subprime*) cuja garantia foi o próprio bem adquirido. Todavia, a partir da insolvência de grandes instituições financeiras privadas, o banco central estadunidense viu-se obrigado a injetar vultuosas quantias monetárias para garantir os contratos e evitar que o colapso fosse ainda mais devastador, demonstrando o que as teses neoliberais em relação à economia política não são apenas inconfiáveis, mas não param em pé frente a qualquer crítica séria.

A despeito da dimensão contraditória do neoliberalismo, é possível dizer, na esteira de Tonelo (2021), Furno (2022), Furno e Rossi (2023) e Puello-Socarras (2008) que o desencadeamento da crise deu a conhecer uma nova face da reestruturação produtiva, ainda sob a égide neoliberal, mas com traços radicalmente reacionários e com consequências explícitas ao conjunto da força de trabalho. A nova face da reestruturação produtiva neoliberal pós crise opera a partir de dinâmicas diversas, as quais envolvem um conjunto de modificações no plano das relações de produção e, conseqüentemente, nas lutas de classes, promovendo impactos destrutivos ao conjunto das classes trabalhadoras, acentuando processos de precarização das condições laborais, o que se agrava nos países periféricos, caracterizados ao longo da história como economias dependentes e com elevado grau de exploração do trabalho.

Nessa linha, ao analisar o fenômeno da crise global e suas dissidências junto ao campo do trabalho, Tonelo (2021) destaca que a novidade pós-crise 2008 foram os impactos em países europeus, como Grécia, Espanha e Portugal para que potências como Alemanha e França assegurassem sua posição de vanguarda econômica capitalista. Para tanto, o autor aponta que as modificações legais que permitiram recolocar o ônus da crise nas costas das classes trabalhadoras, a partir dos chamados “*zero hour contract* (contratos zero hora) na Inglaterra, formas de trabalho *on demand*, pagamento com voucher na Itália e o que no Brasil tem sido

chamado de trabalho intermitente ou pejetização” (p. 118). Se considerarmos os agressivos programas de austeridade que destituíram direitos e atingem objetivamente às classes trabalhadoras, somadas a particularidade da economia política brasileira onde a força de trabalho se efetiva em condições de superexploração, obtendo ganhos muito aquém em relação à riqueza produzida³¹ e um Estado Funcional (Silva, Moreira e Volsi, 2021) às classes dominantes, veremos que as particularidades objetivas da crise no âmbito nacional forjam um cenário adequado para uso massivo das tecnologias digitais pelo campo do trabalho, a partir de relações mediadas por plataformas e aplicativos que, no limite, encerram a formalização da informalidade e da superexploração altamente precarizada das condições de vida e trabalho.

A difusão das narrativas digitais e tecnológicas e sua consolidação sobre o conjunto das relações sociais e de produção se tornou uma via importante para essa nova face da reestruturação produtiva neoliberal, tendo na mediação plataformizada um modo específico de recomposição dos pressupostos que sustentam o modo de produção. Porém, a proeminência dessas narrativas opera a partir de determinadas condições, que contam com aportes expressivos de capital, oriundos de grandes empresas de tecnologia que passam a apostar na ampliação de mercados digitais como uma alternativa aos problemas sociais explicitados pela crise, o que Saura (2020, 2025) denomina como Filantropocapitalismo.

Disso, duas imagens ficam evidentes: a) a partir do uso indiscriminado das plataformas como mediação de atividades laborais, amplia-se, na mesma proporção, a quantidade de trabalho morto produzido, elevando os níveis de pauperização dos/as trabalhadores/as, tese já anunciada por Marx em “O Capital”, ao analisar o papel da maquinaria no processo de trabalho; b) a aposta realizada por *Bigtechs* é a disseminação de ferramentas tecnológicas de uso, inicialmente, limitado e gratuito enquanto estratégia para introdução dessas mercadorias (equipamentos, serviços digitais e *internet*) na cena global, com todos os elementos fetichistas que qualquer mercadoria carrega e que correspondem àquilo que Marx (2018) bem definiu, isto é, “os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana”. (p. 207). Cabe ressaltar que, a introdução em massa de ferramentas digitais ao todo social traz consigo um amplo arcabouço

³¹ O Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos – Ilaese disponibilizou o Anuário Estatístico – Trabalho e Exploração (2021) elaborado com base em informações cedidas por empresas aos diários oficiais. Considerando os dados de 2020, as empresas com maior grau de exploração exigem que o/a trabalhador/a trabalhe 8 horas diárias, dentre as quais 21 minutos são destinados ao pagamento das despesas com pessoal e impostos relacionados. Nesse caso, a riqueza produzida e acumulada pela empresa chegaria a um percentual próxima de 2.000% em relação aos ganhos do/a trabalhador/a. Trata-se, na verdade, de uma escravidão contemporânea. Os dados encontram-se em <https://ilaese.org.br/> acesso em 15 mar 2025.

ideológico em seu favor, calcado em uma narrativa de neutralidade tecnocientífica e uma visão de futuro que aponta a inovação tecnológica como solução dos problemas gerados pelas incapacidades que o próprio capitalismo encontra para superar suas contradições³².

De maneira mais elaborada, Saura (2020) expõe que a noção de Filantropocapitalismo foi difundida para:

[...] referir-se às novas formas de doar, onde se rentabiliza a doação através da importação das lógicas empresariais em investimento de caridade. Uma nova modalidade filantrópica que se fundamenta em unificar a filantropia de risco com o empreendimento social mediante uma racionalização de recursos financeiros. O filantropocapitalismo é a consolidação híbrida das lógicas filantrópicas com a expansão do capitalismo onde se rentabiliza a doação e se incorpora o *modus operandi* empresarial para as ações de caridade, enquanto se produzem novos espaços para o neoliberalismo. (Saura, 2020, p. 162).

Formalmente, a definição acima contrasta com a tese defendida por Fontes (2020), com a qual concordamos, de que não se trata da existência de um Filantropocapitalismo, o que poderia ser caracterizado como um novo regime de acumulação. Para a autora, a atuação filantrópica no capitalismo é gerida por Aparelhos Privados de Hegemonia de matriz empresarial que, ao apropriarem-se de montantes expressivos do fundo público para cumprir obrigações do Estado (saúde, educação, assistência etc.), influenciam na conformação de políticas públicas em favor de seus interesses, passando atuar sob a lógica da privatização.

Sob esse aspecto, cumpre dizer que, em termos de conteúdo, não parece haver discordância fundantes entre os autores, uma vez que a argumentação de Saura (2020, 2025) reside na discriminação do *modus operandi* da filantropia empresarial de *Bigtechs*, enquanto Fontes (2020) acentua o grau privatista do “investimento social” promovido por grandes empresas, as quais se beneficiam (in)justamente da expansão das relações sociais capitalistas, que, como sabemos, dão origem aos processos de desigualdades sociais a serem “supostamente” mitigados por instituições da filantropia empresarial. De qualquer forma, o que parece ficar clara é que, desde a crise, a atuação privada na intensa propagação das tecnologias digitais como chave de acesso para inserção nas relações sociais e de produção, tem sido levada a cabo por organizações sociais ligadas à grandes empresas detentoras do monopólio da produção tecnológica, as quais

³² Dias após as destruições ocorridas no Rio Grande do Sul provocadas por enchente, o Portal Terra noticiou as ações que Amazon, Google, Microsoft e outros unicórnios tecnológicos realizaram para mitigar os impactos do desastre. Curiosamente, entre as iniciativas encontram-se disponibilização gratuita de serviços tecnológicos de toda ordem, cuja finalidade seria auxiliar às ações de ONGs e poder público. Ou seja, a máxima que versa “crise como oportunidade” nunca foi tão atual. A reportagem pode ser acessada em: <https://www.terra.com.br/byte/amazon-google-microsoft-e-outras-o-que-as-gigantes-de-tecnologia-estao-fazendo-para-ajudar-o-rs,b3c11e1b634caa22ff31acc7b80a27a54whywtxx.html> Acesso em 10 mar 2025.

não encobrem seus interesses particulares e financeiros, uma vez que o intento principal é a disseminação de insumos tecnológicos e digitais por elas produzidos.

Entre os elementos pelos quais se manifesta a reestruturação produtiva neoliberal, sintetizado por Tonelo (2021), está a “utilização de novas tecnologias de comunicação com a emergência das economias de plataforma como forma de debilitar decisivamente qualquer elemento de estabilidade laboral e aumentar o controle do trabalho” (p. 120) e da própria ação política empresarial sob o verniz da filantropia, o que também deve ser considerado como um meio para a pulverização da narrativa digital e tecnológica. Contribui para isso a hegemonia do capital financeiro em sua expressão rentista e as dinâmicas radicalmente alteradas, colocando a financeirização no centro das decisões econômicas globais³³. Em linhas gerais, o predomínio do padrão de acumulação financeiro/rentista constitui-se enquanto uma estratégia efetivada no âmbito das transformações neoliberais, cuja finalidade precípua é encontrar subterfúgios que viabilizam a valorização do valor sob a forma de juros, subsumindo a esfera da produção às lógicas financeiras.

Furno (2022) aborda o processo de financeirização econômica como um traço central da reestruturação produtiva neoliberal. Para a autora,

[...] a financeirização da economia atua como um instrumento da nova lógica de acumulação do capitalismo imperialista para enfraquecer os Estados nacionais mediante a ação dos grandes fundos de investimentos que avançam sobre os bens comuns e as empresas públicas. Há, ainda a disputa da mais-valia do Estado, englobando setores sociais como a saúde, educação e outros, capturados para a órbita da valorização financeira. A financeirização também contribui com a instabilidade sistêmica do capitalismo, visto que crises cada vez mais recorrentes se concentram, quase exclusivamente, no estouro de bolhas criadas pelo movimento especulativo típico dessa esfera da valorização (p. 126-127).

Em se tratando de formas flexíveis de acumulação de capital que permitem, a partir da compra e venda de ações em bolsas de valores, a valorização de ativos de instituições ligadas à

³³ Neste contexto, o Banco Central joga um papel decisivo, não somente na definição da política monetária, mas a própria dinâmica de juros como medida ideológica para conter o nível geral de preços. Ao tornar o Banco Central independente em 2021, criaram-se as condições para que o grande capital esteja blindado em relação às pressões políticas e possa, a despeito de qualquer consequência social, elevar as taxas de juros e assegurar os ganhos capitalistas através da drenagem do fundo público ao pagamento de juros da dívida pública. Importante dizer, também, que decisões do Conselho de Política Monetária para manter os juros elevados fazem parte das políticas de austeridade fiscal (Mattei, 2023) que tem por finalidade o controle econômico da classe trabalhadoras, uma vez que as consequências práticas de juros elevados é dificultar o acesso ao crédito individual e das pequenas empresas, impedindo o desenvolvimento da economia real, mas criar mecanismos artificiais de endividamento que incentivam a apropriação, por parte do sistema financeiro, dos recursos públicos destinados às políticas compensatórias, como empréstimos tendo garantia o FGTS, Benefício de Prestação Continuada e o uso de recursos do programa “Pé-de-meia” na especulação rentista.

esfera do mercado (incluindo empresas educacionais e tecnológicas), parece ser este um ponto chave para o entendimento do Capitalismo Digital. Isso por que, a hegemonia de grandes conglomerados empresariais com vasta influência na formulação de políticas educacionais em geral e, de modo específico, em políticas que preveem a inserção digital e tecnológica na educação, possuem capital aberto e, ao mesmo tempo em que definem a estruturação das políticas – através dos espaços de governança – valorizam valores extraídos através da especulação rentista.

Recentemente, Saura, Adrião e Arguelho (2024) apresentaram um estudo em que demonstram alguns dados relativos aos processos de financeirização ligados à empresas de tecnologias educacionais entre os anos de 2020 e 2021. Nele, afirmam que, a partir do período pandêmico, a América Latina tem sido foco do incremento tecnológico promovido por investimento vultuoso em *startups*, com foco na oferta de mercadorias digitais para os sistemas de educação. No mesmo estudo, mencionam que “o Brasil foi o país com maior concentração desses investimentos, com 886 (62%) *startups* financiadas, com US\$ 649 milhões, o que equivale a 62% do capital investido nesse segmento” (p. 12), demonstrando o nosso papel na difusão dos mercados tecnoeducacionais.

Em um contexto nacional marcado pela dependência econômica, a ampliação dos mercados tecnológicos não é fruto da ação voluntariosa e autônoma das instituições privadas, mas se efetiva a partir de garantias reiteradas pelo poder público, assegurando que as empresas possam investir com baixíssimos graus de risco. Nesse sentido, o papel do Estado sob o império das finanças passa a ser de fiador, o qual garante que a especulação ocorra livremente e, ao mesmo tempo, efetue condições para que o poder econômico não seja submetido às consequências estruturais das crises cíclicas com as quais o capitalismo convive. Exemplo disso foi a Iniciativa BNDES³⁴ Escola Conectada, parceria entre o banco e Ministério da Educação, a qual foi planejada em conjunto com várias instituições privadas, com interesses explícitos na formulação de políticas educacionais digitais.

Com o intuito de operacionalizar apoio econômico integrado, foram mobilizadas entidades privadas e organizações da sociedade civil, como colaboradores financeiros e técnicos. Até o final de 2020, o BNDES havia firmado parceria com o Instituto Lemann, com a Fundação Itaú Social, com a B2W Companhia Digital e com a CISCO, equivalente a R\$ 26,9 milhões para a realização da iniciativa. (BNDES 2020, p. 03)

³⁴ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Quando se trata do avanço dos mercados tecnoeducacionais, o caso brasileiro tem sido um caso emblemático, justamente porque os últimos governos têm oferecido condições legais e políticas para a proliferação de mercadorias digitais, ofertadas por empresas que encontram no poder público seu principal cliente. Contudo, os governos não são clientes individuais, particularizados, mas portadores de condições decisórias que influenciam a sociedade e definem os rumos do país, dada sua capacidade em agregar capital político, o que parece ser um diferencial estratégico não só para compreender a iniciativa do BNDES, mas a própria atuação empresarial junto ao banco.

É evidente que outras manifestações poderiam ser aqui analisadas, uma vez que os dispêndios sociais e econômicos da crise são latentes e, ao que parece, devem agravar-se. Todavia, em um contexto marcado por novas faces da reestruturação produtiva neoliberal, as quais convivem com processos ampliados de superexploração e precarização da vida social e do trabalho, onde a ação política de parte empresarial tem sido viabilizada por lógicas filantrópicas como meio para a inserção de suas mercadorias digitais no interior da política educacional, a predominância do capital financeiro em sua fase rentista e suas relações com processos sociais cada vez mais digitalizados, a tendência é a ampliação de estratégias políticas mais totalizantes que criam condições para a inserção de produtos tecnológicos na educação, bem como a própria instauração da Política Educacional Digital, conforme analisaremos a seguir.

As condições para a produção da Política Educacional Digital

Como dissemos, a atuação política empresarial ocupa papel de destaque na criação de condições para os processos de digitalização da política educacional no Brasil e tem se fortalecido, sobretudo após o período pandêmico. Em que pese haja uma presença empresarial difusa, caracterizada por interesses particularizados, o que parece dar unidade à militância do mercado é a necessidade de afirmação dos insumos digitais e tecnológicos frente à reestruturação promovida pela crise capitalista, o que, fundamentalmente, exige a criação de novos nichos de mercados para a recomposição burguesa.

Nesse sentido, dois movimentos parecem ser estratégicos para a criação de condições sobre as quais está circunscrita a Política Educacional Digital no Brasil. O primeiro trata da reconfiguração do espaço público e decisório onde se formulam as políticas educacionais, o que tem sido mobilizado, em graus cada vez mais elevados, por organizações empresariais que atuam por dentro das instituições de Estado não só apresentando suas necessidades, mas definindo a agenda política da educação em um contexto onde os princípios da governança

corporativa têm protagonismo. O resultado da permeabilidade privada no âmbito do espaço público é a criação de ecossistemas que atuam em nome do ente estatal, cujo conteúdo atenderá à metas, procedimentos e resultados estipulados por forças de mercado, levando, por meio das táticas de governança, à formulação de políticas capazes de atuar conforme interesses empresariais. Com a crise, radicaliza-se a atuação política empresarial por dentro das instituições de Estado como uma medida de controle econômico, político e ideológico das atividades públicas, atribuindo um novo desenho ao espaço estatal à luz das lógicas empresariais, com fortes incidências na política educacional.

Concretamente, podemos mencionar a atuação do Centro de Inovação para a Educação Brasileira – Cieb, uma agremiação privada constituída pela Fundação Lemann, Itaú Social, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Instituto Sonho Grande, com acordos de cooperação técnica formalizados junto ao Conselho Nacional de Dirigentes Estaduais da Educação – Consed, Unesco e diversos órgãos municipais, estaduais e federais, conforme é mencionado em seu sítio eletrônico³⁵. Não se sabe ao certo qual a *expertise* dessas instituições em torno da questão digital e tecnológica junto à política educacional, mas o seu poder econômico e político não é algo necessariamente novo e tem sido materializado a partir de reformas educacionais de viés conservador e empresarial há décadas. Portanto, objetivamente, o que pode ser observado é que essas instituições têm concentrado forças em torno de agendas forjadas pelo capital digital e tecnológico, agindo politicamente (*Advogacy*) como prepostos de grandes empresas de tecnologia nos espaços decisórios e modificando o ambiente público à luz dos interesses privados³⁶.

Essa relação promíscua (Saviani, 2010) que caracteriza a permeabilidade do espaço público por interesses privados no contexto da política educacional brasileira tem reflexos objetivos quando se trata da digitalização da educação. Referimo-nos à 04 (quatro) ações governamentais que pavimentaram o caminho para a concretização da Política Educacional Digital no Brasil, levada a cabo a partir da Estratégia Nacional Escolas Conectadas – Enec,

³⁵ Os acordos de cooperação encontram-se disponíveis em <https://cieb.net.br/quem-somos/#parceiros> acesso 13 mar 2025.

³⁶ Como exemplo, lembramos o lançamento da Portaria n. 33/2023 (<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-33-de-7-de-agosto-de-2023-501491507>), pelo Ministério da Educação, a qual estipulava critérios para o repasse de recursos às escolas públicas referente à Política de Inovação Educação Conectada. Essa ação foi suspensa, devido a identificação de direcionamento econômico, tendo em vista que somente a Starlink, empresa de Elon Musk, poderia atender a demanda. À época, a reportagem do Portal Uol identificou a relação entre a empresa de Musk e o empresário Jorge Paulo Lemann, mediada pela ONG MegaEdu, financiada pelo empresário brasileiro, deixando claro que a Portaria n. 33/2023 tinha endereçamento muito definido e, caso não haja publicidade através da atuação da imprensa, encaminhamentos como este passam ao largo do conhecimento público. A reportagem pode ser lida em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/10/10/mec-suspende-regra-que-direciona-internet-de-escolas-para-starlink-de-elon-musk.htm> acesso em 14 mar 2025.

política que será analisada na próxima seção. Nesta, descrevemos, de modo breve, o Decreto n. 9.204/2017 que institui o Programa de Inovação Escola Conectada, a Lei. 14.180/2021 responsável pela institucionalização da Política de Inovação Educação Conectada, Portaria n. 33/2023 do Ministério da Educação que define critérios para alocação de recursos financeiros para as escolas contemplada pela Política de Inovação Escola Conectada e a Lei. 14.533/2023 que trata da Política Nacional de Educação Digital.

Produzido em um contexto de desdemocratização (Pinheiro-Machado, 2019), o Decreto 9.204/2017³⁷ – é justificado pela estratégia 7.15 do Plano Nacional de Educação (2014) – e expressa as mudanças políticas ocorridas à época, quando, após a destituição de Dilma Rousseff do cargo de presidenta da república, apoderaram-se do Estado as frações mais conversadoras (Gonçalves e Moreira, 2022) da sociedade brasileira³⁸, promovendo uma verdadeira reforma do Estado (Gonçalves e Puccinelli, 2018) com impactos na política educacional, o que se explica como uma das manifestações da crise já analisadas na seção anterior. Nesse sentido, em seu artigo 2º menciona que:

O Programa de Inovação Educação Conectada visa a conjugar esforços entre órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, escolas, setor empresarial e sociedade civil para assegurar as condições necessárias para a inserção da tecnologia como ferramenta pedagógica de uso cotidiano nas escolas públicas de educação básica. (Brasil, 2017 s/p, grifos nossos).

O Decreto traz entre os objetivos a participação do setor privado para garantir a implementação do programa, o que fica explícito no artigo 4º, no qual prevê as ações a serem desenvolvidas, contemplando o “apoio técnico, financeiro ou ambos às escolas e às redes de educação básica” através da contratação de serviços de internet, garantindo infraestrutura para estabelecimento de sinal, aquisição de equipamentos e recursos digitais. Além disso, o artigo 8º, que trata da criação e composição comitê consultivo do Programa, prevê a participação de “dois representantes de entidades privadas e de organizações da sociedade civil com reconhecida atuação nas áreas de educação, tecnologia e inovação”, abrindo um espaço privilegiado para as instituições privadas junto ao comitê formulador da política, assegurando, inclusive, que o fomento do programa possa ser feito por instituições privadas, o que amplia o poder das empresas na política educacional.

³⁷ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9204.htm acesso 05 mar 2025.

³⁸ Neste período presidiu o Brasil Michel Temer, assumindo o posto de sua antecessora devido seu impedimento. À época, o Ministro da Educação era José Mendonça Filho.

A Lei n. 14.180/2021³⁹, que institui a Política de Inovação Educação Conectada, emerge em uma trama de contradições sociais e políticas que culminaram no governo de Jair Bolsonaro⁴⁰ e o período pandêmico, momento em que se radicalizou o uso dos produtos digitais e tecnológicos, justificado pela necessidade de distanciamento social enquanto medida sanitária para conter a proliferação do vírus SARS-COV-2. Se comparada ao Decreto mencionado anteriormente, a Lei 14.180/2021 não apresenta mudanças estruturais, mas, chama atenção o artigo 2º, o qual reafirma a presença do setor empresarial na execução da política, permitindo a inserção da tecnologia digital no contexto das escolas, através da disponibilização da internet de alta velocidade, recursos didáticos digitais, oferta de cursos de formação de professores, entre outras ações. Nesse sentido, a legislação reorienta, em termos mais sintéticos, as linhas adotadas no decreto anterior sem alterar o papel do setor privado no provimento de serviços digitais e tecnológicos.

Entretanto, o principal resultado decorrente da Política de Inovação Educação Conectada é justamente o programa que leva o seu nome e que está estruturado em 04 (quatro) dimensões: “visão, formação, recursos educacionais digitais e infraestrutura que se complementam e devem estar em equilíbrio, para que o uso de tecnologia digital tenha efeito positivo na educação” (Escolas Conectadas, 2025 s/p)⁴¹. Trata-se de uma ação audaciosa, com articulação política e governamental em todos entes federados, envolvendo planos para difusão de tecnologias na educação, formação de profissionais que atuam na educação básica com o uso de ambientes virtuais de aprendizagem, estratégias para aquisição de recursos digitais educacionais⁴² e suas respectivas licenças para usufruto nas atividades pedagógicas (inclusive, articulando com o programa nacional do livro didático) e a consolidação de infraestruturas capazes de garantir sinal de internet com alta velocidade, seja terrestre ou por satélite⁴³.

Já na vigência do novo (atual) governo (Lula III 2023-2026), forjado na esperança de superação do desastre promovido no período Bolsonaro, foi quando se radicalizaram as condições para a consecução da Política Educacional Digital. Na verdade, ainda sob o governo de transição, o comitê criado para pensar as ações na área educacional foi composto por,

³⁹ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114180.htm acesso em 06 mar 2025

⁴⁰ Jair Messias Bolsonaro governou o país entre 01/01/2019 e 31/12/2022.

⁴¹ Disponível em <https://educacaoconectada.mec.gov.br/#plataformas> acesso 11 mar 2025

⁴² O Ministério da Educação (MEC) disponibiliza um portal denominado MECRED, onde são disponibilizados diversos recursos educacionais digitais, os quais podem ser utilizados por professores e gestores. Funciona como um rede social digital, onde os profissionais também podem depositar suas estratégias. Disponível em <https://mecred.mec.gov.br/>

⁴³ Todas informações sobre o programa podem ser visualizadas <https://educacaoconectada.mec.gov.br/index.php#ancora>

aproximadamente, 50 (cinquenta) pessoas, entre as quais a grande maioria estava vinculada à instituições responsáveis pela reforma empresarial (Freitas, 2018), contemplando organizações como a Fundação Getúlio Vargas, Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Itaú Social, Instituto Sonho Grande, Todos pela Educação, Itaú Educação e Trabalho, Movimento Profissão Docente, Instituto Natura, Cidade Escola Aprendiz, entre outras. O que, inicialmente, pareceu ser uma antítese ao retrocesso bolsonarista, se mostrou, na verdade, a retomada do projeto educacional levado a cabo no governo Temer (2017 – 2018)⁴⁴, sobretudo a blindagem da Base Nacional Curricular Comum e a Lei n. 13.415/2017 que promove a Reforma do Ensino Médio.

Diante disso, as condições para materialização da Política Educacional Digital encontraram os seus elementos necessários, isto é, a linha política assumida pelo Ministério da Educação passou a ser conduzida por fundações empresariais, atrelada ao legado do período pandêmico, sobre o qual assentou-se o uso consensual das mercadorias digitais e tecnológicas. Para isso, a legislação foi aprimorada e novas ações vem sendo desenvolvidas, adotando, inclusive, conceitos mais bem elaborados que, em princípio, subsidiam a formulação das políticas públicas educacionais publicadas já nos primeiros dias do novo governo. Mencionamos, aqui, a Lei n. 14.533/2023 a qual trata da Política Nacional de Educação Digital - PNED e a Portaria n. 33/2023 do Ministério da Educação, que define os critérios da Política de Inovação Educação Conectada para repasse de recursos financeiros às escolas públicas de educação básica.

A PNED foi a primeira lei relativa ao tema promulgada pelo novo governo (Lula III), com alterações substanciais de conceitos e estratégias, inclusive modificando a Lei n. 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Comparada às anteriores, a PNED traz pormenorizações significativas que permitem compreender a intencionalidade da política, a qual está estruturada:

[...] a partir da articulação entre programas, projetos e ações de diferentes entes federados, áreas e setores governamentais, a fim de potencializar os padrões e incrementar os resultados das políticas públicas relacionadas ao acesso da população brasileira a recursos, ferramentas e práticas digitais, com prioridade para as populações mais vulneráveis. (Brasil, 2023 s/p)

Note-se que a caracterização da lei evidencia a articulação de ações pré-existentes, visando o aprimoramento daquilo já realizado. Além disso, destaca-se um sentido mais global da proposta, que parece potencializar os resultados relativos ao incremento de ferramentas

⁴⁴ Consolidado a partir da trama política evidenciada no Documento “Ponte para o Futuro”, produzido pela Fundação Ulisses Guimarães, ligada ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

digitais. Para isso, a PNED está sustentada em quatro eixos objetivos, quais sejam: Inclusão Digital; Educação Digital Escolar; Capacitação e Especialização Digital; Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação.

Entre os eixos, destaca-se o objetivo da “Educação Digital Escolar”, que busca:

[...] garantir a inserção da educação digital nos ambientes escolares, em todos os níveis e modalidades, a partir do estímulo ao letramento digital e informacional e à aprendizagem de computação, de programação, de robótica e de outras competências digitais (Brasil, 2023 s/p)

A Educação Digital Escolar⁴⁵ opera, portanto, na totalidade da formação, considerando seus níveis e modalidade, vislumbrando as ações desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Além disso, prevê a aquisição de conhecimentos específicos do universo digital, o que pode ser entendido como uma estratégia de inserção de estudantes, professores e profissionais da educação nas lógicas digitais e plataformizadas que caracterizam as relações sociais no tempo presente.

Em consonância com as legislações anteriores, a PNED traz, também, orientações acerca do financiamento da política, indicando, no parágrafo único do artigo 11º que “poderão ser firmados convênios, termos de compromisso, acordos de cooperação, termos de execução descentralizada, [...] com entidades privadas, nos termos de regulamentação específica”. (Brasil, 2023 s/p), abrindo caminhos à atuação empresarial que visa atender as demandas criadas pela PNED, o que pode ser entendido como um sólido nicho de mercado.

Constituí o conjunto de normativas que condicionam a Política Educacional Digital a Portaria n. 33/2023 do Ministério da Educação, a qual estabelece critérios para que instituições escolares recebam verbas a serem empregadas na execução da Política de Inovação Educação Conectada - a mesma reformulada, pois induzia a aquisição de serviços de internet de uma única empresa - a *Starlink*.

Nos artigos 4º (referindo-se a Lei 9.204/2017) e 5º da portaria, o Ministério da Educação estabelece a ordem de prioridades para a destinação do recurso:

“I - contratação de serviço de acesso à internet; II - implantação de infraestrutura para distribuição do sinal de internet nas escolas; III - aquisição ou contratação de dispositivos eletrônicos; e IV - aquisição e contratação de recursos educacionais digitais.” (Brasil, 2023a s/p).

⁴⁵ O termo “Educação Digital” encontra-se entre os principais objetivos do novo Plano Nacional de Educação, o que demonstra a capacidade de articulação e pressão exercida pelos capitalistas digitais em torno do tema.

Para tal, as escolas ficam responsáveis pela elaboração do Plano de Aplicação Financeira (PAF)⁴⁶, instrumento que discrimina a forma de execução do recurso, levando em conta as prioridades mencionadas, mas também as informações disponíveis no Censo Escolar (Art. 6) e as instituições que estiverem adimplentes junto ao Programa Dinheiro Direto na Escola (Art. 10).

No que diz respeito às condições para a produção da Política Educacional Digital que foram sumariamente apresentadas nessa seção, é importante fazer alguns destaques. O primeiro refere-se a caracterização das legislações publicadas, as quais apresentam textos demasiadamente enxutos, sem os detalhamentos necessários para orientar a execução das políticas. Essa característica parece ter sido sensivelmente superada nas legislações recentes, produzidas no atual governo. Contudo, chama atenção o papel delegado aos comitês gestores, os quais envolvem organizações públicas e privadas, muitas vezes sendo responsáveis pela formulação das ações sem que haja uma publicidade adequada acerca dos interesses de cada instituição, o que pode ser agravado quando as legislações permitem a assinatura de contratos com empresas privadas.

Outro destaque, refere-se ao foco dado pelas legislações à aquisição de produtos de tecnologia enquanto condição para implementar as políticas e os programas. Parece claro que o papel normatizador das leis, decretos e portarias aqui considerados está inscrito dentro de uma disputa pelo fundo público que, conseqüentemente, permitirá a abertura de nichos de mercado para comercialização de mercadorias e serviços digitais por parte da política educacional, o que se explica se tomamos as legislações em seu contexto, marcado por uma espécie de sequestro do Estado e conduzindo-o a partir de interesses conservadores e empresariais.

Nesse sentido, o último destaque permite identificar que, a estruturação das políticas e programas expressos anteriormente já havia sido definida pelo Centro de Inovação para a Educação Brasileira – Cieb. Coincidência ou não, as diretrizes apontadas pelo Centro foram transportadas para as legislações e decretos considerados neste texto, haja visto que, por exemplo, as quatro dimensões mencionadas na Política de Inovação Escolas Conectadas são as mesmas apresentadas no *site* do Cieb. Em se tratando de uma organização gerida por fundações e institutos empresariais com atuação pública em favor das reformas educacionais de cunho privatistas e com trabalhos formalizados em acordos de cooperação junto ao Estado (no caso, BNDES), não parece se tratar de um mero acaso.

⁴⁶ Neste plano a instituição escolar deve aderir ao Medidor Educação Conectada (<https://medidor.educacaoconectada.mec.gov.br/>). O medidor permite avaliar a qualidade dos serviços digitais ofertados, desde a internet até recursos educacionais digitais.

Ressalta-se, também, o perfil adotado nas políticas formuladas no atual governo, as quais tem sido concebida em uma lógica de articulação entre as políticas já existentes e, ao a partir disso, propondo estratégias nacionais que contemplam as iniciativas em curso e criam novas políticas ou programas em prol dos processos de inovação digital e tecnológica junto às escolas, como é o caso da Estratégia Nacional Escolas Conectadas – Enec.

Estratégia Nacional Escolas Conectadas - Enec e o avanço capitalista na consecução da Política Educacional Digital

A Enec é uma política nacional que, de maneira efetiva, condensa os fundamentos, objetivos e processos executórios do que estamos denominando como Política Educacional Digital, dada a mobilização consensual de interesses públicos e privados em torno dos efeitos formativos e econômicos que uma ação desse porte proporciona. Neste caso, a Enec tem atuado a partir das mesmas prioridades trazidas nas legislações anteriores, focalizando iniciativas que contemplam o acesso a internet para escolas, os processos formativos de profissionais (com foco na produção de saberes digitais), a aquisição de mercadorias tecnológicas e a disponibilização da infraestrutura para que as escolas públicas recebem o aparato necessário à sua digitalização.

Contudo, em se tratando de uma Estratégia, sua concepção assume papel de articulação das políticas anteriores e atinentes ao tema, mas, também, almeja o ganho de escala por meio da formulação de novas ações que não foram contempladas e que deem conta da “brecha digital” (Saura, 2022) na educação pública. Sendo assim, essa forma política pode ser entendida como um modo de construção de hegemonia, nos termos de Antônio Gramsci, que expressa, através do exercício do poder governamental, a direção enquanto acúmulo de forças já existente na base (infraestrutura) que uma classe exerce sobre a outra. O que se observa, portanto, é que a Estratégia representa graus mais elevados e complexos de dominação que o capital digital exerce sobre a política de educação, o que ocorre através da conjugação de forças ligadas ao empresariado, bem como os fluxos internos que abarcam desde o desenho da Estratégia junto às redes públicas/escolas até o modelo adotado para o financiamento da Enec, configurando em uma ação enraizada nas estruturas da política educacional.

A abrangência da Estratégia pode ser verificada entre seus objetivos, dispostos no artigo 2º, onde menciona:

A Enec visa conjugar esforços de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de escolas, do setor empresarial e da sociedade civil para a consecução dos seguintes objetivos: I - promover a universalização da conectividade de estabelecimentos de ensino da rede

pública da educação básica; II - fomentar a equidade de oportunidades de acesso às tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem e; III - contribuir com a aprendizagem digital e com o aperfeiçoamento da gestão por meio da ampliação do acesso à internet e às tecnologias digitais pelos estudantes, pelos professores e pelos gestores da rede pública de educação básica. (Brasil, 2023b s/p).

Conforme exposto, a Enec é pensada de forma abrangente visando a oferta dos serviços de conectividade, equipamentos para uso pedagógico e administrativo priorizando processos relativos à gestão e aprendizagem, cujo foco é a digitalização da educação envolvendo professores, estudantes e profissionais das escolas de educação básica. Se estabelecermos uma comparação entre os objetivos da Enec e as dinâmicas em que operam os mercados tecnoeducacionais, levando em conta a imposição da narrativa digital e tecnológica como um meio para consolidar produtos e serviços digitais que se materializam na venda de internet, equipamentos e *softwares*, não parece ser difícil identificar similaridades. Aliás, ao analisar o perfil dos mercados tecnoeducacionais e as relações com o poder público, Saura, Cancela e Adell (2022) já identificaram que:

[...] as corporações vendem soluções tecnológicas aos governos (softwares e hardware) que vão desde as redes sociais para transmitir dados, máquinas tecnológicas básicas [...] servidores, plataformas digitais, aplicativos, programas de formação e tecnologias digitais muito específicas para o processamento de dados massivos, bem como técnicas de aprendizagem e inteligência artificial. (Saura, Cancela e Adell 2022, p. 05).

É nesse sentido que a Estratégia cria condições para a ampliação dos mercados tecnoeducacionais, regulamentando a relação entre o setor público e as empresas que ofertam os insumos tecnológicos e digitais, o que vem acompanhado por narrativas calcadas em termos como democratização, cidadania, equidade, entre outros. Como tal, a Enec reproduz a tendência consensual que caracteriza as políticas educacionais brasileiras e oferece um tratamento indistinto entre os interesses públicos e privados ou, de outro modo, permite a acomodação das imposições privadas, empresariais e de mercado junto às políticas, atribuindo-lhes um *status* de legitimidade, mesmo que isso passa ao largo das reais necessidades sociais.

Em relação às legislações e políticas apresentadas na seção anterior, a Enec faz uma descrição mais elaborada acerca dos serviços de conectividade que serão entregues às redes e escolas públicas brasileiras, detalhando as estruturas a serem oferecidas para as instituições. No artigo 3º, afirma que a conectividade precisa contemplar:

I - conexão em alta velocidade que permita: a) a realização de atividades pedagógicas e administrativas online; b) o uso de recursos educacionais e de gestão; e c) o acesso a áudios, vídeos, jogos e plataformas de streaming; II -

disponibilidade de rede sem fio no ambiente escolar, composto por: a) salas de aula; b) bibliotecas; c) laboratórios; d) salas de professores; e) áreas comuns; e f) áreas administrativas; III - disponibilidade de ferramentas para seu monitoramento constante e para garantia da segurança da informação; e IV - disponibilidade de equipamentos e dispositivos de acesso à internet adequados para fins administrativos e educacionais (Brasil 2023b, s/p)

Ao indicar as condições que seriam adequadas para a sua consecução, a Enec também reconhece alguns limites estruturais que criam obstáculos à digitalização das escolas, o que pode ser visto no parágrafo único do artigo 4º, ao indicar ações complementares, tais como:

I - disponibilização de energia elétrica por intermédio do acesso à rede pública de energia ou da instalação de tecnologias de energias renováveis; II - expansão da conexão à internet de alta velocidade por meio de implantação e manutenção de rede de fibra ótica, de conexão via satélite ou de outros serviços de acesso à internet de alta velocidade; III - contratação de serviços de acesso à internet de alta velocidade; IV - disponibilização de rede sem fio para acesso à internet no ambiente escolar; V - disponibilização de equipamentos e dispositivos eletrônicos de acesso à internet; VI - suporte técnico, monitoramento e manutenção dos dispositivos eletrônicos e das redes sem fio; e VII - estímulo ao desenvolvimento de soluções inovadoras que auxiliem na consecução dos objetivos da Enec. (Brasil 2023b, s/p, grifos nossos)

Entre suas ações, define diretrizes para a contratação do serviço de internet, a aquisição de equipamentos tecnológicos com acesso à rede e acrescenta a possibilidade de desenvolvimento de soluções para contribuir com os objetivos da Estratégia, sem que isso seja objetivamente explicitado. Se, por um lado, a Enec vislumbra problemas práticos para a efetivação da política, como é o caso do acesso a energia elétrica e sinal de internet, por outro introduz as ações acima mencionadas como uma estratégia que permite aproximar empresas interessadas na oferta de produtos que “facilitem” a sua operacionalização.

Aliás, este também é um diferencial da Enec em relação às políticas anteriores. Nesta, o comitê executivo não prevê participação do setor empresarial privado, indicando que a definição das ações será conduzida por ministérios, órgãos e entidades exclusivamente públicos⁴⁷. Mas, no artigo 7º, parágrafo 3º fica estabelecido que o comitê “poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados, e especialistas de notório conhecimento para participar de suas reuniões, sem direito a voto” (Brasil 2023b, s/p). Entretanto, há, aqui um ponto que merece destaque. Refere-se à alguns membros com atuação

⁴⁷ O comitê executivo da Enec é formado por Ministério da Educação (responsável por sua coordenação); Casa Civil da Presidência da República; Ministério das Comunicações; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério de Minas e Energia; Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP.

em ministérios e exercício de função junto ao comitê, os quais possuem em sua biografia vínculos com entidades privadas, com explícito interesse nos resultados econômicos e políticos que a Enec promoverá. É o caso de Anita Gea Martinez Stefani⁴⁸, atual diretora de apoio à gestão educacional da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) após ter sido gerente de agendas prioritárias da educação do Instituto Natura. Também, o coordenador do comitê, Leonardo Osvaldo Barchini Rosa⁴⁹, servidor público lotado na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes e recentemente foi vinculado à D3⁵⁰, uma associação civil que organiza dados educacionais e atua em parceria com as mesmas instituições que gerenciam o Cieb. Isso demonstra que, embora a Enec não preveja a participação de entidades privadas em comitê executor, não significa que lá não estejam os seus interesses representados, o que pode se materializar através de membros com trajetórias profissionais ligadas a instituições envolvidas na reforma empresarial da educação. Demonstra, também, que a permeabilidade dos interesses privados junto aos espaços públicos institucionais não tem reconhecido fronteiras, contando com a colaboração individual de servidores.

Se, por um lado, o comitê executor da Estratégia expressa em sua composição relações promiscuas que são típicas de nossas políticas, de outro, a Enec coloca em evidência dois espaços que são vitais para o seu funcionamento. No artigo 6º, parágrafo 2º indica que:

As metas e os documentos técnicos aprovados pelo Comitê Executivo servirão como referência para a atuação dos órgãos e colegiados relacionados ao objeto deste Decreto, especialmente do Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas e do Conselho Gestor do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. (Brasil 2023b, s/p, grifos nossos).

Salientamos os dois espaços deliberativos pois desempenham papel importante na execução da Enec. O Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas – Gape, ligado à Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, do ministério da comunicação, estabelece critérios técnicos, metas e prazos relativos à execução de projetos de conectividade para as escolas públicas de educação básica. Dentre as ações produzidas pelo Grupo está o Painel de Conectividade das Escolas⁵¹ por meio do qual é possível obter, entre outras informações, números relativos à disponibilização de conexão nas instituições escolares em diferentes territórios.

⁴⁸ <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/curriculos-2024/anita-gea-martinez-stefani-dage.pdf>

⁴⁹ <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/curriculos/LEONARDOOSVALDOBARCHINIROSA.pdf>

⁵⁰ <https://d3e.com.br/>

⁵¹ Painel de Conectividade das Escolas <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/infraestrutura/conectividade-nas-escolas>

Sua composição contempla, além de representantes dos ministérios da educação⁵² e comunicações, a participação de grandes empresas ligadas ao ramo das telecomunicações, como a Algar Telecom, Claro, Telefônica Brasil e Tim, responsáveis pela Entidade Administradora da Conectividade de Escolas – Eace, que, conforme relatório do Gape, proveram 40% referente aos custos do Compromisso de Conectividade em Escolas Públicas de Educação Básica em 2024, o que foi previsto no Edital 01/2021, responsável por normatizar o processo a Licitação nº 1/2021 - Anatel, popularmente conhecido como Leilão 5g⁵³.

Além do Gape, a Enec menciona o Conselho Gestor do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust. Este Fundo, criado em 2000, é constituído pela contribuição de 1% provenientes da receita bruta de empresas que exploram o serviço de telecomunicações e redes de internet, com a finalidade atualizada desde 2020, passando também a favorecer a expansão, uso e desenvolvimento de tecnologias relativas à conectividade (Anatel, 2025). No entanto, o Comitê Gestor do Fundo lançou, em 2024, o edital n. 166, o qual selecionou “propostas para a realização de projetos de conectividade de escolas mediante contrapartida de redução da contribuição ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust” (Brasil/MCom, 2024 p. 01), isto é, as empresas que tiveram seus projetos contemplados no certame estariam desobrigadas da contribuição com o Fundo, criando uma realocação do dinheiro deduzido o qual passou a financiar a Enec e, ao mesmo tempo, blindando as empresas para que não realizem uma dupla contribuição (Fust e o programa Aprender Conectado).

Cabe ressaltar que o comitê gestor do Fust é composto por membros dos Ministérios da Comunicação, Ciência/Tecnologia/Inovação, Planejamento/Orçamento, Agricultura/Pecuária, Educação e Saúde. Além destes, fazem-se presentes representantes da Anatel, Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, Prestadoras de Serviços de Telecomunicações de Pequeno Porte e Sociedade Civil. Dentre os membros, além de Anita Gea Martinez Stefani cujo currículo já foi expresso, encontra-se Ana Ungari Dal Fabbro⁵⁴, atual coordenadora-geral de tecnologia e inovação na educação básica, tendo experiências junto ao CieB (2019 a 2017) e no Instituto Brava (2017 a 2019). Também, Cristieni Silva de Castilhos,

⁵² Anita Gea Martinez Stefani, mencionada acima, é representante titula do Mec no Gape.

⁵³ Objetivamente, o Compromisso de Conectividade em Escolas Públicas de Educação Básica é executado pela Eace e recebe o nome “Aprender Conectado”, um programa que busca, segundo informações disponíveis em seu portal, “transformar o processo de aprendizagem, levando conexão de qualidade às escolas, para que milhares de crianças ampliem conhecimento e desenvolvam habilidades por meio do acesso à internet”. Disponível em <https://eace.org.br/> acesso em 05 mar 2025.

⁵⁴ <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/curriculos-2024/ana-ungari-dal-fabbro-cgti.pdf>

ocupando uma das vagas destinadas à sociedade civil e Ceo da MegaEdu Escolas Conectadas⁵⁵, associação que almeja, entre seus objetivos “definir parâmetros de uso da tecnologia no ambiente escolar”, “produzir e disseminar conhecimentos científicos e técnicos de ponta relacionados ao impacto das tecnologias na educação”, “capacitar corpo docente, por meio de treinamentos e aulas práticas para possibilitar o uso da internet como ferramenta de suporte para a aprendizagem” (MegaEdu, 2024 p. 06). Além destas, faz parte Rosilda Prates, presidente da P&D Brasil, uma associação de empresas de desenvolvimento tecnológico nacional e inovação e da Hexa Brasil, consultoria que atua conectando empresas ao setor público. Como se pode observar, também neste comitê é possível encontrar sujeitos com históricos profissionais ligado à organizações empresariais, bem como a repetição de nomes nas diferentes instâncias decisórias. Além disso, diferentemente do Comitê Executivo da Enec, tanto Gape quanto o Conselho Gestor do Fust têm assegurado o assento de instituições empresariais com direito a voto, o que facilita o direcionamento da política à luz do interesse privado.

As composições descritas anteriormente são arranjos institucionais construídos para que o processo de digitalização previsto na Estratégia seja viabilizado sem que haja percalços políticos. Na verdade, a partir de uma visão sistêmica, a Enec vislumbra a totalidade da política educacional sob o mantra da Tecnologia e Inovação na Educação, incluindo:

Conectividade: internet de qualidade para uso pedagógico nas salas de aulas e em outros espaços pedagógicos da escola. Ambientes e Dispositivos: equipamentos tecnológicos na mão de professoras(es), gestoras(es) e estudantes, e modelagem de ambientes de integração digital. Gestão e Transformação Digital: tecnologia apoiando a gestão mais eficiente das secretarias e escolas, integrando dados e garantindo interoperabilidade de sistemas. Recursos Educacionais Digitais: recursos alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), diversificados e de qualidade, disponíveis para as(os) estudantes e professoras(es), em complementação (mas não em substituição) aos materiais impressos. Competências e Formação: desenvolvimento das competências digitais das(os) profissionais da Educação Básica, promovendo práticas pedagógicas inovadoras. Currículo: currículos alinhados à BNCC, incluindo cidadania digital e novas competências digitais adequadas a cada etapa de ensino (usar, entender e refletir sobre tecnologia). (Brasil 2024, s/p, grifos nossos).

Entre os eixos, destacamos a Formação e Currículo que incidem diretamente sobre o conteúdo da proposta educacional e direcionam para a construção de saberes digitais. Sob esse

⁵⁵ A associação tem apoio de instituições gestora do Cieb e da Vélezreyes+ (ligada ao Nubank) e possui o Acordo de Cooperação n. 06/2023 com o Mec, pelo prazo de 03 (anos) tendo como objeto, entre outros, a qualificação de políticas públicas de conectividade de escolas públicas, a promoção de monitoramento da conectividade das escolas, a disponibilização e a análise de dados relacionados ao desafio de conectividade de escolas. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/extrato-de-acordo-de-cooperacao-502846204> Acesso em 21 mar 2025.

aspecto, recentemente, o Ministério da Educação lançou um material denominado “Saberes Digitais Docentes”⁵⁶, tratado como um Referencial da Enec, assumindo o uso da Inteligência Artificial como um conhecimento transversal, apresenta dimensões, saberes e competências digitais necessárias à prática docente na educação básica.

Este documento estrutura os Saberes em 03 (três) dimensões. A primeira aborda o “Ensino e Aprendizagem com uso de tecnologias digitais” e abarca 04 (quatro) competências (prática pedagógica, curadoria e criação, análise de dados e prática inclusiva). A segunda dimensão trata da “Cidadania Digital” e inclui 03 (três) competências (uso responsável, uso seguro e uso crítico) e a terceira, denominada “Desenvolvimento Profissional”, prevê 03 (três) competências (formação continuada, comunicação e colaboração e uso de recursos digitais para gestão). Destaca-se que, entre as páginas 20 e 21, o Mec indica a Matriz Sesi de Competências Digitais do Instituto Sesi⁵⁷ de Formação de Professores e a Matriz de Competências Digitais Docentes – Centro de Inovação para Educação Brasileira – Cieb para dar exemplos sobre como podem ser organizadas a formação e o currículo junto aos docentes e estudantes das redes públicas.

Em suma, fica evidente que a Estratégia Nacional Escolas Conectadas condensa uma série de aspirações do Capitalismo Digital e suas táticas de atuação no Brasil. Se, por um lado, indica as finalidades estruturantes para a digitalização da educação, que dizem respeito ao papel da conectividade, uso de mercadorias digitais e tecnológicos, formação de profissionais, utilização de recursos educacionais, de outro, dá condições para a efetivação de espaços de governança em que há o predomínio dos interesses privados, conforme demonstramos anteriormente.

Projetada para ser uma ação sistêmica, o que significa reverberar seus impactos à totalidade das políticas voltadas para a educação básica, a Enec tem silenciosamente introduzido seus objetivos nas mais diversas frentes coordenadas pelo Mec em parceria com as redes estaduais, municipais, tendo apoio de entidades como Undime, Consed e do próprio setor privado. Suas diretrizes já aparecem em ações como, por exemplo, o Programa de apoio técnico e financeiro à formação continuada para diretores escolares e técnicos das secretarias de educação – Proditex, que prevê a realização de cursos de aperfeiçoamento voltados à diretores de escolas, incluindo a disciplina “Educação Conectada e Cidadania Digital”, numa explícita adesão às finalidades da Estratégia.

⁵⁶ Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas/20240822MatrizSaberesDigitais.pdf>
Acesso em 23 mar 2025.

⁵⁷ Serviço Social da Indústria

Em se tratando de uma política conceptualmente tratada como estratégia, nos termos Gramscianos mencionados anteriormente, a Enec cumpre o papel de consolidação da Política Educacional Digital no Brasil, materializando, de forma objetiva, os interesses do Capitalismo Digital que é reforçado pelas orientações dos organismos internacionais e pela criação de condições políticas internas (governança) que avalizam as diretrizes externamente formuladas, as quais, ao fim e ao cabo, num país periférico, com uma formação econômica dependente e com graves problemas políticos, favorecem o próprio capital digital.

Considerações acerca da Política Educacional Digital

Ao longo do texto, buscamos demonstrar que há uma caracterização específica que marca a existência da Política Educacional Digital no Brasil e que, em certo sentido, está relacionada com o atual estágio do desenvolvimento do capitalismo, sobretudo após a crise 2008 e todos os processos que culminaram em uma nova reestruturação produtiva neoliberal, conforme Tonelo (2021) nos lembra. Talvez, o primeiro traço que marque a Política Educacional Digital é justamente o fato de ser estrutural, isto é, possui seu fundamento no âmago do modo de produção capitalista em seu período altamente digital e rentista, sem que essas dimensões sejam tratadas isoladamente.

Ao tratar da Política Educacional Digital, estamos nos referindo às modificações operadas nas estruturas da política educacional que direciona a formação humana para uma nova sociabilidade, forjada na legitimação da dependência tecnológica e digital assumida como ação de Estado. Não nos referimos, portanto, ao mero caráter conjuntural da política educacional e às formas provisórias que marcam a execução de políticas públicas, mas aquilo que dá origem a essas ações e que encontra sentido nas dinâmicas que se desdobram no modo de produção capitalista e as condições essenciais para sua manutenção.

O/a bom/a leitor/as entenderá que o argumento acima não abdica do saudável exercício dialético e que não há espaço para dicotomias forçosamente autonomizadas. Política Educacional e políticas públicas educacionais são, ao mesmo tempo, fenômenos distintos e dependentes, estão correlacionados. Contudo, o que nos parece salutar ao debate científico e social é que o tratamento oferecido à Política Educacional, em seu momento de radical digitalização, seja feito à luz da apreensão das lógicas que asseguram esse período particular do capitalismo, conforme trata Thompson (1981), e ultrapasse a epiderme da aparência que até pode nos proporcionar vitórias episódicas, mas jamais coloca em suspenso as questões fundamentais.

Nessa direção, optamos por listar um conjunto de ações políticas voltadas aos processos de digitalização da educação no Brasil, o que pode ser visto na segunda seção do trabalho. Ou seja, entre 2017 e 2023 o país foi governado por 03 (três) presidentes, com orientações políticas e partidária distintas o que não impediu que todos os governos avançassem na agenda colocada pelo Capitalismo Digital. É evidente que há fundamentos mais profundos que sustentam a Política Educacional Digital e que podem, em nosso juízo, ser apreendidos somente a partir da crítica – no sentido positivo de Marx – das formas mais atuais da sociedade burguesa. E é a partir dessa crítica que vemos a conformação da Política Educacional Digital, cuja origem reside na necessidade do capital pós crise 2008 reorganizar os pressupostos que lhe permite agir como classe dominante (Chauí, 2007), ao passo que, para tal, avança sobre os/as trabalhadores com formas de organização da vida e do trabalho radicalmente individualizadas e medidas tecnologicamente.

Atenta a isso, vejamos como a *Microsoft Education* vislumbrou, em 2019, o futuro da educação:

As habilidades socioemocionais fornecem aos alunos a perspectiva e a flexibilidade necessárias para funcionar em alto nível, mesmo quando confrontados com incerteza, mudança, pressão, estresse e outros desafios profissionais e da vida. Isso é importante, porque a mudança e a incerteza serão cada vez mais difundidas para a escola em 2030. As tendências indicam que o estudante de 2030 mudará de emprego com mais frequência do que qualquer geração anterior, pois em quase todos os setores, o impacto das mudanças tecnológicas e outras encurtará a vida útil dos conjuntos de habilidades existentes. (Microsoft Education, 2019 p. 11)

Este é um exemplo. Mas, como demonstramos ao longo do texto, as ações filantrópicas ligadas aos setores do capital digital têm atuado fortemente para recolocar os seus insumos tecnológicos no centro das relações sociais e de trabalho, mas não só. Seus intentos são fortalecidos pela atuação estratégica dos Organismos Internacionais, que possuem papel transversal na pulverização da narrativa digital e tecnológica, através da realização de reuniões internacionais, publicação de relatórios e documentos provenientes de conferências internacionais, bem como o prestígio que construíram na difusão consensual do capitalismo, sobretudo após 1991 com o final da URSS.

A importância dos Organismos Internacionais na construção de agendas pró capitalistas na educação não chega a ser uma novidade e já foi amplamente analisada por vários autores, entre eles Dale (2004) e Shiroma, Evangelista e Moraes (2002), mas, neste período, marcado por consequências estruturais da crise econômica e pelas transformações ocorridas após o período pandêmico, as narrativas tecnosolucionistas (Saura 2022) provenientes dessas instituições ganharam força material, indicando, entre outras diretrizes, a necessidade de

mudanças “modernizadoras” junto aos arranjos institucionais para que países incorporem as tecnologias digitais, mercadorias produzidas por *Bigtechs*, em suas políticas.

Não é à toa que Saura, Adrião e Arguelho (2024) e Saura (2025) identificam o Brasil como um dos países onde a reforma digital da educação tem ocorrido com maior celeridade. A Política Educacional Digital no Brasil está assentada em acordos institucionais forjadas em espaços de governança, onde sujeitos vinculados à instituições públicas e privadas definem as linhas estratégicas que dão base às ações que efetivam a digitalização da educação, como procuramos demonstra na análise dos órgãos executores da Estratégia. Em que pese seja garantida, formalmente, a representação das diversas entidades junto aos conselhos e comitês da Enec, o que vimos são pessoas historicamente vinculadas às instituições empresariais, ao mesmo tempo em que o conteúdo das ações consolida a aquisição de mercadorias e serviços digitais, bem como o direcionamento da formação dos profissionais que atuam na educação básica, o que é próprio do capitalismo em seu estágio mais atual.

Por isso, a efetivação das condições políticas e institucionais organizadas em torno da Estratégia Nacional Escolas Conectadas é que nos permite assumir o risco e afirmar que a Enec constitui a síntese da materialização da Política Educacional Digital no Brasil. Além disso, a Estratégia, como expressão da Política Educacional, transita em um campo de difusão ideológica e fetichista, que busca validar a digitalização como solução para os problemas que constituem a totalidade social, lançando mão de visões de futuro onde a inovação tecnológica e a própria inteligência artificial terão papéis decisivos, como se essas “criaturas” tivessem vida própria. A produção de tecnologias digitais obedece a lógica da produção de quaisquer outras mercadorias que, no caso brasileiro, o seu uso universal não tem outro objetivo que a migração de dados (Silveira, 2021), reeditando as dinâmicas coloniais que marcam nossa história.

Em suma, a Política Educacional Digital no Brasil expressa e reproduz, acima de tudo, as dinâmicas do Capitalismo Digital no contexto nacional. Com uma organização estruturada para a realização de ações sistêmicas que coloquem a digitalização na educação básica na ordem do dia, o que, contraditoriamente, não deve oferecer respostas para os problemas mais elementares com os quais a educação brasileira convive, mas, ao contrário, nega-os na mesma medida em que o capital avança sobre a política educacional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Qual é o futuro do trabalho na Era Digital? *Laborare*, v. 3 n. 4, p. 6–14, jan./jun. 2020.

BALL, S. Educação global S.A.: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BANCO MUNDIAL. Reimaginando as conexões humanas tecnologia e inovação em educação no Banco Mundial. Disponível em <
<https://documents1.worldbank.org/curated/en/897971624347696117/pdf/Reimagining-Human-Connections-Technology-and-Innovation-in-Education-at-the-World-Bank.pdf>>
Acesso em 04 out 2023

BNDES. **Revista do BNDES**, v. 1, n. 1, 1994- . Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1994- v. Semestral. Disponível em https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/22023/4/BNDES_Revista56_Final_Reducido3.pdf Acesso em 25 mar 2025. p. 588.

BORGES, André. Governança e política educacional: a agenda recente do banco mundial. *Rev. bras. Ci. Soc.* 18 (52), Jun 2003. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000200007> Acesso em 18 mar 2025.

BRASIL. Decreto n. 9.204 de 23 de novembro de 2017. Institui o Programa de Inovação Educação Conectada e dá outras providências. 30 mar. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9204.htm. Acesso em: 18 mar. 2025.

BRASIL. Lei n. 14.533 de 11 de Janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis n.ºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. 11 jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Lei. 14.180 de 1º de Julho de 2021. Institui a Política de Inovação Educação Conectada. 1 jul. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14180.htm. Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL. Portaria n. 33 de 7 de agosto de 2023. 7 ago. 2023. Disponível em: <https://in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-33-de-7-de-agosto-de-2023-501491507>. Acesso em: 7 ago. 2023.

BRAZ, E. P. V.; CÊA, G. S. dos S.; SANTOS, I. M. dos. Governança da educação básica no nordeste brasileiro: ações de parceria entre mec e o PNUD. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 20, n. 51, p. e13488, 2024. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/13488>. Acesso em: 30 mar. 2025.

CASIMIRO, Flavio. A Nova Direita: aparelhos de ações política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHAUI, Marilena. A história no pensamento de Marx. BORON, Atilio A; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina (Org.). A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CORAGGIO, José. Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? TOMASSI, L. WARDE, M. J. HADDAD, S. O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2009. Capítulo III, p. 75-123.

FILHO, Nivaldo. LIMA, Rogerio. Governança algorítmica e políticas públicas: desafios éticos e impactos da inteligência artificial na tomada de decisão governamental. Revista Científica Multidisciplinar, v. 6, n. 1, p. e616051, 2024. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/6051>. Acesso em: 30 mar. 2025.

FONTES. Virginia. Capitalismo Filantropico? Múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. *Marx e Marxismo*. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo – v.8, n.14, jan/jun 2020. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2020.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. Educação 4.0 na Índia. Disponível em <https://www.weforum.org/publications/education-4-0-india/1000/> Acesso em 07 set 2024

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. Escolas do futuro Definindo Novos Modelos de Educação para a Quarta Revolução Industrial. Disponível em <https://www.weforum.org/publications/schools-of-the-future-defining-new-models-of-education-for-the-fourth-industrial-revolution/> Acesso em 07 out 2024.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. Tecnologia Global Governança: uma abordagem multissetorial. 2019. Disponível em https://www3.weforum.org/docs/WEF_Global_Technology_Governance.pdf Acesso em Fev 2025.

FREITAS, L. C. Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FURNO, J. Imperialismo: uma introdução econômica. Rio de Janeiro: Da Vince Livros, 2022.

GONÇALVES, L. D.; PUCCINELLI, V. R. A reforma do Estado e o avanço neoconservador: impactos no caráter público da educação. Revista Pedagógica, v. 19, n. 42, p. 66–82, 2017. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/4013>. Acesso em: 30 mar. 2025.

GONÇALVES, Leonardo Dorneles; MOREIRA, Jani Alves da Silva. Análise das orientações políticas para o ensino médio no Brasil (1998-2012): ofensiva empresarial-conservadora sobre a formação da juventude. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 22, n. 00, p. e022004, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8659809>. Acesso em: 30 mar. 2025.

JANUÁRIO, Erika Ramos. Políticas educacionais orientadas pelo MEC e a influência do Banco Mundial para uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no trabalho do professor da educação básica. 2024. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, 2024.

LEHER, R. Atualidade da Política Pública Educacional e desafios da educação dos trabalhadores. In: PALUDO, Conceição (org.). Campo e Cidade em busca de caminhos comuns. Pelotas: UFPel, 2014, p. 159-178.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta. STEDILE, João Pedro (Org.) Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137-180.

MARX, K. As Lutas de Classes na França. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel. 2. ed revista. - São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. O Capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2018.

MATTEI, Clara. A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo. São Paulo: Boitempo, 2023.

MICROSOFT. A classe de 2030 e o aprendizado pronto para a vida: o imperativo da tecnologia. 2019. Disponível em <https://acesse.dev/aclasse2030eoaprendizadoprontoparaavida> Acesso em 04 ou 2023

OCDE. Construindo o futuro da Educação, 2023.

OCDE. Coronavírus e o futuro da aprendizagem: o que a IA poderia ter tornado possível. 2020b. Disponível em: <https://oecdeditoday.com/coronavirus-future-learning-artificial-intelligence-ai/> Acesso em 05 dez 2024.

OCDE. Educação Avançada: construindo um futuro que funcione para todos. 2022

OCDE. Estratégias digitais na educação nos países da OCDE: explorando políticas educacionais sobre tecnologias digitais, 2020. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1787/33dd4c26-en> Acesso em 07 jan 2025.

OCDE. Inteligência Artificial confiável na educação: promessas e desafios, 2020a. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/trustworthy-artificial-intelligence-ai-in-education_a6c90fa9-en.html Acesso em 10 jan 2024.

PARCERISA L. VILLALOBOS, C. SANTA CRUZ, E. SAURA G. . Movimientos Anti-Estandarización en Educación: Un Análisis Comparado de Chile, España y México. Revista Izquierdas. n. 51 v. 01, 1 – 22, 2022. Disponível em <http://www.izquierdas.cl/images/pdf/2022/51/art12.pdf> acesso em 10 out 2024.

PEREIRA, R. da S. Governança corporativa na política educacional: o papel da OCDE. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 15, n. 31, p. 123-146, 2019. Disponível

em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4663>. Acesso em: 30 mar. 2025.

PEREIRA, R. da S. Proposições da OCDE e sua materialização na política educacional brasileira. Roteiro, v. 44, n. 3, p. 1–24, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/20900>. Acesso em: 30 mar. 2025.

PEREIRA, Jennifer. EVANGELISTA, Olinda. Quando o capital educa o educador: BNCC, Nova Escola e Lemann. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 6, n.10, p. 65-90, jan./jun. 2019. Disponível em <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32664/18804> Acesso em 18 abril 2023.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R.; DE LIMA, P. V. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. Retratos da Escola, v. 11, n. 21, p. 415–432, 2018. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/793>. Acesso em: 30 mar. 2025.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de. Brasil em transe: nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, os movimentos sociais, o Partido (Última entrevista com Nicos Poulantzas). Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: Cortez, 1979;

POULANTZAS, Nicos. Poder Político e as classes sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. Novo neoliberalismo: arquitetura estatal no capitalismo do século XXI. Revista Eletrônica De Administração, 27(1), 35–65, 2021. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/111147> Acesso 01 nov 2024.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. Nueva Gramática del Neo-liberalismo. Itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 2008. 166 p.

SAURA, G, CANCELA, E. y PARCERISA, L. Privatización educativa digital. Profesorado. Revista de currículum y formación del profesorado 27(1), 11–37, 2023. Disponível em <https://doi.org/10.30827/profesorado.v27i1.27019> Acesso em 09 set 2024.

SAURA, G. CANCELA, E. ADELL, J. ¿Nuevo keynesianismo o austeridad inteligente? Tecnologías digitales y privatización educativa pos-COVID-19. Education Policy Analysis Archives, 30(116), 1-27, 2022. Disponível em <https://doi.org/10.14507/epaa.30.6926> Acesso em 15 dez 2024.

SAURA, G. DÍEZ GUTIÉRREZ, E. J. RIVERA VARGAS, P. Innovación Tecno-Educativa “Google”. Plataformas Digitales, Datos y Formación Docente. REICE. Revista Iberoamericana Sobre Calidad, Eficacia Y Cambio En Educación, 19(4), 2021. Disponível em <https://doi.org/10.15366/reice2021.19.4.007> Acesso em 07 ago 2024.

SAURA, G. Filantropocapitalismo digital en educación: Covid-19, UNESCO, Google, Facebook y Microsoft. Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos

Sociales, 17(2), 159-168, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.5209/tekn.69547> Acesso em 15 out 2024.

SAURA, G. Nuevas formas, nuevos actores y nuevas dinámicas de la privatización digital en educación. Profesorado. Revista de currículum y formación del profesorado, 27(1), 1–10, 2023. Disponível em <https://revistaseug.ugr.es/index.php/profesorado/article/view/27809> Acesso 01 dez 2024.

SAURA, Geo. ADRIÃO, Thereza. ARGUELHO, Mateus. Reforma educativa digital: agendas tecnoeducativas, redes políticas de governança e financeirização *edtech*. Educ. Soc. N. 45, p. 1-22. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/WpSyZrHPBnN5xcXnwrgS7bH/?lang=pt> Acesso em 22 mar 2025.

SAURA, Geo. CANCELA, Ekaitz. ADELL, Jordi. ¿Nuevo keynesianismo o austeridad inteligente? Tecnologías digitales y privatización educativa pos-COVID-19. *Education Policy Analysis Archives*, Arizona, v. 30, n. 116, p. 1-27, 2022.

SAURA, Geo. El fetichismo de las mercancías digitales en educación. Cad. CEDES, n. 45, P. 1-11, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/qGBmdHKpZCGxFjwjbBr7Nfx/?lang=es> Acesso em 18 de mar 2025

SAURA, Geo. Filantropocapitalismo digital en educación: Covid-19, UNESCO, Google, Facebook y Microsoft. *Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales*, Madrid, v. 17, n. 2, p. 159-168, 2020.

SAURA, Geo. LIMA, Paula. ARGUELHO, Mateus. Imaginarios sociotécnicos en educación: inteligencia artificial y transformación digital Geo Saura, Paula Lima y Mateus Arguelho. *Journal of Supranational Policies of Education*, 2024, nº 20, pp. 11-30

SAVIANI, D. O Estado e a promiscuidade entre o público e o privado na história da educação brasileira. SAVIANI, Dermeval (org.) Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira. Vitória, EDUFES, 2010. 376 pags.

SHIROMA Eneida Oto. MORAES, Maria Célia M. de. EVANGELISTA, Olinda. Política educacional. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, Renata Valério; ALVES DA SILVA MOREIRA, Jani; FRANÇA VOLSI, Maria Eunice. Estado funcional e as políticas de ajuste estrutural na Educação Básica brasileira. **Revista Diálogo Educacional**, v. 21, n. 68, 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/26826>. Acesso em: 13 maio. 2025.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. SILVEIRA, Sergio Amadeu. SOUZA, Joyce. CASSINO, Jose Francisco (orgs.). Colonialismo de Dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária. p. 33-54.

THOMPSON, Edward. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TONELO, Iuri. No entanto ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Boitempo/ISKRA, 2021.

TONELO, Iuri. No entanto ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Boitempo/ISKRA, 2021.

TRISTÃO, Pamela. FUCHS, Leandro. A governança corporativa em empresas públicas: um estudo teórico. RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218, [S. l.], v. 4, n. 7, p. e473512, 2023. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3512>. Acesso em: 30 mar. 2025.

UNESCO. Informe do Segmento da Educação no Mundo - Tecnologia na educação: uma ferramenta a serviço de quem? 2023. Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386147_por Acesso em 10 mar 2025.

UNESCO. Reimaginar nosso futuro juntos: um novo contrato social para a educação. 2022. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381115> Acesso em 03 out 2023

UNESCO. Relatório de Monitoramento Global da Educação - Atores não estatais na educação: quem escolhe? quem perde? 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000380076_por Acesso em 11 fev 2025

UNESCO. Relatório de Monitoramento Global da Educação - Inclusão e Educação: todos, sem exceção. 2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373721_por Acesso em 08 jan 2025.

UNESCO. Relatório de Monitoramento Global da Educação - Migração, deslocamento e educação: construir pontes, não muros. 2019. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000265996_por Acesso em 15 jan 2025